

**ETEC PARQUE DA JUVENTUDE
CENTRO PAULA SOUZA**

**PLANO MUSEOLÓGICO DO ACERVO ARTÍSTICO DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ALESP
(2026 - 2030)**

**SÃO PAULO
2025**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

MESA DIRETORA

Presidente: André do Prado

1º Secretário: Maurici

2º Secretário: Barros Munhoz

1º Vice-Presidente: Gilmaci Santos

2º Vice-Presidente: Milton Leite Filho

3º Vice-Presidente: Fábio Faria de Sá

4º Vice-Presidente: Paulo Correa Jr.

3º Secretário: Gil Diniz

4º Secretário: Léo Oliveira

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Murilo Mohring Macedo

ASSESSORIA TÉCNICA

Ricardo Luis Silva Reis Lobo

DIVISÃO DE BIBLIOTECA E ACERVO HISTÓRICO

Adriana Azenha Barilon

Allan Banhos Ferreira da Fonseca

Carlos Alberto Garcia Fresqui

Edson Luis Verçosa Modena

Gilson De Paula Silva

Jair Pires de Borba Junior

Karen Ambrosio de Arruda Aniz

Marcio Fernandes Oliveira Vasques

Mariana Ramos Leandro

Maurícia Fávaro Borges Figueira

Thaís Pires Fagundes

ETEC PARQUE DA JUVENTUDE
TÉCNICO EM MUSEOLOGIA 2024/2025

ORIENTADORES

Cecília de Lourdes Fernandes Machado

Lays Lessa

Paulo José Nascimento Lima

CORPO DOCENTE

Carla Grião da Silva Bernardino

Carolina Rocha Teixeira

Cauê Donato

Ellen Nicolau

Elvirley Freires Rodrigues de Oliveira

Jose Alves Pereira de Araujo

Maria Júlia Casarini Marchiori

Marina Gouvea

Milena Cattini Maximiano

Nicolie de Brito Duarte

Rodrigo Bortolan

CORPO DISCENTE

Alessandro Costa

Anderson Junichi Shimamoto

Andrea Godoy de Vasconcellos

Eduardo Nojiri

Gabriela Puschiavo

Henry Castelli

José Liberio Lino dos Santos

Josieni Rocha Silva

Karina de Souza Nascimento

Leandro Camargo de Oliveira

Letícia Ferraz de Carvalho

Marcelo Galli

Rebeca Ayad

Renata Soledad Peña

Séfora Roque de Lima

Tainá Borges

Thayná Oliveira

Valéria Silva Batista

Vinicius de Assis

Yara Moraes Lopes Aguiar Leitão

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Instituição:	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP
Esfera:	Instituição pública estadual
Abrangência:	Estadual
Instrumentos legais:	Ato da Mesa Nº 1, 17 de fevereiro de 2021. Artigo 1º - O Título VI do Livro I, do Anexo I. Ato da Mesa nº 11, de 16 de abril de 2019, artigos do 108 ao 112.
Tombamento:	Edifício Sede: Lei Estadual nº 10.881, de 19/09/2001 CONPRESP - Processo T 40.410 (1 CRI) - Resolução 29/2018
CNPJ:	59.952.259/0001-85
Localização:	Palácio 9 de Julho Portaria 1: Av. Pedro Álvares Cabral, 201, Ibirapuera, São Paulo - SP - CEP: 04097-900 Portão 3: Av. Sargento Mário Kozel Filho, s/n, Ibirapuera, São Paulo - SP - CEP 04005-080.
Site:	https://www.al.sp.gov.br/
Redes sociais:	@assembleiasp (Instagram, Facebook e X) https://www.youtube.com/user/assembleiaspconteudo (Youtube) https://open.spotify.com/show/2gedm6sSvNqojkmNZDzuBi (Spotify) https://www.linkedin.com/company/ALESP (Linkedin)
Horário de Funcionamento:	Segunda a sexta-feira, das 8h às 20h.
Telefones:	Central de atendimento: 3886-6000
E-mail:	Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico: acervoarte@al.sp.gov.br .
Temática:	Arte Brasileira Moderna e Contemporânea, com foco especial em artistas paulistas e/ou que influenciaram o circuito de arte de São Paulo

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
1. METODOLOGIA.....	4
1.1 Entrevistas e Grupos de Trabalho	4
1.2 Visitas Técnicas.....	5
1.3 Pesquisa Documental e Bibliográfica	5
2. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL	6
3. ANÁLISE SWOT	20
4. MISSÃO, VISÃO E VALORES	23
5. PROGRAMA DE GESTÃO MUSEOLÓGICA.....	26
5.1 Diagnóstico Prospectivo	28
5.2 Análise Propositiva.....	34
5.3. Sistematização das proposições	43
6. PROGRAMA DE GESTÃO DE ACERVO	48
6.1 Diagnóstico Prospectivo	49
6.2. Análise Propositiva.....	65
6.3. Sistematização das Propostas	69
7. PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES E PROGRAMAÇÃO CULTURAL.....	76
7.1. Diagnóstico Prospectivo	76
7.2. Análise Propositiva.....	91
7.3. Sistematização das Propostas	93
8. PROGRAMA EDUCATIVO	97
8.1. Diagnóstico Prospectivo	98
8.2. Análise Propositiva.....	100
8.3. Sistematização das proposições	109
9. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	114
9.1. Diagnóstico Prospectivo	115
9.2. Análise Propositiva.....	120
9.3. Sistematização das proposições	121
10. PROGRAMA DE EDIFICAÇÕES	125
10.1. Diagnóstico Prospectivo	126
10.2. Análise Propositiva.....	143
10.3. Sistematização das proposições	143
Referências	149
ANEXOS.....	151

Anexo I - Questionário de público.....	151
Anexo II - REVOGAÇÃO DO MUSEU DE ARTE DA ALESP	157
Anexo III - Questionário - Programa de Acervo	159

APRESENTAÇÃO

Este Plano Museológico foi desenvolvido pelos alunos do curso de Museologia da Escola Técnica Estadual Parque da Juventude (Etec), ao longo do segundo semestre de 2024 e durante todo o ano de 2025, como atividade de Trabalho de Conclusão Curso (TCC), sob a coordenação dos professores Cecília Machado e Paulo Nascimento.

A atividade acadêmica é fruto de um convênio¹ entre a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e o Centro Paula Souza que busca a musealização do Acervo Artístico da instituição para torná-lo conhecido, contribuindo para o fortalecimento da imagem da instituição perante a sociedade. Além de proporcionar uma experiência prática para a formação profissional dos alunos da Etec.

O acordo prevê a realização de atividades como a atualização do catálogo contendo informações detalhadas sobre o acervo, a avaliação econômica de cerca de 1,2 mil obras do Acervo Artístico, medida que contribuirá para o aperfeiçoamento da gestão do acervo e serve para justificar o repasse de verba pública para a catalogação, conservação, acondicionamento e elaboração deste plano.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), órgão vinculado ao Ministério da Cultura, o Plano Museológico é o principal instrumento de gestão para os museus brasileiros. E tem caráter obrigatório, segundo a Lei nº 11.904/2009 (Estatuto de Museus). Trata-se de uma ferramenta de planejamento estratégico capaz de nortear a definição de prioridades, indicar os caminhos a serem tomados pela instituição, estabelecer parâmetros a fim de acompanhar as ações propostas e avaliar o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Em suma, é um documento que deve funcionar como referência para a gestão do Acervo Artístico da ALESP, compreendendo aspectos referentes aos níveis estratégico, tático e operacional de atuação de todas as áreas, como administrativas, exposições e outras de características técnicas, além de ser um instrumento fundamental para a futura formalização do Museu da Assembleia Legislativa Paulista e sua estruturação.

Seguindo os parâmetros do IBRAM e da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Governo do Estado de São Paulo (SCEIC-SP), este plano é dividido em seis programas, que correspondem a áreas de trabalho e funções de um museu, definidas com o objetivo de facilitar a análise, construção de projetos e organização de atividades. Eles devem

¹ <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/contratos/convenios/1215-2024.pdf>. Acesso em: 07/11/2025.

funcionar de forma global e integrada. São eles: Gestão de Acervos, Gestão Museológica, Exposições, Educativo, Edificações e Comunicação².

O documento também inclui um diagnóstico detalhado e analítico que permite identificar quais são as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças que compõem o cenário de atuação da instituição, elaborado seguindo o método SWOT. O resultado desta análise é uma fotografia panorâmica do momento atual da instituição, servindo como base para o planejamento estratégico e a tomada de decisões da ALESP em relação ao seu Acervo Artístico.

1. METODOLOGIA

A metodologia para a elaboração do Plano Museológico baseou-se em três pilares principais: Entrevistas, visitas técnicas e pesquisa documental, visando complementar informações cruciais para a etapa de diagnóstico institucional.

1.1 Entrevistas e Grupos de Trabalho

Objetivo: Complementar informações para a etapa de diagnóstico da situação atual da instituição, culminando na análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças).

- **Modalidade:** Realizadas de modo coletivo e individual pelos integrantes dos Programas do Plano. Todo encontro foi gravado, com o consentimento dos participantes.
- **Composição dos Grupos de Trabalho (GTs):** Os GTs foram formados estrategicamente, reunindo programas cuja relação temática e de práxis fosse próxima, garantindo uma análise cruzada das respostas.
 - **Primeiro Encontro/GT:** Contou com 1 a 3 integrantes dos Programas: Educativo, Gestão Museológica, Gestão de Acervo e Exposições.
 - **Segundo Encontro/GT:** Contou com a presença dos Programas: Edificações, Comunicação.
- **Questionários e Análise SWOT:** Os questionários foram elaborados coletivamente. O material gravado serviu de suporte para a transcrição das respostas, que foram diretamente utilizadas para a análise SWOT, identificando os elementos críticos relacionados à instituição e às práticas existentes. A seleção dos programas para cada

² O Inciso IV, do Art. 23 do Decreto nº 8124/2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906/2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), permite que os programas de um Plano Museológico sejam apresentados de forma diferente do que está expresso na legislação.

GT foi estratégica para que as respostas fossem analisadas pela perspectiva de mais de um programa.

1.2 Visitas Técnicas

Número e Objetivo Principal: Foram realizadas **duas (2) visitas técnicas** iniciais por toda a equipe, com a finalidade de conhecer as instalações que comportam o acervo e que compreendem as áreas técnicas e administrativas do equipamento.

- **Complementares:** As equipes dos Programas de Gestão de Acervos, Edificações e Gestão Museológica realizaram, posteriormente, **outras visitas técnicas** específicas, na presença do Coordenador e de estagiários.

1.3 Pesquisa Documental e Bibliográfica

- **Documentos Consultados:** Ato da Mesa nº 1, de 17/02/2021 - Documento que estabelece diretrizes que consolidam a efetividade do trabalho museológico na instituição.

De modo a rastrear a história da instituição no ponto de vista legal e discussões realizadas acerca do tema, foram consultados todos os Atos de Mesa e documentos disponibilizados no site da ALESP, sendo eles: Ato da Mesa nº 23, de 03/07/2001 , Ato da Mesa nº 21, de 14/07/2005 , Ato da Mesa nº 25, de 29/08/2005, Ato da Mesa nº 27, de 11/11/2015, Ato da Mesa nº 29, de 17/11/2015 , Ato da Mesa nº 11, de 16/04/2019³ .

Outros documentos que subsidiaram informações precisas do histórico de tratativa do acervo foram os Relatórios de Atividade feitos pela empresa Profissionais da Informação no ano de 2021.

- **Principais Referências Bibliográficas:** O grupo utilizou o “Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos” (IBRAM, 2016), que reúne de forma didática e clara informações e procedimentos que servem de guia para a criação deste tipo de documento. E, também, outros planos museológicos de instituições consolidadas e que funcionam regularmente, como o Museu do Ouro, em Sabará (Minas Gerais), e o Museu da Pesca, localizado em Santos (São Paulo). Os trabalhos em questão serviram de

³ Vide anexos.

inspiração para se pensar a organização da gestão e do planejamento do acervo da ALESP de maneira integral, e trouxeram aportes relevantes para a formulação deste Plano.

2. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

2.1 Breve histórico da Instituição

O Acervo Artístico da ALESP foi formalizado em agosto de 2002, por meio do Ato nº 0023/2001, da Mesa Diretora, com o objetivo de humanizar a instituição, propiciar aos funcionários um ambiente mais agradável para o desenvolvimento de suas atividades e transformar o Palácio 9 de Julho, edifício-sede do legislativo paulista, em um ponto de atração cultural.

O referido ato considerou a necessidade de regulamentar a aquisição de obras de arte pelo Poder Legislativo do Estado e o grande número de artistas que manifestaram o interesse em expor seus trabalhos nas dependências do prédio. Sob a coordenação do crítico de arte Emanuel von Lauenstein Massarani, à época superintendente do Patrimônio Cultural, o acervo inicial era composto por 71 obras, que incluíam retratos dos antigos presidentes da ALESP e outras obras que faziam parte das sedes anteriores.

A maioria das obras foi doada por artistas, instituições particulares e oficiais, além de prêmios de aquisição dos Salões Paulistas de Belas Artes. São pinturas, esculturas, fotografias, gravuras, xilogravuras, litogravuras, colagens, vitrais, entre outros trabalhos produzidos por artistas de todo o Brasil, além de criações de artistas estrangeiros.

Em 2005 o Ato de n. 25, criou por decisão da Mesa Diretora o Museu de Arte do Parlamento do Estado de São Paulo, formado pelo Acervo Artístico e pelo Museu da Escultura ao Ar Livre da Assembleia Legislativa. Sendo, portanto, a função de Superintendência do Patrimônio Cultural acompanhar o processo de implementação considerando a entrega de relatório no período de 60 dias, descrevendo uma proposta de avaliação de modelo de gestão. Em um primeiro levantamento do inventário foram listadas 1.242 obras pela equipe de Serviço de Cadastro de Bens.

Conforme o levantamento feito por este setor de Serviço de Cadastro de Bens, o Acervo Artístico está enquadrado nos critérios de Bens Móveis que contemplam o valor histórico e cultural das obras. A divisão responde neste período à Superintendência do Patrimônio Cultural, vinculada à Mesa Diretora da ALESP.

2.2 Equipe

Atualmente, dentro do Departamento de Comunicação e sob a Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico, está a tutela do Acervo Artístico. Porém este não possui sua nomenclatura oficialmente no organograma, o que a equipe de gestão já identifica como uma dificuldade e necessidade básica (para insumos, repasses e políticas). O gestor da divisão é Jair Pires da Borba Junior, que junto com três estagiários alunos do curso de museologia, estão no processo de catalogação do acervo. Os funcionários da divisão, de acordo com o organograma, são onze servidores, contudo, não são todos que trabalham diretamente com o Acervo Artístico, mas divididos nas atribuições da biblioteca, acervo histórico e arquivístico:

Analista legislativo: Adriana Azenha Barilon

Analista legislativo: Allan Banhos Ferreira da Fonseca

Analista legislativo: Carlos Alberto Garcia Fresqui

Analista legislativo: Karen Ambrosio de Arruda Aniz

Analista legislativo: Mariana Ramos Leandro

Analista legislativo: Maurícia Fávaro Borges Figueira

Técnico Legislativo: Marcio Fernandes Oliveira Vasques

Técnico Legislativo: Edson Luis Verçosa Modena

Técnico Legislativo: Thaisa Pires Fagundes

Auxiliar Legislativo de serviços administrativos: Gilson de Paula Silva

Gestor de Divisão: Jair Pires de Borba Junior

Estagiários da ETEC: Bruna Araújo Feres, Diego Lorena e Maria Luiza Viana

Além desta, outras divisões e departamentos dão suporte técnico e logístico.

2.3 Análise da estrutura disponível

O Palácio 9 de Julho, sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, é um edifício modernista de relevância arquitetônica e histórica. Construído entre 1961 e 1968, ocupa uma área de aproximadamente 36 mil metros quadrados, distribuídos em sete pavimentos, revestido externamente com granito cinza e mármore branco.

O prédio foi declarado patrimônio cultural do Estado de São Paulo em 2001, por meio da Lei Estadual 10.881/01. Além disso, recebeu tombamento municipal em 12 de março de 2018 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental

da Cidade de São Paulo (CONPRESP), através da Resolução 29/18, conferindo proteção especial às suas características originais e garantindo sua preservação no âmbito local.

Originalmente projetado para abrigar as atividades parlamentares, o edifício não foi concebido para uso museológico, o que gera desafios para o desenvolvimento das atividades próprias de um museu. As áreas expositivas atualmente são improvisadas em corredores e halls, sendo que, exceto pela Galeria dos Presidentes, os demais espaços não se encontram sob a gestão direta da equipe que faz a gestão do Acervo Artístico.

Em termos de infraestrutura, as reservas técnicas disponíveis carecem de equipamentos essenciais para a conservação do acervo museológico, como mobiliário em número suficiente, acondicionamento adequado, controle ambiental das reservas técnicas, extintores de incêndio e câmeras de segurança. Como exemplo, cita-se a Reserva Técnica 2, que está localizada na área do estacionamento e mantém uma copa usada esporadicamente por servidores, o que interfere nas condições ambientais ideais necessárias para conservação preventiva das obras.

A estrutura interna do Palácio apresenta demandas específicas relacionadas à adaptação dos espaços para múltiplas funções. O edifício conta com áreas administrativas, políticas e técnicas que coexistem, requerendo planejamento cuidadoso para garantir acessibilidade, segurança e conforto para visitantes e servidores. A monumentalidade do edifício, sua circulação por rampas e a distribuição dos pavimentos, com destaque para o Plenário Juscelino Kubitschek no andar monumental, reforçam a necessidade de um projeto museológico que respeite o valor patrimonial e funcional do espaço.

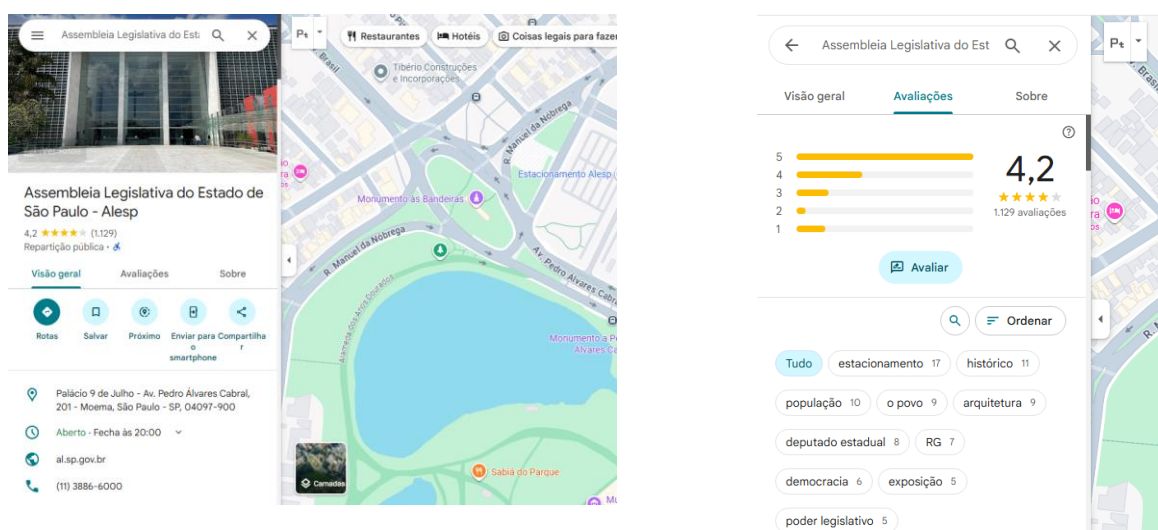
2.4 Caracterização do público externo

Para entender a atual relação entre o Acervo Artístico da ALESP e seu público externo, foi necessário realizar duas pesquisas para estabelecer contato com os indivíduos que são diretos ou indiretamente afetados⁴ pelo acervo artístico, considerando como público externo tanto a comunidade local e os visitantes da instituição, quanto os servidores da ALESP. Nesse sentido, buscamos compreender tanto a percepção do público externo em relação à casa legislativa, quanto o perfil e a relação dos funcionários da instituição com o acervo artístico, visto que mantém certa proximidade com as obras do acervo.

⁴ UM MUSEU, Como Gerir. Manual Prático. **Fonte: Conselho Internacional de Museus–ICOM. Paris, 2004, p. 116.**

2.4.1 Público externo: comunidade local e visitantes

O Google Maps foi a plataforma utilizada para a pesquisa sobre a percepção dos visitantes da ALESP e da comunidade local. Desse modo, não foram aplicados questionários diretamente aos visitantes, sendo as avaliações públicas do Google Maps a maneira encontrada como fonte de acesso das avaliações, opiniões e percepções do público sobre a instituição⁵ de forma ampla.



Fotografia 1 - Print de tela da página na Assembleia no Google Maps

Fonte: Google Maps

Para análise foram selecionados os comentários publicados na plataforma entre o período de 2021 e outubro de 2025. Analisamos 65 avaliações que continham comentários do usuário e que fossem capazes fornecerem uma leitura qualitativa das opiniões publicadas e uma noção geral da visão do público externo sobre a ALESP.

Em seguida, a análise dos comentários foi realizada por meio do agrupamento das avaliações em seis categorias temáticas baseadas nos programas deste plano museológico. Cada comentário foi inserido na categoria com a qual mais se relaciona em termos de conteúdo, para que fosse possível compreender como cada categoria é vista e entendida pelos indivíduos que,

⁵ As avaliações foram acessadas em

https://www.google.com/maps/place/Assembleia+Legislativa+do+Estado+de+S%C3%A3o+Paulo+-+ALESP/@-23.5804667,-46.6605894,17z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x94ce59cedf360ced:0x63210fa85682335d!8m2!3d-23.5804716!4d-46.6580145!16s%2Fg%2F1ptyl8gl0?entry=tту&g_ep=EgoyMDI1MTAxMy4wIKXMDSOASAFAQAw%3D%3D

por algum motivo, passaram pela ALESP e compartilharam suas impressões. As categorias criadas foram: Localização; Gestão e Comunicação; Edificação; Exposição, Acervo e Biblioteca; Cultura e Eventos; Poder Legislativo.

A percepção do público em relação à ALESP é satisfatória. A casa legislativa apresenta pontuação média de 4,2 estrelas no Google Maps, em uma escala que varia de 1 a 5, demonstrando que o público possui uma visão positiva em relação à instituição. Os comentários da plataforma variam em seu conteúdo, com a maioria descrevendo os motivos pelos quais o visitante passou pela instituição. Outros, no entanto, ressaltam a arquitetura e aspectos da edificação ou a função política da casa legislativa. Somam-se aos comentários avaliações positivas ou críticas. Percepções semelhantes entre aqueles que visitam a instituição tornaram-se pontos de atenção durante a análise.

Em relação à *Localização*, observa-se predominância de avaliações positivas, ressaltando a boa localização da casa legislativa, situada em bairro considerado seguro e “nobre” (como citado em uma avaliação), a proximidade com o Parque do Ibirapuera, o acesso à ALESP e o estacionamento com vagas de zona azul. Entre os comentários que ressaltam tais aspectos, destacam-se: “Excelente localização, fácil acesso, bairro do Ibirapuera [...]”, “Muito bom, fácil acesso”, “Quando fui gostei, muito bem localizada; o acesso é muito bom e bem distribuído [...]”.⁶

Entretanto, há críticas frequentes relacionadas às dificuldades de estacionamento no entorno, à fiscalização da CET e à restrição do uso do estacionamento aos finais de semana ao público externo, como podemos observar através de comentários como ““DESCASO: ESTACIONAMENTO FECHADO À POPULAÇÃO AOS FINAIS DE SEMANA X INCENTIVO À MULTIPLICAÇÃO DOS FLANELINHAS NAS RUAS PRÓXIMAS. Uma das únicas coisas elogiáveis da Assembleia, era a abertura do estacionamento aos finais de semana para a população que vai ao Ibirapuera (que fica na frente). Contudo, desde a pandemia de Covid-19, vetaram o acesso do povo (MESMO COM UMA EQUIPE DE POLICIAMENTO SEMPRE NO LOCAL!). Um nítido exemplo de “desserviço” e um verdadeiro estímulo à multiplicação dos flanelinhas que se alastram pela região, mesmo em áreas sujeitas à zona azul. Vergonhoso!”, que relata o uso público do estacionamento como um ponto “elogiável” da instituição.

São frequentes as menções em relação à *Edificação*. Avaliações como o comentário que

⁶ Todos os comentários replicados neste tópico foram extraídos do seu conteúdo original, não sendo corrigidos erros de ortografia. Os comentários retirados da plataforma de avaliações do Google estão entre aspas.

se segue: “Pensa em um prédio enorme. Muito bonito.. Diante de uma obra dessas que analisamos a grandeza do nosso país.. Por isso devemos aprender a cuidar dele. Lembrando que esse prédio é apenas uma pequena obra diante da grandeza dos demais”, ressalta a beleza arquitetônica e a dimensão do Palácio 9 de Julho, descrito como bonito, agradável, limpo, organizado, bem cuidado e bem estruturado pelas avaliações analisadas.

No entanto, houve menções à necessidade de reparos (sem especificar o que) e, sobretudo, à falta de sinalização interna adequada, dificultando a circulação e a orientação dos visitantes, especialmente durante eventos, como demonstram as seguintes avaliações: “Lugar enorme e bem agradável! É bem fácil se perder lá dentro”, “Incrível prédio, porém muito confuso por dentro kkk”, “Precisa ser melhor sinalizado. É fácil se perder lá dentro” e “[...] um pouco de dificuldade para encontrar a sala do evento, pois não estava devidamente demarcada o local e existem muitos auditórios. Mas funcionários muito simpáticos indicavam com muita paciência. Na saída, pelo horário foi difícil encontrar a saída a mesma coisa, sem indicação de fácil visibilidade, mas depois de alguns caminhos sem sucesso, encontramos e fomos embora, felizes por estar neste local e nesse dia”. Desse modo, a sinalização interna torna-se um ponto de atenção.

Na categoria *Gestão e Comunicação*, os comentários, em geral, indicam que o público valoriza o bom atendimento prestado e o profissionalismo dos funcionários, que foram descritos como educados, atenciosos e prestativos. As críticas da categoria mencionam a burocracia dos processos de entrada na ALESP e a demora na liberação de acesso, resultando em uma experiência negativa para o visitante, como descrita nas avaliações.

Somente seis dos sessenta e cinco comentários foram classificados na categoria de *Exposição, Acervo e Biblioteca*. Três comentários mencionam as exposições *Circo Spacial 40 Anos*⁷, *Catedral da Sé – 70 anos*⁸ e *Centenário de 1924: Memórias da Revolta Esquecida*⁹. Já a biblioteca aparece em um único comentário, ressaltando o atendimento prestado pela equipe e destacando a diversidade do acervo, especialmente na área do Direito.

Um ponto que merece destaque é a falta de comentários que fazem referência ao acervo

⁷ A exposição temporária que celebrou os 40 anos do Circo Spacial ocorreu em agosto de 2025 no Hall Monumental da ALESP. Mais informações sobre a exposição podem ser acessadas em <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=499104>.

⁸ A exposição temporária que rememorou os 70 anos da Catedral da Sé ocorreu em novembro de 2024 no Hall Monumental. Mais informações sobre a exposição podem ser acessadas em <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=486546>.

⁹ A mostra que reuniu documentos da rebelião tenentista ocorrida em São Paulo 1924 foi realizada em junho de 2024 no Espaço Heróis de 32 (andar térreo). Mais informações sobre a exposição podem ser acessadas em <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=477903>.

artístico da ALESP e seu valor histórico. Somente dois comentários mencionam diretamente as obras de arte, sendo eles referência às obras expostas no Jardim. Uma hipótese para a falta de referências ao acervo artístico é o não conhecimento por parte do público sobre a dimensão cultural, artística e patrimonial da instituição, que pode não ser conhecida e/ou valorizada, indicando outro ponto de maior atenção, sobretudo acerca da comunicação do acervo artístico em estratégias futuras de divulgação.

Na categoria *Cultura e Eventos*, os visitantes relatam boas experiências em cerimônias e eventos realizados na ALESP. Os comentários da categoria ainda valorizam a gentileza dos funcionários e o bom funcionamento organizacional e estrutural. No geral, os comentários recomendam que os indivíduos visitem a ALESP, sobretudo em dia de eventos abertos ao público.

Já a dimensão histórica da ALESP é valorizada na categoria *Poder Legislativo*. No entanto, foi observada grande divergência de opiniões quanto à instituição. Os comentários nos indicam que parte dos visitantes reconhece a importância institucional e política da ALESP, compreendendo-a como “casa do povo”, relacionando-a com sua história. Consequentemente, a ALESP é compreendida por esses visitantes como um espaço essencial para o exercício da democracia e para os municípios do Estado.

Por outro lado, uma parcela dos comentários associa a ALESP à descrença política, mencionando ineficiência e desconfiança em relação aos representantes eleitos. Essa divergência reflete a imagem pública da instituição, reconhecida por sua relevância histórica e criticada por sua dimensão política, ignorando e desvalorizando as outras atividades e ações que são desenvolvidas dentro da ALESP, como as exposições e preservação dos acervos artístico e histórico.

Em suma, a análise realizada através dos comentários de avaliação da plataforma Google Maps evidencia que o público externo percebe a ALESP como um espaço público de relevância histórica e arquitetônica, ainda que a percepção dos visitantes seja permeada por críticas sobre a sua função política e institucional. As avaliações positivas concentram-se na estrutura física, nos eventos culturais e na atuação dos funcionários, enquanto as críticas mais recorrentes dizem respeito ao acesso ao prédio, à sinalização interna e à função política do poder legislativo perante os visitantes.

2.4.2 Público externo: servidores e funcionários da ALESP

O perfil e a relação dos colaboradores da ALESP com o acervo artístico, por outro lado,

foram analisados com base em uma pesquisa quanti-qualitativa realizada por meio de um questionário e aplicado através de um formulário *online* ao longo do mês de setembro de 2025. A divulgação do formulário para os funcionários deu-se pelo envio de *e-mails* no *mailing* interno da instituição¹⁰; pela visita a algumas unidades, gabinetes e sindicato com distribuição de folheto com *QR Code* da pesquisa; e pelo envio de mensagens em *whatsapp* para gestores, alguns servidores e responsáveis por terceirizados. Assim, entre servidores efetivos, comissionados, estagiários, terceirizados, servidores do Executivo e aposentados, a pesquisa contou com uma adesão de 127 respondentes, sendo 117 respostas válidas¹¹.

O questionário semiestruturado foi dividido em três eixos temáticos, totalizando 21 perguntas obrigatórias e 2 perguntas não obrigatórias (uma questão para o registro de expectativas sobre o que o respondente espera encontrar, ver e/ou fazer com o Acervo Artístico da ALESP e outra sobre o que o colaborador gostaria de compartilhar a mais). Dessa maneira, o primeiro bloco do formulário traçou o perfil dos colaboradores da ALESP através de onze perguntas estruturadas¹²; o segundo buscou identificar a relação e a percepção dos respondentes sobre instituições museológicas por meio de seis questões estruturadas; e por intermédio de seis perguntas abertas a relação entre os servidores e colaboradores da instituição com o acervo artístico foi o tema norteador do terceiro eixo do questionário.

A análise dos dados coletados pelas questões fechadas foi realizada por meio do tratamento estatístico, transformando os dados coletados em gráficos de pizza ou de barras¹³. Já as questões abertas foram tratadas por intermédio da análise do conteúdo. Em específico, a questão aberta e não obrigatória “Utilize esse espaço para registrar outras expectativas sobre o que você espera encontrar, ver e/ou fazer com o Acervo Artístico da ALESP”, presente no terceiro eixo da pesquisa, foi analisado a partir do agrupamento dos comentários nas mesmas seis categorias temáticas baseadas nos programas deste Plano Museológico: *Localização; Gestão e Comunicação; Edificação; Exposição, Acervo e Biblioteca; Cultura e Eventos; Poder Legislativo*.

Com base na análise do perfil dos respondentes, pôde-se concluir que 86,4% do público

¹⁰ Juntamente com o *link* da pesquisa, foi encaminhado o seguinte texto: “PESQUISA ACERVO ARTÍSTICO DA ALESP: O Curso Técnico em Museologia (ETEC Parque da Juventude) em parceria com a Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico está desenvolvendo o Plano Museológico da ALESP. Queremos ouvir a opinião de todos que trabalham ou trabalharam na ALESP (efetivos, comissionados, estagiários, terceirizados, servidores do Executivo, aposentados) para podermos construir este documento essencial para a gestão da coleção artística da ALESP”.

¹¹ Os respondentes que não autorizaram o tratamento de dados foram excluídos da pesquisa, totalizando 10 respostas inválidas.

¹² As perguntas estruturadas são questões fechadas, com opções de resposta predefinidas.

¹³ Os gráficos produzidos com base nas respostas coletadas estão inseridos nos anexos deste documento.

estudado é formado por indivíduos que estão na faixa etária entre 21-65 anos; o número de 13,7% indica um grupo menor de colaboradores que estão na faixa etária entre 16-20 anos ou tem mais de 66 anos. Em relação à identidade de gênero, há uma predominância de homens cis¹⁴, representando 51,3% dos respondentes; já as mulheres cis totalizam 46,2%; e 1,7% preferiram não indicar sua identidade de gênero. No que se refere a autoclassificação étnico racial¹⁵, há o predomínio de colaboradores que se autodeclaram brancos (74,4%), pretos e pardos correspondem a 18,8% dos respondentes e 5,1% se autodeclaram como amarelo.

A análise do perfil socioeconômico ainda nos indica que este é um público com alto grau de escolaridade, sendo formado 77,7% por graduados (concluído, incompleto ou cursando) e pós-graduados (concluído, incompleto ou cursando) em diferentes áreas. O vínculo empregatício dos respondentes se relaciona efetivamente com o nível de instrução apontado, visto que 67,6% dos respondentes são servidores públicos comissionados ou efetivos da instituição; seguido de estagiários (24,8%), trabalhadores terceirizados (5,1%) e aposentados (1,7%).

O segundo eixo temático teve como objetivo principal identificar a relação entre os respondentes e instituições museológicas no geral, buscando compreender os motivos pelos quais este público visita museus e quais são suas expectativas acerca da visita e de atividades que possam ser desenvolvidas em espaços museológicos. Nesse sentido, inicialmente analisou-se a assiduidade em que os respondentes visitam museus e/ou exposições, constatando que a frequência varia, com respondentes frequentando instituições museológicas mensal, bimestral e trimestralmente (35,9%), mas também semestral e anualmente (29%). Chama a atenção o percentual de público que raramente frequenta museus e/ou exposições em 18,8% e mesmo aqueles que nunca visitaram em 1,7%, indicando um público que pode ser convidado e agregado às programações do acervo artístico.

Outros dados relevantes para a construção dos programas deste documento são aqueles que indicam os motivos que são levados em consideração quando este público visita um museu, assim como as atividades que gostariam de realizar em um espaço museológico. De acordo com a análise de dados, os principais fatores que este público leva em consideração ao decidir visitar um museu ou exposição são a sua temática, sua localização na cidade e o tempo de

¹⁴ Homem ou mulher cis ou cisgênero indica pessoa cuja identidade de gênero está alinhada ao seu sexo biológico.

¹⁵ Utilizamos o conceito de *autoclassificação étnico racial* com base nas definições presentes no livro "Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica, Número 2: Características Étnico-raciais da População Classificações e identidades, elaborada pela Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2013.

deslocamento, o valor dos ingressos, além dos possíveis gastos com transporte e alimentação. Em relação à motivação necessária para uma ida ao museu e/ou exposição, a temática da exposição aparece novamente como um fator determinante para a visita, bem como as oportunidades de lazer, aprendizagem e conhecimento a serem adquiridos, bem como a identificação pessoal e a representatividade da exposição. Dentre a programação e atividades a serem realizadas, este público tem interesse, sobretudo, por oficinas, visitas mediadas com educadores, mostra de cinema, apresentações artísticas, cursos e palestras.

Por fim, o terceiro eixo da pesquisa mapeou o conhecimento e as percepções dos colaboradores da ALESP quanto ao acervo artístico. Cerca de 90% dos colaboradores que responderam à pesquisa sabem da existência dos acervos artístico e histórico, indicando conhecimento e certa proximidade com o acervo artístico. Assim, em pergunta aberta e não obrigatória, solicitamos que os respondentes escrevessem suas expectativas acerca do que esperam encontrar, ver e/ou fazer com o Acervo Artístico da ALESP. Foram obtidas 49 respostas, classificadas nas categorias de Localização; Gestão e Comunicação; Edificação; Exposição, Acervo e Biblioteca; Cultura e Eventos; Poder Legislativo, para a análise do conteúdo.

A categoria *Gestão e Comunicação* apresentou muitos comentários. Em suas observações, os funcionários da casa legislativa reconhecem a existência do acervo, bem como sua importância artística, histórica, cultural e patrimonial. No entanto, apontam que o acervo artístico poderia ser mais bem aproveitado pela instituição, pois aparenta ser pouco divulgado e pouco utilizado para ações institucionais e educativas na Assembleia, como reflete o comentário a seguir: “Acredito que o acervo artístico deveria ter uma maior divulgação, visto que, pelo fato de estar dentro de uma casa legislativa de uma cidade tão grande como São Paulo, ela se apresenta como tendo uma riqueza histórica. A partir deste ponto de vista, vejo que o acervo poderia ser muito mais aproveitado, havendo exposições em parceria com outras instituições ou com apoio de outros departamentos”.

Nesse sentido, os colaboradores indicam que poderia haver uma melhor divulgação do acervo artístico, com informações on-line e acessíveis através de catálogos ou tour virtual (sugerido no estilo 360°, por exemplo), e comunicações internas para os trabalhadores da casa legislativa. Apoio institucional para preservação e gestão do acervo artístico e mostras em horários alternativos são apontados pelos respondentes como ações que também podem ampliar o alcance do acervo.

O conteúdo dos comentários alocados na categoria *Exposição, Acervo e Biblioteca* se divide em dois aspectos: os colaboradores trouxeram sugestões sobre temáticas de exposições e curadoria, além de possíveis cuidados com o acervo através de suporte institucional. Em relação às exposições, os comentários destacam a necessidade de uma curadoria apurada, contemplação de uma diversidade maior de artistas, além de espaços de trocas com servidores que produzem trabalhos artísticos. Foram trazidas sugestões de exposições temáticas que possam abranger a história institucional da ALESP e grandes momentos da casa legislativa, a história do do estado de São Paulo, a identidade paulista, brasileira e tupi-guarani, datas comemorativas e personalidades marcantes, história mundial e do Brasil.

Em relação aos cuidados com o acervo artístico, os colaboradores sugerem ações de preservação e conservação, juntamente com uma organização lógica e estratégica do acervo, capazes de trazer ao público informações qualificadas sobre as obras (como pesquisas, predominância estética, catálogos). Ainda indicam a construção de parcerias com outras instituições, a transformação do acervo artístico em um museu acessível e educativo e a abertura de exposições convidadas via edital.

Os funcionários da ALESP reconhecem a importância deste acervo para a instituição e para a história do estado, demonstrando que as obras devem ser salvaguardadas e respeitadas por todos os indivíduos que passam pela casa legislativa, como é trazido pelo seguinte comentário: “A presença de um acervo artístico tão rico e disperso pela Assembleia é um privilégio cultural, mas carrega consigo a responsabilidade inegável da salvaguarda. Estas obras não são meros objetos decorativos; elas são patrimônio histórico do estado e memória visual da nossa cultura, e a sua preservação garante que esse legado perdure. Portanto, é imperativo que parlamentares e funcionários da ALESP não só apreciem, mas ativamente demonstrem o devido valor a este acervo. Isso se traduz em atos de zelo diário, respeito às peças em sua circulação pela Casa e, crucialmente, no apoio institucional para que as equipes de conservação e catalogação tenham os recursos necessários, transformando a Assembleia em um modelo de gestão de bens públicos culturais”.

Na categoria *Cultura e Eventos*, os funcionários da casa legislativa descrevem suas expectativas acerca de ações culturais e eventos que gostariam de participar. Percebe-se grande expectativa de que o acervo artístico seja amplamente utilizado para ações voltadas ao público, não sendo utilizado apenas para ser exposto. No geral, são solicitadas atividades de lazer, cultura e educação, visitas mediadas sobre o acervo artístico, exposições com temas variados, rodas de conversa, oficinas de preservação e conservação, e apresentações culturais (música,

cinema e teatro) gratuitas e aos finais de semana na ALESP. Um dos comentários ressalta a importância de atividades pensadas para diferentes públicos, indicando a necessidade de ações que contemplem crianças da periferia de São Paulo.

Já na categoria *Poder Legislativo* os comentários evidenciam o desejo dos colaboradores de aprender sobre a história institucional da ALESP, sobre o funcionamento do parlamento e sobre a história política do Estado de São Paulo. Há interesse por educação legislativa e sobre a forma como a arte - através do acervo artístico - se relaciona com a história e a política. Os comentários ainda indicam que as exposições podem trazer em seus conteúdos a história do parlamento paulista, com seus momentos históricos e curiosidades sobre a instituição.

Por fim, a categoria *Edificação* apresentou o menor número de comentários, cuja única ponderação destacou para o uso ampliado do jardim a partir de um projeto que convide o público a circular e frequentar as instalações da ALESP, pois há uma impressão de que o Palácio e seu jardim não são abertos ao público. Já a categoria *Localização* não constou nenhum comentário, pois não se identificou respostas que relacionassem o acervo artístico com a localização da ALESP.

Em suma, os comentários dos colaboradores da ALESP trazem considerações importantes acerca do que esperam ver e/ou fazer com o acervo artístico. Os colaboradores sabem, em sua maioria, da existência do acervo artístico e reivindicam maior interatividade com as obras, sobretudo através de ações educativas e diferentes exposições, para que elas não fiquem somente expostas pela instituição. Os funcionários também apresentam preocupação com o acervo, solicitando cuidados de preservação, zelo e respeito.

Além disso, a última questão do formulário foi deixada como um campo para que o colaborador pudesse escrever aquilo que mais gostaria de compartilhar conosco. No geral, os comentários são positivos e parabenizam a colaboração estabelecida entre a ALESP e a ETEC Parque da Juventude (curso de Museologia) e todo trabalho realizado em decorrência da parceria. O trabalho de gestão, preservação e difusão do acervo artístico da ALESP é incentivado e parabenizado, visto que os colaboradores compreendem que a instituição em que trabalham - enquanto casa do povo - é capaz, também, de promover arte e a cultura através de seus acervos.

2.5 Caracterização do acervo

A ALESP apresenta um vasto e rico Acervo Artístico contando com “1126 obras espalhadas pelo Palácio 9 de Julho”¹⁶. O Acervo abrange ao todo 17 Tipologias, sendo composto em sua maioria (61%) de Pinturas. Outras tipologias importantes são as Esculturas (14%), Fotografias (7,6%), os Desenhos (5,4%) e as Gravuras (3,9%).¹⁷

A maioria das peças de arte foi doada ao longo da primeira década dos anos 2000, em um período de grande movimentação cultural na instituição. Dentre as obras que compõem o Acervo vale destacar os seguintes artistas: Martins de Porangaba, Sara Goldman Belz, Agi Straus, Waldomiro de Deus, Arcangelo Ianelli, Domenico Calabrone e Emanuel Araújo. Mas, o escopo geográfico do Acervo é diverso, possuindo obras de artistas de mais de 31 países.¹⁸ Com relação ao estado de conservação das obras, (48%) apresentam Bom estado de Conservação, (18%) regular e um terço, (33%), precisam de mais atenção tendo seu estado de conservação como ruim. Com relação a Classificação Artística as Obras¹⁹ tipo A e B apresentam juntas cerca de (53%) do acervo e as Obras C (38%)²⁰, cujos parâmetros para atribuição são explicados no Programa de Acervos.

2.6 Análise das funções museológicas (pesquisa, preservação e comunicação)

A falta de tombamento e documentação compromete a segurança e conservação das obras, dado que este controle é feito de maneira preventiva ao extravio ou ações que podem degradar o acervo. O estabelecimento de política de gestão de acervos expressa de maneira clara serve também como regimento de segurança para a instituição diante dos riscos externos.

Uma dificuldade estrutural que pode afetar de maneira sistemática as funções museológicas na instituição é a falta de orçamento contínuo, ações que dependem de recursos financeiros para garantir a manutenção dos equipamentos e equipe responsável pelas tarefas de preservação, pesquisa, difusão e comunicação. A gestão financeira eficiente na instituição parte de necessidades com indicadores de risco, fazendo-se relevante o estabelecimento de prioridades pela gestão da Casa Legislativa, cuja visão global possa definir junto às equipes o grau de necessidade e como os recursos podem ser administrados à curto, médio e longo prazo.

Deve-se lembrar da função social a qual os espaços museais e culturais têm enquanto

¹⁶ Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=482903#:~:text=Forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20acervo,de%20cria%C3%A7%C3%B5es%20de%20artistas%20estrangeiros>. Acesso em: 12/10/2025.

¹⁷ Números elaborados com base em tabela de Catalogação do Acervos fornecida pela ALESP.

¹⁸ <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=425024>. Acesso em: 12/10/2025.

¹⁹ Para mais informações vide sessão de Política de Acervo no Programa de Gestão de Acervos deste Plano Museológico.

²⁰ Números elaborados com base em tabela de Catalogação do Acervos fornecida pela ALESP.

dever a garantia de acesso à população, considerando os aspectos físicos e intelectuais dos públicos. A experiência do visitante seja no acesso às dependências do prédio como também na fruição da exposição pode ser prejudicada em função da falta de uma comunicação visual interna eficiente de orientação e sinalização dentro do prédio (sinalização de áreas restritas, rotas de emergência). Neste sentido, as funções mais impactadas são de comunicação de maneira transversal, com dificuldades para setores de atendimento ao público como por exemplo, o educativo.

Outro fator que deve ser levado em consideração são as condições estruturais do prédio 9 de julho, comprometendo as funções de conservação e segurança das obras. As plantas do prédio são documentos que fundamentam onde é possível realizar melhorias para conservar adequadamente o acervo, e que possam ser contempladas as especificidades técnicas de acondicionamento, ao mesmo passo que se preocupa com a proteção de funcionários e usuários. As diretrizes para diagnósticos de segurança²¹, apresentam orientações que podem direcionar as ações a serem realizadas.

O setor responsável pela comunicação institucional da Casa — que abrange a TV ALESP, redes sociais, site e relacionamento com a imprensa — atua para garantir a transparência e o acesso da população às atividades legislativas. No entanto, a equipe é voltada às demandas gerais da Assembleia e não possui foco específico em comunicação museológica ou para divulgar o acervo.

Assim, o Acervo Artístico da ALESP não é devidamente difundido ou divulgado, inexistindo uma programação regular de publicações feitas nas redes sociais sobre a temática, por exemplo. Assim, o potencial de extroversão do acervo fica inexplorado. As publicações são pontuais e genéricas.

Em relação à pesquisa, não há processos engajados pela própria instituição, em função do número de pessoas na equipe. Mesmo tendo uma relação de catalogação das obras, a falta de controle e de política de empréstimo comprometem as questões de preservação do acervo. Outro fator determinante para o número baixo de pesquisa está no contexto da falta de conhecimento sobre a dimensão e diversidade do acervo.

No entanto, verifica-se que via Ato Administrativo da Mesa Diretora da ALESP ficam acordadas algumas premissas que consideram a relação de funções museológicas específicas ao Acervo Artístico.

²¹ UM MUSEU, Como Gerir. Manual Prático. **Fonte: Conselho Internacional de Museus–ICOM. Paris, 2004, p. 116.**

O Ato n. 21 de 14 de julho de 2005, cujo setor responsável pelo acervo era antes associado à Superintendência do Patrimônio Cultural, estabelece as seguintes atribuições:

I - receber, avaliar, custodiar, conservar e expor as obras integrantes do Patrimônio Cultural da Assembleia Legislativa, composto pelo Acervo Artístico e pelo Museu da Escultura ao Ar Livre;

II - manter o controle atualizado do Patrimônio Cultural;

III - proceder à divulgação das obras componentes do Patrimônio Cultural, inclusive por meio de intercâmbio com instituições nacionais e internacionais voltadas à valorização das mais diversas formas de manifestação artística, utilizando-se para tanto de patrocínios de empresas públicas ou privadas, e dos benefícios das Leis de Incentivo à Cultura existentes nas áreas Federal, Estadual e Municipal;

IV - divulgar, através dos meios de comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Diário Oficial, Rádio e TV Assembleia), bem como através de outras espécies de publicações, as obras do referido Patrimônio Cultural;

V - empreender esforços para a ampliação tanto do Acervo Artístico, quanto do Museu da Escultura ao Ar Livre, notadamente buscando a doação de obras junto aos artistas e entidades diversas;

VI - organizar, com a colaboração do Serviço Técnico de Cerimonial, as exposições artísticas, concertos musicais, palestras, seminários, concursos e outras atividades de caráter cultural realizadas nas dependências do Palácio 9 de Julho, dando ênfase à divulgação da criatividade dos vários Municípios paulistas;

VII - participar, em conjunto com o Grupo de Trabalho Engenharia, subordinado ao Departamento de Serviços Gerais, das decisões sobre as restaurações das áreas nobres e envoltórias do Palácio 9 de Julho, pelo fato do mesmo tratar-se de um Patrimônio Cultural do Estado.

VIII - caberá ao Departamento de Serviços Gerais, através do Grupo de Trabalho Engenharia, colaborar com a execução de projetos, obras e manutenção destinados à implantação do Patrimônio Cultural.

3. ANÁLISE SWOT

A Análise SWOT (ou FOFA — Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) é uma ferramenta estratégica utilizada para compreendermos o contexto interno e externo de uma instituição museológica. Por isso, a realização da análise SWOT para o Acervo Artístico da ALESP teve como objetivo avaliar os pontos fortes e de fraqueza no ambiente interno da casa legislativa, bem como identificar oportunidades e ameaças externas ao seu ambiente, que impactarão diretamente nas ações que envolvem o Acervo Artístico.

A etapa de elaboração de uma análise SWOT, juntamente com seus resultados, é de extrema importância para que possamos compreender melhor os recursos, capacidades e

desafios que serão enfrentados durante a redação do Plano Museológico do Acervo Artístico da ALESP. O Diagnóstico faz-se necessário para que o Plano seja realizado com planejamentos realistas, alinhados ao contexto atual da instituição, auxiliando na elaboração de diretrizes e estratégias para a construção dos programas do Plano.

Foram realizadas entrevistas gravadas com funcionários da Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico, com o intuito de compreender as demandas, desafios e expectativas institucionais em relação à implementação do Plano. As entrevistas foram resultado de encontros presenciais, que tiveram como principal objetivo levantar informações para a análise SWOT. No entanto, para além destes objetivos, os encontros foram fundamentais para ampliar o entendimento das questões de maior ou menor pertinência para a confecção deste documento como um todo.

As informações e os dados coletados a partir das entrevistas foram discutidos em rodas de conversa entre os integrantes que compõem os cinco programas (Gestão de Acervos, Gestão Museológica, Exposições, Educativo, Edificações e Comunicação) possibilitando uma sistematização das informações coletadas, bem como o alinhamento das perspectivas dos diferentes programas junto com os objetivos da ALESP.

Além disso, os debates e práticas desenvolvidas em sala de aula, somados à bibliografia complementar, bem como a mentoria dos professores do Curso de Museologia da Etec Parque da Juventude foram utilizadas ao longo do processo formativo, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos fundamentais para a construção do plano, visando garantir o embasamento necessário para sua coerência e aplicabilidade.

Após a etapa de escutas internas com os colaboradores da Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico, a sistematização das informações resultou em um diagrama de análise SWOT que contemplasse os pontos de maior relevância apontados por cada programa.

Tabela 1 - Análise SWOT

	AUXILIA	PREJUDICA
	Forças	Fraquezas
Organização (análise interna)	<ul style="list-style-type: none"> - Acervo rico, diverso e relevante; - Acervo já catalogado e valorado; - Existência de um plano estratégico para a gestão do acervo; - Visibilidade. A Assembleia Estadual de 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de um organograma específico para o Acervo Artístico; - Desconhecimento por parte da população interna e externa quanto à existência do Acervo Artístico da ALESP, bem como sobre o caráter público do edifício;

	<p>São Paulo, por sua importância política atrai a atenção e possui destaque na mídia. No plano cultural as exposições que já foram realizadas colocaram o acervo da entidade em evidência na mídia.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação diversa dos funcionários envolvidos com a criação do Museu; - Equipe engajada e consciente dos desafios; - Existência de uma política de visitas pelo prédio da ALESP, geralmente para grupos escolares; - Possui bombeiros militares e uma Brigada de Incêndio; - Possui elevadores amplos; - Área de carga e descarga; - Possui AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros); - Lixeiras para coleta seletiva; - Processo de implantação de energia solar; - Bicicletário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de conservação regular e ausência de controle ambiental (climatização e umidade); - Ausência de políticas formais de gestão do acervo (aquisição, descarte, rotatividade, empréstimo); - Equipe sem formação técnica específica (falta de restauradores, museólogos); - Documentação incompleta (planilhas físicas, sem banco de dados digitalizado público); - Baixa visibilidade e reconhecimento do acervo pelo público e pela própria instituição; - Falta de fiscalização das obras emprestadas aos gabinetes; - Falta de política de acesso dos pesquisadores ao acervo; - Equipamentos expositivos insuficientes e salas expositivas em condições não adequadas para exposições; - Inexistência de um "propósito" pedagógico para o Núcleo Educativo; - Mudanças administrativas frequentes; - Perda de obras ou danos por falta de controle rígido; - Falta de orçamento contínuo; - Falta de acessibilidade e comunicação visual interna; - Problemas com infraestrutura (plantas desatualizadas, umidades e goteiras pelo prédio e quedas de energia). - Acúmulo de funções dos funcionários envolvidos.
	Oportunidades	Ameaças

<p>Ambiente externo (análise externa)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação formal do Museu da ALESP; - Elaboração de gestões modernas e transparentes; - Maior reconhecimento e visibilidade do patrimônio artístico e histórico institucional; - Formação e capacitação de equipes; - Criação de uma política institucional de acervo e exposições; - Criação de um laboratório de conservação e restauro; - Estimular debates e consciência crítica; - Estimular a expressão dos visitantes; - Criar uma conexão com a instituição; - Estimular a interação entre arte e história dentro de uma casa legislativa, onde discutem cidadania, democracia, direitos e deveres; - Arte pode fortalecer os valores de democracia e cidadania; - Relação com instituições culturais do entorno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de acessibilidade externa e de acesso ao prédio; - Falta de acessibilidade interna; - Falta de sinalização interna; - Interferência de eventos políticos no espaço expositivo; - Invasões e vandalismos; - Desvalorização institucional da cultura; - Burocracia estatal pode atrasar contratações e projetos; - A natureza política da ALESP, o legislativo estadual é uma composição de forças políticas que participam e/ou formam a estrutura governamental do Estado de São Paulo. Sua composição é periódica (eleições) e fica à mercê de alternâncias, por vezes significativas do viés políticos – no período recente valorização generalizada; - Apropriação indevida de obras por gabinetes parlamentares; - Perda ou danos de obras por falta de controle. - Falta de orçamento contínuo.
--	--	--

4. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A missão, a visão e os valores constituem os pilares estratégicos que orientam a atuação de uma instituição. A missão expressa a razão de ser do Acervo Artístico da ALESP, definindo seu propósito e o compromisso essencial que assume perante a sociedade. A visão projeta o futuro desejado, indicando a direção para onde a instituição pretende caminhar a médio e longo prazo. Já os valores estabelecem os princípios éticos e orientadores que fundamentam as decisões, práticas e relações institucionais. Juntos, esses elementos estruturam a identidade institucional e sustentam a coerência das ações no âmbito do Plano Museológico para o Acervo Artístico da ALESP.

MISSÃO

Preservar, pesquisar, valorizar e difundir o Acervo Artístico da ALESP, assegurando seu acesso público responsável, alinhado às melhores práticas de conservação. Fortalecer sua integração nos espaços institucionais e na identidade visual e narrativa da ALESP, promovendo o diálogo entre arte, história, cidadania e democracia. Contribuir para a perenidade do acervo e para que a ALESP se consolide como um polo cultural relevante para a sociedade, com atuação educativa, social e institucional.

VISÃO

Consolidar-se como centro museológico de referência estadual e nacional — vivo, democrático e acessível — que integra arte, pesquisa e diálogo contínuo entre as artes paulistas, o Parlamento e o circuito cultural da cidade, contribuindo para a cidadania, a democracia e a produção de conhecimento.

VALORES

- **Compromisso público e representatividade da diversidade paulista:** Atuação voltada ao interesse coletivo, alinhada aos princípios da ALESP, promovendo aquisições, parcerias e curadoria que reflitam a diversidade de origens, gêneros, épocas e expressões artísticas da sociedade paulista.
- **Transparência e amplo acesso:** Garantia de processos transparentes, documentados e acessíveis, reforçando a comunicação pública e o direito de acesso à cultura, à memória e à informação.
- **Acesso, inclusão e pertencimento:** Promoção de experiências culturais acessíveis a todos os públicos, valorizando diferenças, fortalecendo o senso de pertencimento e ampliando o diálogo com a sociedade.
- **Responsabilidade e preservação patrimonial:** Cuidado ético e técnico com o patrimônio cultural sob guarda da ALESP, assegurando sua integridade, continuidade e relevância pública.

- **Educação e produção de conhecimento:** Estímulo ao pensamento crítico, ao aprendizado, à pesquisa e ao diálogo entre saberes, contribuindo para a formação cidadã e para a difusão do conhecimento sobre artes e memória legislativa.
- **Integração e diálogo institucional:** atuação articulada com os departamentos internos, instituições culturais e, especialmente, com as áreas de preservação histórica e artística dos três poderes, com destaque para o Legislativo, fortalecendo ações conjuntas de cuidado, pesquisa e difusão.
- **Inovação responsável:** exploração de tecnologias, linguagens e formatos curatoriais que revitalizem o diálogo com o acervo e ampliem sua relação com públicos emergentes, garantindo, ao mesmo tempo, a integridade, a preservação e a relevância contemporânea do Acervo Artístico.
- **Sustentabilidade e impacto duradouro:** gestão responsável de recursos humanos, financeiros e materiais, aliada ao planejamento contínuo e à formação de equipes qualificadas, assegurando que as ações promovam aprendizado, fortaleçam a memória coletiva e gerem transformação cultural contínua, contribuindo para a perenidade do Acervo Artístico.

5. PROGRAMA DE GESTÃO MUSEOLÓGICA

O programa de Gestão Museológica seguirá a estrutura indicada pela Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo (SCEIC-SP) que contempla três eixos: o Programa Institucional, o Programa de Gestão de Pessoas e o Programa de Financiamento e Fomento, sugeridos como programas independentes pelo Estatuto de Museus. Juntos, esses três programas formam a base para o desenvolvimento técnico e administrativo das instituições museais, e que tem como objetivo consolidar os alicerces necessários para uma atuação eficaz, transparente e alinhada com os princípios legais e éticos da museologia. Ao transpor estes aspectos técnicos à realidade da ALESP no processo de consolidação enquanto Acervo Artístico, estes se baseiam sobretudo na perspectiva de operacionalização dos processos que assegurem as vitalidades da instituição em relação à tríade museológica, sobretudo, no que diz respeito ao compromisso de garantir o acesso do acervo à sociedade. O Programa de Gestão Museológica para o Acervo Artístico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) concentra-se na definição de diretrizes organizacionais, orçamentárias e operacionais que assegurem a preservação, valorização e difusão do patrimônio público. Em consonância com os princípios estabelecidos pelo Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009), a gestão do acervo deve garantir a guarda adequada, a pesquisa e a comunicação, cumprindo a função social da instituição.²²

A formulação do Programa de Gestão está também inserida na segunda etapa da elaboração do Plano Museológico, conforme previsto no documento “Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos” (IBRAM, 2016). Esta etapa dedica-se à sistematização dos programas que nortearão a gestão integrada da instituição museal, com foco na sua missão, nos seus objetivos estratégicos e nas condições institucionais e operacionais necessárias para sua consolidação e sustentabilidade.

O Programa Institucional²³ estabelece a identidade do museu, por meio da definição de sua missão, visão, valores e estrutura organizacional. Ele é a base sobre a qual se articulam os demais programas, ao delimitar o papel da instituição no território e na sociedade, bem como sua política de governança. Sua construção deve considerar o contexto histórico, político e cultural da instituição, articulando-se aos marcos legais, como o Estatuto de Museus (Lei nº

²² BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Estatuto de Museus. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025

²³ Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Brasília: IBRAM, 2016. Capítulo III – Etapa II: Elaboração dos Programas, Programa Institucional, p. 46.

11.904/2009) e o Decreto nº 8.124/2013, que regulamenta as políticas de preservação do patrimônio cultural musealizado.

O Programa de Gestão de Pessoas²⁴ trata da valorização do capital humano que sustenta as atividades museais. Esse programa contempla a definição de perfis profissionais, estratégias de formação e capacitação contínua, além de mecanismos de gestão participativa, transparência e bem-estar no ambiente de trabalho. A Política Nacional de Museus já destaca, desde 2003, a importância da formação e valorização dos profissionais da área como eixo estruturante para o fortalecimento institucional (MINC, 2003)²⁵.

Já o Programa de Financiamento e Fomento²⁶ assume papel estratégico na garantia da sustentabilidade institucional. Ele compreende o planejamento orçamentário, a captação de recursos públicos e privados, a gestão financeira e a busca por parcerias. A adoção de modelos inovadores e éticos de financiamento, como editais públicos, fundos patrimoniais e incentivos fiscais, é essencial para a manutenção das atividades-fim e a expansão das ações museológicas.

A construção de um Programa de Gestão Museológica alinhado com as diretrizes do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e da Política Nacional de Museus permite não apenas a ordenação administrativa, mas também o fortalecimento da função social dos museus, reafirmando seu papel como instituições vivas, dinâmicas e comprometidas com a memória e a diversidade cultural brasileira.

Para o desenvolvimento do Diagnóstico Prospectivo para este Programa, analisamos os seguintes documentos internos da ALESP como: Ato de Mesa, relatórios de atividades de levantamento dos acervos (2021) e dados publicizados no site da ALESP.

Vale destacar que em 2005 o Ato de n. 25, criou por decisão da Mesa Diretora o Museu de Arte do Parlamento do Estado de São Paulo, formado pelo Acervo Artístico e pelo Museu da Escultura ao Ar Livre da Assembleia Legislativa. Sendo, portanto, a função de Superintendência do Patrimônio Cultural acompanhar o processo de implementação considerando a entrega de relatório no período de 60 dias, descrevendo uma proposta de avaliação de modelo de gestão. Em um primeiro levantamento do inventário foram listadas 1.242 obras pela equipe de Serviço de Cadastro de Bens.

²⁴ Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Brasília: IBRAM, 2016. Capítulo III – Etapa II: Elaboração dos Programas, Programa de Gestão de Pessoas, p. 50.

²⁵ MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. Brasília: MinC, 2003. In: BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Brasília: IBRAM, 2016. p. 20-21

²⁶ Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Brasília: IBRAM, 2016. Capítulo III – Etapa II: Elaboração dos Programas, Programa de Financiamento e Fomento, p. 85.

O Ato de revogação não foi em particular destacado como deveria ser extinto o Acervo Artístico, cumprindo diretrizes baseadas na legislação e práticas museológicas como por exemplo a justificativa técnica e orientações do que deve ser feito com o acervo, seja em relação a preservação como transferência para outra instituição. O *Ato da Mesa nº 11, de 16 de abril de 2019*) efetivamente é que marca a revogação, listando revogações e mudanças para mais de 150 Atos, não especificando as implicações de cada um, nem mesmo o de revogação do Acervo Artístico.

5.1 Diagnóstico Prospectivo

O Diagnóstico Prospectivo do Programa de Gestão Museológica constitui-se como etapa fundamental para compreender de forma integrada as condições institucionais, administrativas e operacionais que impactam o desenvolvimento do Acervo Artístico da ALESP. A partir da análise SWOT, dos marcos legais e das escutas realizadas com a equipe técnica, este diagnóstico busca identificar os desafios estruturais e organizacionais que atravessam a instituição e antever cenários possíveis para sua consolidação enquanto núcleo museológico. Assim, o Diagnóstico Prospectivo organiza e interpreta as informações levantadas, oferecendo uma visão panorâmica das fragilidades, potencialidades e oportunidades existentes, preparando o terreno para a construção de diretrizes estratégicas que assegurem a preservação, valorização e difusão do patrimônio artístico sob guarda da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

No âmbito da estrutura organizacional, constata-se a inexistência de um Organograma que contemple a gestão do Acervo Artístico da ALESP. As atribuições relativas a esse patrimônio encontram-se distribuídas de modo difuso entre setores administrativos e de comunicação, com equipes técnicas vinculadas ao acervo arquivístico e à biblioteca da ALESP, o que dificulta a definição de responsabilidades e compromete a consolidação de uma política institucional para o acervo. Atualmente, o acervo encontra-se sob os cuidados da Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico, que por sua vez é subordinada ao Departamento de Comunicação; o que foi identificado como ponto de fragilidade na análise SWOT. Tal disposição compromete a visibilidade institucional do acervo e a correta definição de suas responsabilidades, já que o patrimônio artístico não está contemplado nominalmente no organograma da ALESP. Por meio desta avaliação, concluiu-se que a inclusão direta e formal do Acervo Artístico no Organograma da instituição é medida necessária para garantir seu reconhecimento, sua institucionalização e o adequado desenvolvimento das atividades de preservação, pesquisa e comunicação.

Com base nos diagnósticos realizados, entende-se que o Acervo Artístico não constitui a atividade finalística da ALESP, cujo foco institucional é o processo legislativo. No entanto, em razão de sua relevância cultural e simbólica para a sociedade, torna-se imprescindível que ele esteja contemplado na estrutura organizacional. Dessa forma, será possível planejar e executar ações que fortaleçam sua preservação e difusão, comunicando à sociedade suas funções históricas, culturais e educativas de maneira assertiva e estruturada.

Propõe-se, portanto, a inclusão do Acervo Artístico no Organograma, mesmo que ainda vinculado a Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico, que está preste a contemplar uma Coordenação de Acervo, um Programa de Conservação e Documentação, um Programa de Exposições e Programação e um Programa Educativo. Cada Programa dentro desta divisão terá funções específicas: desde a gestão estratégica e a conservação preventiva até a mediação cultural e a organização de exposições. Ressalta-se, contudo, que as exposições já realizadas pela instituição, conforme identificado na análise SWOT, não têm contemplado de forma satisfatória o acervo próprio da ALESP. Em grande parte, essas iniciativas resultam de propostas externas, com curta duração, o que limita sua contribuição para a valorização do patrimônio artístico da Assembleia²⁷. Nesse sentido, torna-se necessária a implementação de uma programação curatorial específica e anual, que estabeleça calendário e eixos temáticos, assegurando maior coerência, continuidade e relevância às ações expositivas.

Um dos desafios centrais identificados é a necessidade de integração entre diferentes áreas da ALESP para que reconheçam a importância do Acervo Artístico da instituição. Tal integração deve ir além da sensibilização: trata-se de estabelecer canais de colaboração em que setores administrativos, técnicos e políticos compreendam tanto as atividades-fim (preservação, pesquisa, comunicação) quanto às atividades-meio (gestão, manutenção, logística) relacionadas ao acervo. A superação dessa fragmentação institucional é condição para que o Programa se consolide como política interna, em diálogo com a própria missão legislativa da Casa.

Outro ponto crítico está relacionado à autonomia administrativa e financeira. Por estar vinculado à ALESP, o acervo não possui estatuto ou regimento interno que lhe permita organizar sua gestão de modo estruturado. A ausência de um marco regulatório vigente compromete a continuidade das ações e concentra decisões em instâncias superiores, dificultando respostas ágeis. Recomenda-se, portanto, a criação de um Regimento Interno específico para o Acervo Artístico, inspirado em outros regimentos da ALESP, que estabeleça

²⁷ Este tema será abordado com maior profundidade e detalhamento no Programa de Exposições.

competências, atribuições e fluxos de decisão. Essa medida permitirá descentralizar processos, garantindo que a equipe responsável possa conduzir atividades com maior eficiência e alinhamento às suas funções.

A gestão orçamentária permanece como uma fragilidade significativa. Os recursos destinados ao acervo são oriundos do orçamento administrativo da Assembleia, sem rubrica própria e com forte descontinuidade. Isso resulta na impossibilidade de planejar ações regulares de conservação, digitalização e difusão. O Programa de Gestão Museológica busca propor a criação de dotação orçamentária específica para o acervo, assegurando sua manutenção contínua. Além disso, é recomendável ampliar as fontes de financiamento por meio de parcerias institucionais, convênios e mecanismos de incentivo à cultura, como ProAc e Lei Rouanet. O incentivo à captação externa não apenas diversifica as receitas, como também insere o acervo da ALESP em redes de cooperação com outros agentes culturais, atendendo às orientações do IBRAM sobre sustentabilidade museológica²⁸. Quando se trata da estrutura macro da Assembleia os processos de aprovação orçamentária seguem procedimentos distintos, no caso, a LDO

“A lei de diretrizes orçamentárias tem a finalidade de "nortear a elaboração dos orçamentos anuais, compreendendo aqui o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas e o orçamento da seguridade social, de forma a adequá-los às diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidos no plano plurianual.” KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática (2016)

A gestão de pessoas aparece como outro desafio central. Há carência de equipe técnica especializada para lidar com o acervo, o que compromete a execução plena das atividades previstas em um Plano Museológico. O presente Programa deverá prever, portanto, a constituição de uma equipe com museólogo, conservador, educadores e técnicos administrativos em número adequado para atender às demandas do acervo. Além disso, torna-se fundamental o estabelecimento de uma política de formação e capacitação contínua, contemplando também as equipes terceirizadas. Essa formação deve contemplar temas como acessibilidade, respeito às diferenças e valorização da diversidade, fortalecendo a ALESP como espaço democrático e inclusivo, em consonância com as orientações da Política Nacional de Museus²⁹ e considerando a situação atual quanto ao quadro de colaboradores.

²⁸ BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos. Brasília: IBRAM, 2016.

²⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania. Brasília: MinC, 2003.

No que tange aos fluxos de trabalho, observa-se a necessidade de padronizar e regulamentar as práticas existentes. Entre as atividades a serem sistematizadas estão: a conservação e o restauro das obras; a curadoria e montagem de exposições; a pesquisa e documentação do acervo; as ações educativas e de mediação; e a gestão de empréstimos internos. Este último aspecto é particularmente crítico, uma vez que parte das obras está dispersa em gabinetes parlamentares, sem controle formal da instituição.

No âmbito do diagnóstico prospectivo, identifica-se também a ausência de um Plano de Gestão de Riscos específico para o Acervo Artístico da ALESP. Embora a instituição conte com brigada de incêndio, bombeiros militares e protocolos gerais de segurança do prédio, tais dispositivos não substituem uma política estruturada de gestão de riscos voltada às particularidades de um acervo museológico. A inexistência desse plano representa uma fragilidade institucional, sobretudo diante da circulação de obras pelos gabinetes parlamentares, da carência de controle ambiental e das vulnerabilidades estruturais mencionadas anteriormente e que serão desenvolvidas com maior profundidade nos Programas de Gestão de Acervo e de Edificações, responsáveis pela execução técnica do Plano de Gestão de Riscos. Assim, a elaboração e implementação de uma política formal de gestão de riscos — abrangendo prevenção, preparação, resposta e recuperação — deve ser reconhecida como condição indispensável para a preservação e continuidade das funções museológicas do acervo.

Além disso, destaca-se a necessidade de enfrentar o desafio da articulação externa com o território e instituições culturais próximas. A inexistência de ações de relacionamento identificadas na análise SWOT limita o reconhecimento do acervo como parte do circuito cultural da cidade. Considerando a localização estratégica da ALESP, próxima ao Parque do Ibirapuera e ao lado de museus de grande relevância, como o Museu Afro Brasil, o MAM-SP e o MAC USP, é fundamental promover iniciativas conjuntas, parcerias e programas de intercâmbio. Essa aproximação pode estimular o público a visitar e conhecer o acervo, reforçando sua função social e educativa.

O Plano Museológico, como apresentado na introdução, deve ser entendido como uma ferramenta estratégica e de aperfeiçoamento de processos museológicos, que visa sistematizar o trabalho em torno do Acervo Artístico da ALESP. Para que esse objetivo se concretize, recomenda-se a realização de avaliações anuais que permitam acompanhar o cumprimento das metas, ajustando metodologias e ações sempre que necessário.

O Programa de Gestão Museológica, portanto, organiza-se em torno de três eixos — estrutura organizacional, gestão orçamentária e fluxos de trabalho — e se articula diretamente

aos Programas de Gestão de Pessoas e de Financiamento e Fomento. Seu objetivo, a partir do Diagnóstico Prospectivo, é viabilizar ações de qualificação dos espaços de guarda, pesquisa e comunicação do Acervo Artístico da instituição, em consonância com os demais programas do plano. Ao enfrentar os desafios de integração institucional, autonomia, formação de equipes, diversidade e articulação territorial, projeta-se como instrumento fundamental para dar legitimidade, sustentabilidade e efetividade às ações voltadas ao Acervo Artístico da ALESP, reforçando seu caráter público e seu papel na promoção da memória cultural e democrática paulista.

Nesse sentido, já em 2005, a própria Assembleia Legislativa havia reconhecido a relevância de seu Acervo Artístico e a urgência de torná-lo institucionalmente consolidado como Museu do Parlamento do Estado de São Paulo, com o propósito de ampliar sua divulgação, integrar a casa ao circuito cultural da cidade e garantir acesso permanente à arte pela população. No entanto, esse Ato (Ato da Mesa nº 25/2005, de 29 de agosto de 2005) foi revogado em 16 de abril de 2019 (Ato da Mesa nº 11/2019), desdobramento esse também resultado das limitações institucionais — como ausência de departamento específico, fragilidade estrutural e falta de apoio interno.³⁰

Contudo, o presente Plano Museológico e Programa de Gestão Museológica mantém a intenção propulsora do Ato de Criação, entendendo que o legado normativo subsiste como instrumento de recomendações fundamentais para estabelecer o planejamento institucional e as diretrizes de gestão, preservação e comunicação do Acervo Artístico da ALESP

5.1.2 Análise dos equipamentos do entorno

Nos materiais de divulgação oficiais produzidos pela Prefeitura de São Paulo (SPTuris) o Palácio 9 de Julho é mencionado em todos os roteiros que contemplam a região do Ibirapuera e Vila Mariana, reconhece-se, portanto, a relevância cultural do equipamento público para visitação turística na Cidade de São Paulo.

Os equipamentos mais próximos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, estão localizados em grande parte no Parque Ibirapuera. O parque em sua grande extensão oferece uma diversidade de atividades de lazer e cultura e tornou-se um dos circuitos de grande visitação na cidade.

³⁰ SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Ato da Mesa nº 25, de 29 de agosto de 2005. Cria o Museu do Parlamento Paulista. São Paulo: ALESP, 2005. Revogado pelo Ato da Mesa nº 11, de 16 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/ato.da.mesa/2005/ato.da.mesa-25-29.08.2005.html>. Acesso em: 4 set. 2025.

Equipamento	Categoria	Distância até a ALESP	Foco temático
Parque Ibirapuera	Lazer Esportes Natureza	270 mts	O parque em si é uma vasta área de lazer e natureza.
Museu Afro Brasil	Museu de arte	500 mts	Dedicado à memória, arte e cultura afro-brasileira.
Pavilhão Cicillo Matarazzo (Pavilhão da Bienal):	Exposição Eventos	1,2 km	Sede da Fundação Bienal, recebe a Bienal de Arte e outros grandes eventos
OCA (Pavilhão Lucas Nogueira Garcez)	Exposição Eventos	700 mts	Espaço para grandes exposições e eventos.
Auditório Ibirapuera	Eventos	700 mts	Espaço para espetáculos e shows.
Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM)	Museu de Arte	800 mts	Museu dedicado à preservação e exposição de arte moderna e contemporânea
Planetário Professor Aristóteles Orsini	Ciência Educação	700 mts	Espaço com sessões de projeção astronômica
Viveiro Manequinho Lopes e Escola Municipal de Jardinagem.	Natureza Educação	2,3 km	Área para cultivo de espécies e formação na área de jardinagem.
Pavilhão Japonês.	Cultura Arquitetura	800 mts	Espaço cultural de representação do estilo arquitetônico e paisagismo tradicional japonês
Museu de Arte Contemporânea(MAC USP)	Museu de Arte	2,1 km	Vasto acervo de arte moderna e contemporânea
Cinemateca Brasileira	Cinema Cultura	2,2 km	Centro cultural dedicado à preservação e difusão do cinema nacional

Casa Modernista	Cultura Arquitetura	3,9 km	Uma das primeiras construções modernistas do Brasil
Sesc Vila Mariana	Cultura Lazer	1,8 km	Centro cultural com variada programação em artes e esportes
Centro Cultural São Paulo (CCSP)	Cultura Lazer	2,2 km	Centro cultural com variada programação de teatro, cinema e arte
Shopping Ibirapuera	Entretenimento	4,1 km	
Shopping Pátio Paulista	Entretenimento	2,0 km	

Diante da variedade de equipamentos e serviços que atendem o público no entorno, alguns podem ser avaliados de acordo com os critérios de aproximação com a prática do Acervo Artístico da ALESP, neste sentido, MAC, MAM, Museu Afro Brasil apresentam características diferentes quanto à política de acesso. O MAC oferece entrada gratuita todos os dias, no entanto, a estimativa de público é baixa. São realizados trabalhos de extensão universitária, mas não há uma relação próxima com o público frequentante do parque.

5.2 Análise Propositiva

A partir do diagnóstico institucional, da análise SWOT e das escutas realizadas com as equipes técnicas, a Análise Propositiva constitui a etapa do plano dedicada à formulação das ações que orientarão o desenvolvimento do Acervo Artístico da ALESP em direção ao cenário almejado. Enquanto o diagnóstico identifica fragilidades, potencialidades e desafios estruturais, esta etapa organiza tais apontamentos em diretrizes estratégicas, táticas e operacionais, definindo caminhos concretos para o aprimoramento da gestão museológica. Trata-se, portanto, de um momento de transformação, no qual os problemas levantados são convertidos em propostas de ação, prioridades são estabelecidas e se delineiam mecanismos de articulação institucional. Nesse processo, também se consideram elementos presentes na minuta do Ato de Revogação, que se mostram pertinentes diante das diretrizes de governança da Casa Legislativa e oferecem subsídios relevantes para o desenho das ações propositivas.

Observa-se que o potencial cultural do entorno é uma oportunidade de estreitar vínculos com as instituições cujo interesse pode ser mútuo, considerando a diversidade de obras que carregam, sobretudo, a história do modernismo. Considerando as visitas técnicas realizadas

junto ao MAC-USP, torna-se oportuno formalizar uma parceria ou acordo de cooperação técnica entre as instituições, cujo foco prioritário seja a capacitação técnica para equipe quanto às práticas de gestão de acervo, exposições e curadoria. Vinculada às práticas de pesquisa e extensão presentes na unidade museológica da Universidade de São Paulo, propor a criação de um programa de capacitação é também viabilizar a troca de experiências entre as instituições, além de promover a sensibilização e o aprimoramento técnico da equipe em funções museológicas essenciais.

A partir deste vínculo em parceria, fomentar a pesquisa na instituição visto que a extroversão e comunicação sobre o acervo poderá ser mais articulado. Neste sentido, não se restringe apenas ao MAC-USP, mas também às outras instituições presentes no entorno, que corroboram para uma articulação em rede de museus e acervos, seja para articulação de públicos visitantes ou de interesse a pesquisadores.

O Programa de Gestão Museológica da ALESP deve, em conjunto com as equipes técnicas, criar regulamentos claros para a circulação e uso do Acervo Artístico. Isso inclui responsabilizar os gabinetes pela guarda temporária das peças. Essa formalização é essencial para reforçar o caráter público e coletivo do patrimônio, em consonância com a cidadania e a democratização da cultura, conscientizando a comunidade interna e externa sobre a função social de instituições museológicas, bem como educar sobre a noção de patrimônio, enquanto dimensão coletiva.

A relação com os gabinetes também pode ser vista como oportunidade. Ao estabelecer programas de sensibilização e formação voltados a parlamentares e servidores, o acervo pode se tornar instrumento pedagógico e político, promovendo a aproximação entre arte, cidadania e as funções legislativas.

Considerando a localização estratégica da ALESP, próxima ao Parque do Ibirapuera e ao lado de museus de grande relevância, como o Museu Afro Brasil e o MAC-USP, é fundamental promover iniciativas conjuntas, parcerias e programas de intercâmbio. Essa aproximação pode estimular o público a visitar e conhecer o acervo, reforçando sua função social e educativa.

O ato 21 de 2005 apresenta caminhos de proposições que podem ser retomadas e consolidadas dentro da área de gestão museológica

Artigo 3º - A Superintendência do Patrimônio Cultural da Assembleia Legislativa será secretariada por grupo de apoio constituído por, no mínimo, 4 (quatro) servidores do quadro permanente do QSAL, sendo permitida a participação de servidores colocados à disposição deste Poder.

Artigo 4º - A Assembleia Legislativa fornecerá os meios necessários à realização das atividades da Superintendência do Patrimônio Cultural, inclusive mediante o fornecimento de veículos para o transporte de obras, bem como através da destinação de verba específica para o custeio das despesas efetuadas ordinariamente com a manutenção do acervo.

O Ato de 2005 reforça concepções muito pertinentes que podem orientar a gestão do Acervo Artístico da ALESP, pois “além de dispor das relevantes funções legislativa e fiscalizatória, constitui um importante canal de comunicação entre os diversos segmentos da sociedade e o Estado, acolhendo em seu edifício-sede variadas modalidades de manifestações artísticas”.

À luz das fragilidades identificadas no diagnóstico institucional, destaca-se a necessidade de elaboração e implementação de um Plano de Gestão de Riscos para o Acervo Artístico da ALESP, em consonância com as diretrizes do Instituto Brasileiro de Museus. A cartilha *Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro* reforça que “a preservação de testemunhos culturais é vocação basilar de um museu”³¹ e que tal preservação depende de políticas institucionais bem definidas, capazes de orientar ações preventivas e emergenciais. A inclusão deste plano no âmbito da gestão da ALESP permitirá sistematizar fluxos de decisão, fortalecer a governança e promover protocolos integrais de prevenção, mitigação e resposta a incidentes que possam afetar o acervo.

A cartilha enfatiza, ainda, que a gestão de riscos deve envolver todos os setores da instituição, sendo necessário “indicar um responsável pela gestão de riscos no museu” e constituir uma equipe multidisciplinar capaz de atuar em situações emergenciais”.³² Ao trazer esta diretriz para a realidade da ALESP, torna-se fundamental estabelecer uma estrutura interna dedicada ao tema, articulando Biblioteca e Acervo Histórico, segurança, brigada de incêndio e manutenção predial. Isso permitirá que o plano seja mais do que um documento técnico — transformando-se em uma política institucional transversal e contínua, capaz de orientar decisões e promover padronização de procedimentos.

Em consonância com esse entendimento, Marcelo Mattos Araújo³³, destaca na cartilha que cabe às instituições museológicas “assegurar estruturas e instalações que garantam a

³¹ IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus). *Gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro: cartilha*. Rio de Janeiro: IBRAM, 2017, p. 9.

Disponível em: <https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2017/09/cartilha-gestao-riscos-pt.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

³² IBRAM. *Gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro*, p. 18.

³³ Marcelo Mattos Araújo é museólogo, advogado e doutor pela FAU-USP. Foi presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) entre 2016 e 2018, além de ter dirigido a Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC) entre 2002 e 2012.

segurança e integridade do patrimônio musealizado brasileiro, além do monitoramento dos ambientes em que se desenvolve sua salvaguarda e exposição; capacitar os profissionais do setor museal a prevenir e minimizar riscos [...] e criar parcerias e redes que permitam atuação conjunta e interdisciplinar”³⁴. Tal perspectiva orienta a necessidade de a ALESP estabelecer protocolos formais com órgãos externos — Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Militar e instituições museológicas parceiras — fortalecendo sua capacidade de prevenção e resposta.

Por fim, o Plano de Gestão de Riscos a ser implementado deve contemplar: análise situacional; identificação dos riscos e vulnerabilidades; definição de protocolos de prevenção, detecção, bloqueio, resposta e recuperação; planejamento orçamentário; rotinas de capacitação contínua; e mecanismos de monitoramento. Conforme indica o IBRAM, um plano eficaz deve “definir normas de conduta e procedimentos essenciais para a normatização da gestão de riscos”³⁵, garantindo que tais diretrizes sejam regulares, revisáveis e institucionalizadas. Sua adoção contribui diretamente para consolidar práticas de preservação e segurança, respondendo de forma técnica e consistente aos riscos identificados.

No que se refere a práticas sustentáveis de governança nas instituições públicas e museológicas, ter a definição de um Plano Anual de Exposições e Eventos, onde os recursos podem ser bem direcionados fortalecendo inclusive a relação com os públicos visitantes, não só é apropriada como fundamental.

Dentro da programação cultural incluir a rota do Museu da Escultura ao Ar Livre, fomentando práticas educativas neste espaço podem reforçar ainda mais a necessidade de infraestrutura, acessibilidade e preservação das mais de 70 obras que estão em via de trânsito das pessoas que frequentam regularmente a Casa Legislativa e até mesmo ao alcance de transeuntes que passam no entorno seja a pé ou de ônibus.

Recomenda-se, ainda, que a ALESP integre formalmente redes e fóruns museológicos — como o SISEM-SP e o ICOM-Brasil — ampliando sua presença institucional e garantindo que as ações de cooperação sejam reconhecidas e acompanhadas em âmbito estadual e nacional.

Para assegurar continuidade e institucionalização, propõe-se a criação de indicadores e metas anuais de articulação externa, contemplando número de ações conjuntas, públicos alcançados, parcerias formalizadas, profissionais capacitados e participação em redes. Tais parâmetros devem orientar avaliações anuais, permitindo ajustes e garantindo que a articulação territorial seja tratada como política permanente de gestão museológica.

³⁴ IBRAM. *Gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro*, p. 09.

³⁵ IBRAM. *Gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro*, p. 17.

A implementação dessas ações contribui para que o Acervo Artístico da ALESP consolide sua presença no circuito cultural, fortaleça sua função educativa e social e amplie seu reconhecimento público, superando fragilidades internas identificadas no diagnóstico e respondendo às recomendações técnicas apresentadas no processo avaliativo.

5.2.1 Políticas institucionais do Programa de Gestão Museológica

Considerando o diagnóstico desenvolvido e as análises propositivas que orientaram a compreensão das necessidades do Acervo, o Programa de Gestão Museológica propõe a formalização de políticas institucionais que assegurem a continuidade, a governança e a sustentabilidade das ações voltadas ao Acervo Artístico da ALESP. Essas políticas têm por objetivo estabelecer diretrizes para o funcionamento administrativo e organizacional do acervo, garantindo condições estruturais mínimas para que as funções museológicas possam ser plenamente exercidas.

- **Política Institucional e Organização Administrativa**

Recomenda-se a implementação de uma Política Institucional que estabeleça, de maneira formal, a posição do Acervo Artístico no organograma da ALESP, garantindo sua visibilidade administrativa e autonomia técnica. Essa política deve prever a criação de um Regimento Interno específico, definindo atribuições, fluxos de decisão, responsabilidades e mecanismos de comunicação entre setores. Além disso, deve-se instituir processos padronizados de gestão alinhados ao Estatuto de Museus e às normativas do IBRAM, assegurando continuidade administrativa, transparência e rastreabilidade das ações.

A Política Institucional também deverá promover a integração entre departamentos administrativos, técnicos e legislativos, reconhecendo o Acervo Artístico como patrimônio público de interesse coletivo e responsabilidade compartilhada pela ALESP como um todo.

- **Política de Gestão de Pessoas**

A Política de Gestão de Pessoas deverá estabelecer diretrizes objetivas para a composição, formação e funcionamento da equipe responsável pelo Acervo Artístico. Recomenda-se definir uma equipe mínima composta por museólogo, conservador, técnico de documentação, educador e assistentes administrativos, assegurando a distribuição adequada das funções e evitando acúmulo de tarefas. O descritivo da equipe mínima e cargos estará demonstrada no Organograma, **item 2.4**.

Essa política deve prever programas contínuos de capacitação, voltados a temas como conservação preventiva, documentação museológica, gestão de riscos, acessibilidade e mediação cultural, garantindo o aprimoramento técnico e institucional da equipe. Também deverão ser instituídos protocolos de integração entre servidores, estagiários e equipes terceirizadas, fortalecendo a comunicação interna e promovendo práticas colaborativas alinhadas às demandas do Acervo.

- **Política de Financiamento e Fomento**

Propõe-se a criação de uma Política de Financiamento que assegure a sustentabilidade institucional do Acervo Artístico por meio de recursos contínuos, planejamento orçamentário estruturado e diversificação de fontes de financiamento. Recomenda-se a instituição de uma rubrica orçamentária específica para o acervo, permitindo o planejamento e execução de ações periódicas de conservação, documentação, comunicação e exposições.

Além disso, a política deve contemplar diretrizes para captação de recursos externos, incluindo a participação em editais, utilização de leis de incentivo à cultura e estabelecimento de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas. Essa política deve prever também mecanismos de transparência e prestação de contas, garantindo que o uso dos recursos seja alinhado às normativas da administração pública e às recomendações do Estatuto de Museus.

Com a implementação dessas políticas, o Programa de Gestão Museológica passa a contar com bases estruturantes que promovem estabilidade administrativa, autonomia técnica e sustentabilidade institucional, assegurando que o Acervo Artístico da ALESP possa cumprir sua função pública de preservação, pesquisa e difusão cultural.

5.2.2. Proposta de organograma para o Museu do Acervo Artístico da ALESP

Esta proposta apresenta uma estrutura organizacional para o Museu do Acervo Artístico da ALESP, com 09 cargos efetivos, distribuídos em dois núcleos técnicos (curadoria/acervo e educativo). A estrutura fundamenta-se no Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009), nas diretrizes do IBRAM e no manual "Como Gerir um Museu" do ICOM, incorporando integralmente o ciclo das funções museológicas (*pesquisar, preservar, comunicar*) e atende às determinações do Ato 21 da Mesa de 2005 da ALESP, que estabelece as ações de custódia do acervo artístico: *receber, avaliar, custodiar, conservar e expor*.

Conforme estabelecido pelo Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009), em seu Art. 3º, "*consideram-se funções museológicas: a pesquisa, a preservação e a comunicação de acervos*"

(BRASIL, 2009). O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), por meio da Política Nacional de Museus, reforça a necessidade de estruturas organizacionais que garantam o cumprimento dessas funções básicas. Esta proposta organizacional para o Museu do Acervo Artístico da ALESP elabora-se para executar de forma integrada o ciclo museológico completo. Esta norma estabelece as ações fundamentais de gestão do acervo artístico: receber, avaliar, custodiar, conservar e expor. A estrutura aqui apresentada organiza os recursos humanos necessários para implementar essas diretrizes de forma eficiente e profissional, atendendo aos parâmetros técnicos do setor museal brasileiro e internacional.

A proposta fundamenta-se no marco legal brasileiro para museus e nas diretrizes internacionais de gestão museológica, particularmente:

- Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009): Define as funções museológicas básicas e a obrigatoriedade de preservação do patrimônio museológico;
- Política Nacional de Museus (Decreto nº 8.124/2013): Estabelece diretrizes para a organização e gestão museológica;
- Ato 21/2005 da ALESP: Especifica as responsabilidades institucionais quanto à custódia do acervo artístico;
- Resoluções do IBRAM: Orientações técnicas sobre documentação, conservação e gestão de acervos;
- Manual "Como Gerir um Museu" do ICOM: Diretrizes internacionais para a organização e gestão de instituições museológicas.

Conforme o IBRAM (2015), "a organização de pessoal técnico qualificado constitui requisito fundamental para o funcionamento adequado das instituições museológicas". O ICOM (2006) complementa que "a gestão de um museu deve assegurar a constituição de equipes multidisciplinares capazes de responder às exigências técnicas e administrativas da instituição".

A estrutura proposta assegura a implementação completa das funções museológicas definidas pelo Estatuto de Museus em sintonia com as determinações do Ato 21/2005 da ALESP. Cada núcleo e cargo foi concebido para executar etapas específicas do processo de gestão do acervo artístico, garantindo que todas as ações de recebimento, avaliação, custódia, conservação e exposição sejam realizadas com excelência técnica e em conformidade com as normas institucionais. A distribuição por núcleos especializados otimiza os recursos humanos

assegurando o cumprimento integral da missão museológica, conforme orientações do IBRAM e do ICOM para instituições museológicas.

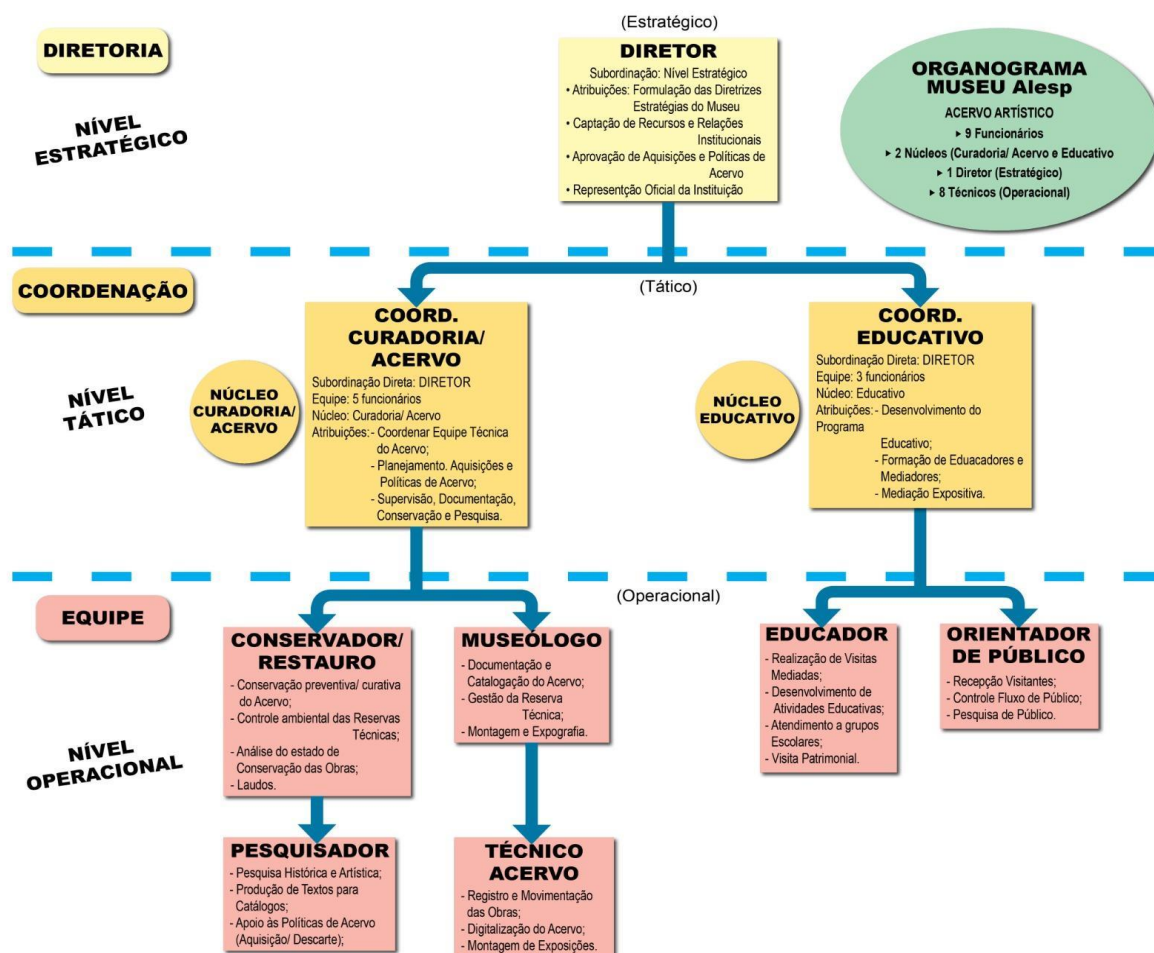


Figura: Proposta de organograma para a gestão do acervo artístico da Alesp

5.2.3. Resumo da Estrutura Organizacional do Museu do Acervo Artístico da ALESP

Esta estrutura organizacional foi concebida para implementar de forma integrada e profissional o ciclo completo das funções museológicas (*Pesquisar, Preservar e Comunicar*), em estrita conformidade com o Ato 21/2005 da ALESP, que determina as ações de *receber, avaliar, custodiar, conservar e expor* o acervo artístico.

A estrutura é dividida em três níveis:

Estratégico: Define as diretrizes e a supervisão geral (ex.: Direção do Museu, vinculada à Alta Administração da ALESP).

Tático: Coordena e gerencia os núcleos técnicos para implementar as diretrizes (Coordenadores).

Operacional: Executa as atividades técnicas e administrativas do dia a dia (demais cargos).

Abaixo, o detalhamento dos três núcleos técnicos que compõem os níveis tático e operacional.

Núcleo de Curadoria e Acervo

Breve Descrição:

Este é o núcleo técnico-central do museu, responsável pela gestão física e intelectual do acervo artístico. Suas atividades diretamente executam as funções de Pesquisar e Preservar, além de fornecer o conteúdo essencial para Comunicar. É o setor que materializa as ações de custódia definidas pelo Ato 21/2005: receber, avaliar, custodiar, conservar e (em conjunto com o educativo) expor.

Funções Museológicas Principais:

Pesquisar: Desenvolver estudos sobre as obras e artistas do acervo, produzindo conhecimento e subsídios para exposições e publicações.

Preservar: Garantir a integridade física das obras por meio de conservação preventiva e curativa, documentação, acondicionamento e gestão ambiental, assegurando sua custódia.

Cargos Correspondentes:

- **Coordenador de Curadoria/Acervo (Nível Tático):** Responsável pela gestão do núcleo, planejamento de exposições, definição da política de aquisições e pela supervisão de todas as atividades técnicas relacionadas ao acervo.
- **Conservador/Restaurador:** Executa e supervisiona as ações de conservação preventiva (controle ambiental, manuseio) e curativa (restauro) das obras de arte, implementando diretamente a função "conservar".
- **Museólogo:** Responsável pela documentação, catalogação, inventário e gestão do sistema de informação do acervo (banco de dados). Garante a correta custódia e a rastreabilidade das obras, assegurando os procedimentos museológicos técnicos.
- **Pesquisador:** Desenvolve estudos aprofundados sobre o acervo, produzindo textos críticos, artigos e conteúdo para exposições, materializando a função de "avaliar" e "pesquisar" em caráter documental, histórico e artístico e os públicos que o acessam ou não o acessam, coordenando as linhas de pesquisa e produzindo textos críticos, artigos e conteúdo para exposições, e difusão materializando a função de "avaliar" e "pesquisar".

- **Técnico de Acervo:** Oferece suporte operacional nas atividades de movimentação, embalagem, acondicionamento, limpeza e organização do acervo e dos espaços de guarda, auxiliando nas ações de "receber" e "custodiar" e na montagem de exposições.

Núcleo Educativo

Breve Descrição:

Este núcleo é a interface principal do museu com o público. Sua missão é mediar a relação entre o acervo (conteúdo gerado pelo núcleo de curadoria) e os diversos públicos, por meio de programas, ações e materiais educativos. É o núcleo executor primordial da função Comunicar, transformando a pesquisa e o acervo preservado em experiências significativas e acessíveis, concretizando a ação de "expor" de forma dinâmica.

Funções Museológicas Principais:

Comunicar: Desenvolver e implementar ações educativas, mediação cultural e programas de acessibilidade que tornem o acervo acessível e compreensível a todos os públicos.

Pesquisar (Aplicada): Realizar pesquisas de público e avaliação das ações educativas para aprimorar continuamente a mediação e o impacto social do museu.

Cargos Correspondentes:

- **Coordenador de Educativo (Nível Tático):** Planeja, coordena e avalia todos os programas e ações educativas do museu, além de gerir a equipe de educadores e orientadores.
- **Educador:** Atua diretamente com o público, realizando mediação qualificada em exposições, oficinas e visitas guiadas. Desenvolve materiais educativos específicos a partir do conteúdo curatorial.
- **Orientador de Público:** Responsável pelo acolhimento, recepção e orientação inicial dos visitantes, além do controle de acesso e da vigilância básica dos espaços expositivos, garantindo uma experiência segura e organizada.

5.3. Sistematização das proposições

A seguir, apresentam-se as ações propositivas organizadas em níveis estratégico, tático e operacional. Essa sistematização busca traduzir as diretrizes identificadas no diagnóstico em medidas concretas para o fortalecimento da gestão museológica da ALESP, favorecendo a compreensão dos prazos de implementação e da articulação entre os diferentes programas do plano.

Nível Estratégico (diretrizes estruturais e institucionais)

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Institucionalização do Acervo em estruturas próprias (rumo à formalização como Museu)	Criar base administrativa sólida para futura instituição museológica	<ul style="list-style-type: none"> - Propor reorganização interna com cargos mínimos - Criar Coordenação de Acervo, Documentação, Exposições e Educativo - Fundamentar com Ato 21/2005 (servidores mínimos + provisão orçamentária) 	Longo prazo
Redação e Institucionalização do Plano de Gestão de Riscos do Acervo Artístico	Criar diretriz institucional transversal	Criar Comitê de Gestão de Riscos; designar responsável técnico; integrar setores	Médio prazo
Estabelecimento de parcerias interinstitucionais	Fortalecer capacidade de prevenção e resposta	Firmar cooperação com Bombeiros, Defesa Civil, museus parceiros, consultores	Médio prazo
Criação do Programa Permanente de Articulação Territorial e Cooperação Cultural	Integrar a ALESP ao circuito cultural da região do Ibirapuera e estruturar relações institucionais contínuas	<ul style="list-style-type: none"> - Redigir minuta do programa - Aprovar na instância interna competente - Integrar ao Plano Anual de Ações dos Programas (Acervo, Exposições, Educativo e Comunicação) 	Médio prazo
Formalização de	Criar vínculos	- Elaborar minuta de	Médio prazo

acordos de cooperação técnica com MAC USP, Museu Afro Brasil, MAM, Fundação Bienal	estáveis de colaboração para capacitação, pesquisa e intercâmbio	cooperação - Aproximar setores jurídicos - Definir frentes: formação, pesquisa, ações educativas e curatoriais	
Criação do Conselho Consultivo de Curadoria do Acervo Artístico	Democratizar a tomada de decisões e garantir participação da sociedade civil	- Definir composição e mandato - Estabelecer regimento interno - Oficializar criação por ato administrativo	Médio prazo
Inserção da ALESP em redes museológicas (SISEM-SP, ICOM-Brasil)	Dar visibilidade institucional e integrar práticas profissionais contemporâneas	- Solicitar filiação - Participar de encontros, fóruns e eventos técnicos	Curto prazo
Definição de indicadores e metas anuais	Garantir continuidade, monitoramento e avaliação das ações	- Criar matriz de indicadores (ações conjuntas, público, capacitação, parcerias, redes) - Realizar avaliação anual	Curto prazo

Nível Tático (processos e regulamentação interna)

Ação Tática	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Criar regulamentos precisos e transparentes para circulação e uso do Acervo (especialmente nos Gabinetes)	Garantir segurança, rastreabilidade e responsabilidade sobre as obras	- Elaborar regulamento de circulação - Criar termo de responsabilidade aos Gabinetes - Adotar controle permanente (entradas, saídas, localização)	Curto prazo
Elaboração dos protocolos institucionais para o	Padronizar prevenção, detecção, bloqueio, resposta e	Redigir procedimentos; revisar anualmente;	Médio prazo

Plano de Gestão de Riscos	recuperação	integrar com brigada	
Programa de capacitação contínua do Plano de Gestão de Riscos	Formar equipe para prevenção e emergência	Cursos anuais; participação em treinamentos externos	Médio prazo
Programa de sensibilização e formação para parlamentares e servidores (em conjunto com o Programa de Acervo)	Tornar o acervo instrumento pedagógico e político	<ul style="list-style-type: none"> - Criar cartilha do acervo - Realizar encontros formativos - Desenvolver materiais de apoio 	Curto a médio prazo
Estruturação de programa de capacitação técnica para a equipe (conservação, documentação, curadoria)	Ampliar a qualificação técnica interna	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar plano de formação anual - Garantir participação da equipe nas ações dos museus parceiros - Estabelecer trilhas formativas 	Médio prazo
Planejamento e implementação do Plano Anual de Exposições e Eventos (em conjunto com os Programas de Exposições e Ação Cultural, Comunicação e Educativo)	Organizar e dar coerência à programação expositiva	<ul style="list-style-type: none"> - Definir eixos temáticos - Estabelecer calendário anual - Integrar com Exposições, Educativo e Comunicação 	Médio prazo
Articulação em rede com instituições da região do Ibirapuera	Expandir pesquisa, circulação de público e intercâmbio	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar reuniões técnicas - Criar agenda de visitas integradas - Participar de ações conjuntas (Semana de Museus, Jornada do Patrimônio) 	Médio prazo
Inserção da Rota do Museu da Escultura ao Ar Livre na programação cultural	Valorizar o patrimônio ao redor do edifício e estimular práticas	<ul style="list-style-type: none"> - Criar visita guiada / material didático - Identificar obras e criar percursos 	Curto a médio prazo

(em parceria com o Programa Educativo)	educativas	- Produzir materiais acessíveis	
--	------------	---------------------------------	--

Nível Operacional (execução cotidiana e ações práticas)

Ação Operacional	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Avaliação anual das ações e produção de relatório	Monitorar efetividade e orientar ajustes	- Reunir indicadores - Produzir relatório anual - Reavaliar metas	Longo prazo (mas com execução anual)
Simulados e exercícios de evacuação para o Plano de Gestão de Riscos	Testar efetividade do plano	Treinos semestrais com brigada e equipes internas	Semestral

6. PROGRAMA DE GESTÃO DE ACERVO

A gestão adequada de acervos institucionais é uma prática fundamental para garantir a preservação, o acesso e a difusão dos itens que compõem um acervo. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, por meio de suas publicações, estabelece diretrizes que orientam as instituições museológicas e detentoras de acervos na criação e execução de seus Programas de Gestão de Acervo. Essas diretrizes estão reunidas em documentos como o “Instrumento de Gestão de Acervos Museológicos”, “Documentação e conservação de acervos museológicos: Diretrizes” e as Normativas do IBRAM e do Estatuto de Museus, que tratam de aspectos como documentação, conservação, comunicação e acessibilidade.

Os Programas de Acervo, segundo o IBRAM, têm como objetivo estruturar as ações de identificação, documentação, conservação preventiva, armazenamento, exposição e difusão dos bens culturais sob a responsabilidade das instituições. No contexto da ALESP, o Programa de Acervo surge como uma iniciativa estratégica para organizar e proteger o conjunto de bens culturais relacionados ao seu Acervo Artístico, tendo em vista a relevância do patrimônio que compõe esse acervo. Apesar de existirem outros conjuntos patrimoniais na instituição, este programa tem como foco exclusivo o Acervo Artístico, não sendo objetivo abordar os outros acervos existentes na ALESP.

A ALESP, enquanto uma das mais importantes instituições políticas do país, reuniu ao longo de sua história um acervo expressivo, composto por aproximadamente 1605³⁶ itens catalogados, entre obras de arte e objetos históricos. Esse conjunto constitui não apenas um patrimônio artístico de valor institucional, mas também um registro significativo da trajetória política, social e cultural do Estado de São Paulo.

O Programa de Acervo também reforça a importância da documentação, da conservação preventiva e da pesquisa museológica como instrumentos essenciais para garantir a preservação e o acesso público a esse patrimônio. Além de atender a demandas técnicas, o programa contribui para a valorização institucional do acervo, promovendo a reflexão sobre a responsabilidade da ALESP enquanto guardiã de parte relevante da memória legislativa paulista.

Dessa forma, este Programa tem como objetivo analisar o Acervo Artístico da ALESP à luz das diretrizes estabelecidas pelo IBRAM, avaliando a aplicação das normas técnicas e dos instrumentos de gestão museológica. Busca-se identificar avanços, desafios e oportunidades de aprimoramento nos processos de documentação, pesquisa, conservação preventiva e segurança

³⁶ Números elaborados com base na mais recente tabela de Catalogação do Acervo fornecida pela ALESP.

do acervo, de modo a contribuir para sua preservação e para o fortalecimento da política de gestão patrimonial da instituição.

6.1 Diagnóstico Prospectivo

O Programa de Gestão de Acervo, voltado ao Acervo Artístico da ALESP, concentra-se em diagnosticar a situação atual deste acervo e em propor metodologias e recomendações que assegurem a interação adequada entre os objetos e seus públicos. Trata-se de uma etapa essencial, uma vez que o acervo já existente pressupõe a existência de procedimentos prévios acerca do cuidado e preservação do Acervo Artístico. Nesse contexto, torna-se fundamental identificar tais práticas, avaliando criticamente quais podem ser mantidas, quais necessitam de ajustes e quais devem ser aprimoradas para garantir uma gestão eficiente e sustentável do patrimônio artístico da instituição.

O diagnóstico prospectivo do Programa de Gestão de Acervo tem como função principal identificar a situação vigente do Acervo Artístico da ALESP, avaliando aspectos relacionados à documentação, conservação, segurança, acessibilidade e difusão das obras. Por meio dessa análise, é possível mapear processos já estabelecidos, detectar lacunas operacionais e antecipar demandas futuras, contribuindo para a tomada de decisões estratégicas.

6.1.1. Equipe atual e fluxos de trabalho

Atualmente a área que cuida do Acervo Artístico, dentro do Organograma da ALESP, está debaixo do guarda-chuva da Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico (DBAH), subordinada ao Departamento de Comunicação. Três funcionários efetivos trabalham em torno do Acervo Artístico, e no segundo semestre de 2025, foi efetivada a contratação de três estagiários, fruto da parceria com o curso Técnico de Museologia, do Centro Paula Souza - ETEC Parque da Juventude.

Desta forma, a equipe é composta por um gestor, dois funcionários efetivos em regime CLT, de 30 horas semanais, e três estagiários, com carga horária trabalhada de 6 horas diárias, totalizando seis integrantes.

Os estagiários se reportam diretamente ao gestor da equipe responsável pela Divisão de Acervos, e à Cecília Machado, museóloga e coordenadora do Curso de Museologia. Embora não exista um cronograma formal de atividades voltadas ao cotidiano e manutenção do Acervo Artístico, os estagiários atuam com base em metas definidas internamente pela DBAH. Essas

tarefas diárias são direcionadas pelo gestor da Divisão, conforme as demandas prioritárias do setor.

Deste modo, entende-se que são os estagiários que atuam cotidianamente com os processos de conservação preventiva do Acervo Artístico, bem como as atividades perpendiculares que se fazem necessárias nesse processo, respeitando sua carga horária e complexidade que um cargo de estágio possa exercer.

Entre as funções desempenhadas pelos estagiários, destacam-se o acompanhamento da catalogação, organização e higienização das obras, bem como o registro de informações referentes à conservação e movimentação do acervo.

Relatórios semanais são elaborados pela equipe, que documentam o andamento das atividades e servem como instrumento de acompanhamento técnico. Em casos de identificação de problemas de conservação considerados graves, os estagiários comunicam imediatamente a situação à supervisão, garantindo a adoção de medidas corretivas adequadas.

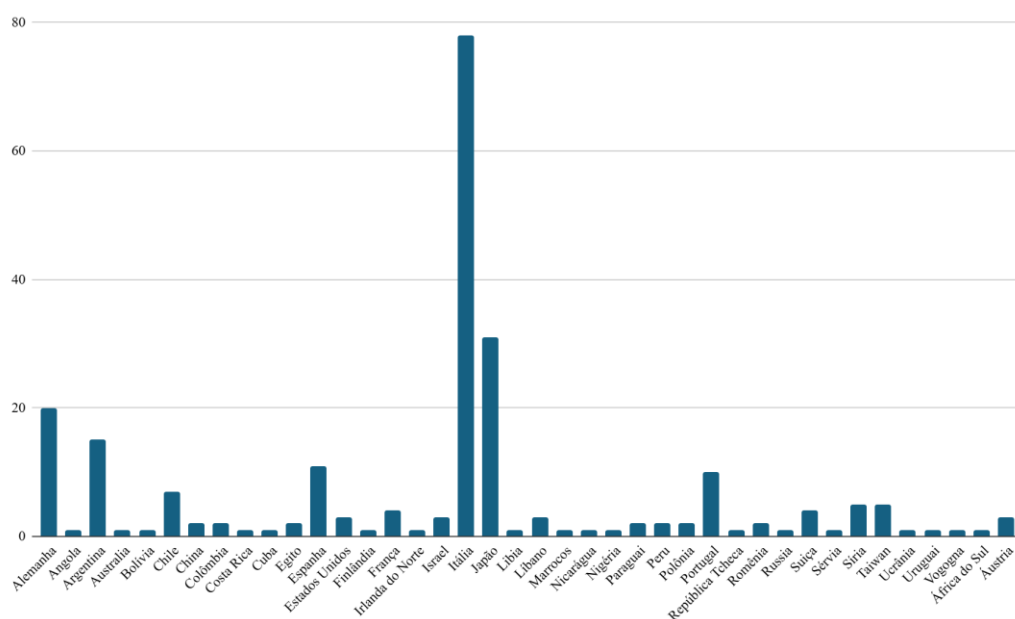
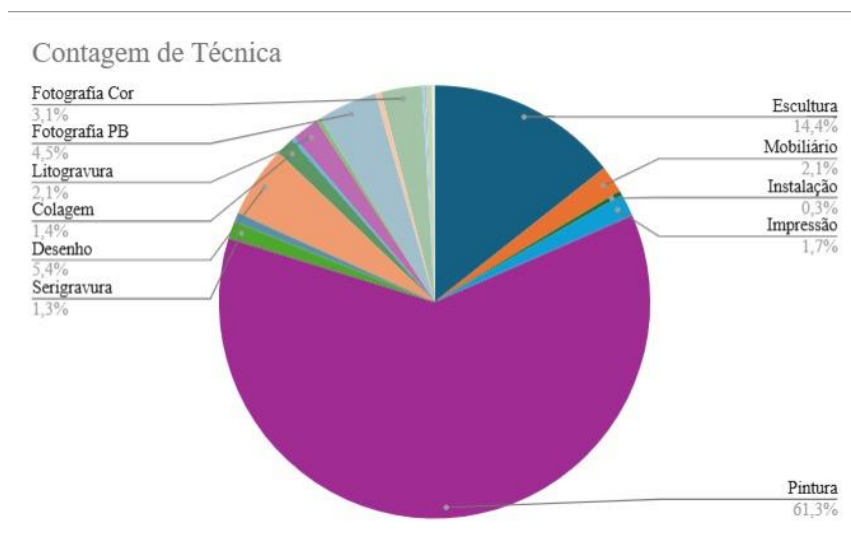
6.1.2. Acervo Artístico da ALESP

O Acervo Artístico da ALESP possui uma grande heterogeneidade de temáticas e tipologias. Com base na Planilha de Catalogação do Acervo fornecida pelo DBAH, foram reunidas uma série de informações sobre sua composição.

Ao todo são 17 Tipologias (Pinturas, Esculturas, Fotografias P&B e coloridas, Desenhos, Gravuras em suas diversas técnicas, Marchetaria, Assamblage, Mobiliário, Pôster, Instalação, Colagens, Vitrais, Livro de artista, Performance, Costura, Impressão, Eletrografia), sendo as mais importantes, as Pinturas (61%) Esculturas (14%), Fotografias (7,6%), os Desenhos (5,4%) e as Gravuras (3,9%). As categorias Gravuras compreendem Litogravuras, Xilogravuras, Serigravuras e Gravuras em Metal³⁷.

O Acervo Artístico apresenta obras de artistas de 31 países. Sobre as obras internacionais, destaca-se a quantidade de obras de artistas nascidos na Itália (78), Japão (31), Alemanha (20) e Argentina (15). Sobre as obras de artistas brasileiros destaca-se a presença de: São Paulo (813), Rio de Janeiro (78), Minas Gerais (44), Bahia (44) e Pará (23).

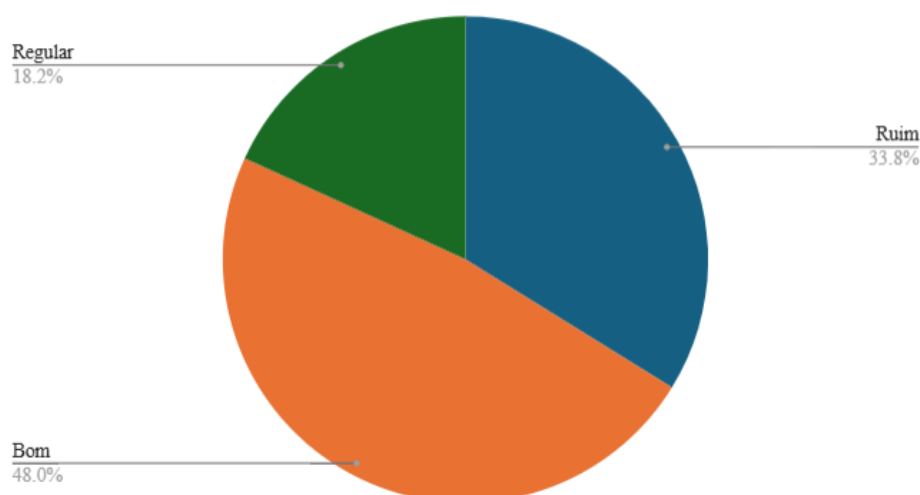
³⁷ Números elaborados com base na Planilha de Catalogação do Acervo fornecida pela ALESP.



A maioria das peças de arte foi adquirida por doação na década inicial dos anos 2000, época de grande quantidade de projetos culturais na instituição. Dentre as obras que compõem o Acervo Artístico vale ressaltar alguns artistas como: Martins de Porangaba, Sara Goldman Belz, Agi Straus, Waldomiro de Deus, Arcangelo Ianelli, Domenico Calabrone. Porém, o Acervo Artístico é diverso em temáticas e escopo geográfico, como apontado anteriormente. Na legenda da tabela fornecida pela DBAH temos destaque para as seguintes temáticas: Mulheres, Cidade e Natureza/Campo, sendo essa última composta por obras que retratam paisagens rurais e urbanas do Estado de São Paulo. Há também ênfase em movimentos históricos como a Revolução Constitucionalista de 1932 e a figuras da política do Estado.

Com relação ao estado de conservação das obras³⁸, 48% delas apresentam Bom estado de Conservação, 18% apresentam estado regular e um terço, 33%, precisam de mais atenção, tendo seu estado de conservação como ruim. De 1574 obras presentes na planilha, 555 foram indicadas para restauro desde o ano de 2021 até 2025. Com relação a Classificação Artística as Obras³⁹ tipo A e B apresentam juntas cerca de (53%) do acervo e as Obras C (38%), cujos parâmetros seguem explicados abaixo.

Porcentagem de Avaliação do estado de conservação (1574 Obras)



6.1.3. Política de Acervo

No momento, o Acervo Artístico da ALESP não possui uma Política de Acervo vigente; no entanto, como o Acervo Artístico já é consolidado e tratado pela instituição, existem procedimentos de rotina previamente estabelecidos para o Acervo Artístico. Dentre esses procedimentos, especialmente no que se refere à aquisição e documentação das obras, destacam-se práticas já em execução.

Para que uma obra seja incorporada ao Acervo Artístico da ALESP, ela deve ser doada. Com base nas visitas técnicas realizadas, foi possível identificar que esse processo de incorporação ocorre de acordo com normas alinhadas àquelas adotadas pela DBAH. Atualmente, não há cargos formais de curadoria de acervo; por esse motivo, a decisão final quanto à entrada de uma obra no Acervo Artístico é atribuída ao gestor da divisão. Para integrar

³⁸ Exemplos de campos da Planilha de Conservação: Número de Patrimônio, Avaliação do estado de conservação, Descrição/ocorrência, Recomendação, Data da avaliação, Responsável pela avaliação e Observações.

³⁹ Para mais informações verificar sessão de Política de Acervo.

o Acervo Artístico, a obra deve, obrigatoriamente, apresentar relação com a história paulista, considerando que esta constitui o direcionamento de aquisição vigente.

Além disso, após a incorporação ao Acervo Artístico, há a etapa de documentação. O Acervo Artístico conta com um conjunto documental similar a dossiês da obra e do artista, que é incorporado ao Acervo Artístico. Esse conjunto documental reúne o maior número possível de informações sobre a obra e sobre o artista e é composto por recortes de jornais, portfólios, currículos, imagens e informações diversas impressas.

Em relação à documentação do Acervo Artístico, também foram identificados procedimentos em desenvolvimento, que visam sistematizar e registrar as informações relativas às obras. O acervo conta com obras classificadas como “A, B, C, D e Objetos Históricos” como resultado de processos de salvaguarda anteriores realizados com o acervo no ano de 2021 e constantes em relatórios disponibilizados para a consulta.

As obras classificadas como “A” são:

“Obras de Artes Visuais compreendidas por técnicas de pintura, desenho, gravura, tapeçaria e escultura do século XIX, XX e XXI cujos autores tenham reconhecimento social comprovado por seus currículos e biografia [pesquisas em bancos de dados e fontes fidedignas de instituições culturais nacionais e internacionais, serão utilizadas para essa comprovação] e cuja representatividade cultural sejam evidentes”. (PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO, 2021, p. 3).

As obras classificadas como “B” são “Obras cujo autor seja desconhecido ou não catalogado. Obra com qualidade artística e relevância cultural evidente. Obras cujo estado de conservação esteja entre os critérios de preservação Bom e Regular.”⁴⁰

As obras classificadas como “C” são “Obras sem relevância artística, cujo autor é desconhecido ou não catalogado. Obras cujo estado de conservação esteja entre os critérios de preservação Bom e Regular.”⁴¹

As obras classificadas como “D” são “Obras sem relevância artística, cujo autor é desconhecido ou não catalogado. Obras que sejam reproduções ou cópias. Obras cujo estado de conservação esteja ruim.”⁴²

E, por fim, os Objetos Históricos são uma nomenclatura atribuída “para objetos que tenham sido ofertados como presentes diplomáticos, premiações, diplomas, entre outros.”⁴³

⁴⁰ PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO, 2021, p. 3.

⁴¹ *Idem*.

⁴² *Ibidem*, p. 3 - 4.

⁴³ *Ibidem*, p. 4.

6.1.4. Diagnóstico das Reservas Técnicas do Acervo Artístico da ALESP

Para iniciar a análise das Reservas Técnicas (RTs), é importante destacar uma pequena divergência identificada nas informações disponíveis. Enquanto o material da DBAH — incluindo o levantamento previamente consolidado em planilha — registra a existência de três reservas técnicas associadas ao Acervo Artístico, a visita técnica realizada em 28 de outubro de 2025 e o diálogo com os funcionários efetivos da Divisão indicaram que, no momento, apenas duas RTs estão em uso. Assim, para fins deste Programa de Acervo, adota-se a situação atual observada como referência principal, considerando, portanto, a existência de duas Reservas Técnicas.

Deste modo, atualmente, parte do Acervo Artístico da ALESP encontra-se armazenada em duas reservas técnicas: RT1 e RT2. A RT1 concentra a maior parte das obras, incluindo itens aguardando exposição, acervo em manutenção ou necessidade de reparos. Ela se encontra no subsolo, próximo ao estacionamento, salas de deputados e outros cômodos diversos. A RT2, menor entre as duas, abriga obras em quarentena, peças danificadas que necessitam de intervenção antes de serem expostas, além de elementos de esculturas do jardim, mobiliário do acervo histórico e mobiliário institucional complementar. Ela se localiza diretamente abaixo da biblioteca, juntamente com o estacionamento.

Há a intenção de extinção da RT2 pois existe um projeto de expansão da RT1 que prevê uma ampliação generosa de espaço, sendo assim então, possível a unificação de reservas técnicas em um só lugar. Este projeto ainda não está em execução.

Além das Reservas Técnicas, parte do Acervo Artístico encontra-se exposto em diversos espaços da instituição, que consistem principalmente em corredores internos e no jardim de esculturas. Embora esses espaços permitam a fruição pública do acervo, eles apresentam limitações em termos de acondicionamento ambiental e proteção física, exigindo atenção especial na gestão e conservação das obras.

Sobre as obras do jardim, a questão climática é a mais evidenciada, pois estão expostas às intempéries do tempo e clima, não sendo possível criar um microclima ideal pensando em sua conservação, já que estão em espaços abertos. Não há uma ação preventiva de conservação para essas obras que se encontram nas áreas externas, o que favorece o seu estado de deterioração. A respeito das obras nos corredores, salas de deputados, etc, a situação é similar, retirando o fato de estarem expostas às condições climáticas externas, pois estão dentro da ALESP.

Voltando à questão das Reservas Técnicas, neste momento focando nas condições encontradas dentro delas, observou-se que tanto elas quanto os espaços expositivos apresentam vulnerabilidades estruturais e ambientais. Em particular, foram identificadas situações que podem gerar riscos à integridade física do acervo, como presença de ralos expostos, tetos com fissuras e proximidade a fontes de poluição provenientes do estacionamento. Essas condições podem favorecer a entrada de umidade, agentes biológicos e poluentes atmosféricos, impactando a preservação dos objetos.



Foto 1: na imagem é possível observar no centro um ralo, próximo a obras de arte.

Ainda que a instituição desenvolva esforços contínuos para proteger e organizar o Acervo Artístico, essas condições evidenciam oportunidades de aprimoramento, especialmente no que se refere ao acondicionamento físico, à proteção ambiental e à segregação adequada das obras conforme seu estado de conservação. A implementação de medidas preventivas e corretivas contribui para reduzir riscos e fortalecer a gestão do acervo, garantindo maior segurança e durabilidade das peças.

O ambiente das Reservas Técnicas, RT1 e RT2, apresentavam acúmulo de resíduos, incluindo embalagens alimentícias. A presença de alimentos nesses espaços representa risco potencial para o acervo, uma vez que restos de comida podem atrair insetos e roedores, aumentando a possibilidade de contaminação e deterioração das obras.

É importante destacar que, após o trabalho realizado pelos estagiários, as reservas técnicas foram reorganizadas e arrumadas, apresentando, de maneira geral, melhorias significativas em termos de ordenação e limpeza. Essa ação demonstra o impacto positivo de medidas de gestão prática, reforçando a preservação do Acervo Artístico e a segurança dos espaços.

Manter ambientes limpos e higienizados constitui uma medida essencial de conservação preventiva, contribuindo diretamente para a preservação do Acervo Artístico. A implementação sistemática de protocolos de limpeza e manutenção reforça a proteção das obras e promove um espaço seguro, tanto para o acervo quanto para os profissionais que atuam na instituição.

Atualmente, os dois espaços destinados às reservas técnicas, RT1 e RT2, não contam com sistemas de controle de umidade ou temperatura, nem com equipamentos adequados para medição e monitoramento climático. Esse contexto limita o armazenamento seguro e eficaz do Acervo Artístico, criando condições propícias para a formação de microclimas e a proliferação de pragas, como insetos, aranhas e cupins, além de favorecer o desenvolvimento de fungos e mofo.

A ausência de controle ambiental adequado não impacta apenas a conservação das obras, mas também a saúde dos colaboradores que atuam diretamente com o acervo. A exposição contínua a agentes biológicos e a ambientes com elevada umidade pode gerar riscos à saúde, que, em caso de negligência prolongada, podem se estender a outros funcionários e visitantes da ALESP.

O controle ambiental é um elemento essencial da conservação preventiva, pois microclimas inadequados podem comprometer não apenas a integridade das obras, mas também a funcionalidade de processos museológicos, como a viabilização de empréstimos de entrada e saída de obras. A ausência de monitoramento impede a elaboração de documentos como o *Facility Report*, que avalia as condições físicas, ambientais e de segurança dos espaços, sendo muitas vezes exigido para empréstimos de obras de arte. Sem essas informações, torna-se inviável garantir que obras emprestadas ou recebidas estejam em condições seguras, comprometendo relações institucionais e oportunidades de difusão do acervo.

Foi possível constatar a presença de diferentes tipos de insetos e aracnídeos nas reservas, incluindo traças, aranhas, cupins e até abelhas. Além das teias de aranha visíveis em vários pontos, a infestação de cupins é especialmente preocupante, dada a sua capacidade de destruir materiais celulósicos, como madeira e papel. A presença desses agentes biológicos representa uma grave ameaça à preservação do acervo.

As obras, especialmente as emolduradas, poderiam se beneficiar de um sistema de armazenamento que assegure maior preservação. Verificou-se que na RT1 algumas molduras estavam empilhadas, o que poderia ocasionar rasgos, deformações e fraturas, além de dificultar o monitoramento de eventuais infestações por pragas. Essa prática contraria as diretrizes de

conservação preventiva estabelecidas pelo IBRAM, que recomendam o armazenamento individualizado e com distanciamento adequado entre os objetos.

A maior questão atual com a RT2 é a presença de vários tipos de obras e objetos diferentes no mesmo local. É importante que as obras que estejam em quarentena sejam afastadas das outras, no entanto, apesar do esforço, o espaço não proporciona um ambiente de isolamento adequado para que essa observação possa ser feita sem a interferência de outras obras com possíveis questões e sem que haja possível contaminação cruzada. Além disso, é importante que as Reservas Técnicas do Acervo Artístico contenham somente objetos relacionados ao Acervo Artístico. Idealmente, os objetos históricos e mobiliário comum seriam mais adequados para permanecerem em outros espaços.

Atualmente, conforme já mencionado, tanto a RT1 quanto a RT2 apresentam melhorias significativas, com o armazenamento inadequado e o empilhamento de obras sendo melhorados. Essa evolução demonstra que a adoção de boas práticas de conservação contribui de forma direta para a proteção do acervo, refletindo positivamente na organização e no cuidado com as obras.

Abaixo, seguem alguns exemplos de situações encontradas:



Foto 1: A imagem mostra vários quadros em condições de acondicionamento não ideais, tocando uns aos outros, sem camadas de papel de conservação, como o glassine. É possível notar nas obras abrasões, desgastes de quinas, perdas de camada pictórica, e sujidades. Há, também, a presença de embranquecimentos similares à mofo.



Foto 2: A imagem mostra um quadro posicionado diretamente no chão, desconsiderando normas de acondicionamento e conservação preventiva, e estando em contato com sujidades provindas do chão. O estado de conservação do quadro é parecido com o descrito na imagem acima, contudo, com um adicional de presença de excrementos de xilófagos acumulados no chão, provindo provavelmente das obras.

A organização do espaço também merece atenção. Foi observado, por exemplo, um guarda-chuva apoiado diretamente sobre uma obra, situação que evidencia riscos à integridade física do acervo e reforça a necessidade de padronização de procedimentos. O armazenamento de objetos pessoais ou materiais sem relação com o Acervo Artístico nas áreas destinadas às obras deve ser evitado, uma vez que pode comprometer tanto a conservação quanto o controle ambiental e de pragas.



Foto 13: É possível notar que na imagem acima uma pintura se encontra em um ambiente similar à um escritório. Ela se encontra ao lado de uma cadeira, no chão. Há também um cabo que aparenta ser de guarda-chuva pendurado na pintura. A obra não possui moldura nem vidro museológico, estando apenas no chassi.

Além dos pontos levantados, é importante mencionar que foram notadas aberturas de acesso no forro que favorecem a entrada de animais de pequeno porte como gatos e saruês (comuns pela proximidade com o Parque do Ibirapuera), ocasionando vários riscos biológicos e danos ao acervo. Já foi encontrada matéria orgânica desses animais infiltradas pelo forro chegando muito próximo às obras de arte. No corredor da RT1 existe um fosso onde os

funcionários notaram a presença de baratas. Houve episódios em que baratas mortas foram encontradas dentro do acervo, assim como a presença de formigas, traças e aranhas pontualmente, por estar situada em meio a muita área verde e com o tipo de forro da reserva pode favorecer a entrada de insetos.

É importante ressaltar que há esforços contínuos para aprimorar a gestão do Acervo Artístico da ALESP. A atuação do grupo de estagiários tem sido fundamental para o monitoramento e a organização do espaço, demonstrando avanços perceptíveis na manutenção das obras e na implementação de boas práticas de conservação.

A disposição das obras dentro das RTs também foi aprimorada. Agora, o espaço conta com um mapa interno contendo a codificação das prateleiras e estantes, o que permite cruzar as informações de localização das obras, registradas na planilha geral de acervo, com o mapeamento físico. Esse procedimento torna o processo de identificação e localização das obras mais ágil e preciso.

Outra melhoria importante foi a adoção de práticas de conservação preventiva e mitigação de danos. Durante a visita, observou-se que as obras em quarentena estavam devidamente isoladas — ainda que o processo de isolamento precise ser aperfeiçoado para atingir as condições ideais. Também foi identificada a remoção de telas de chassis contaminados por insetos xilófagos, com o objetivo de preservar as obras até que novos suportes sejam instalados.

Além disso, constatou-se a presença de materiais adequados ao tratamento e à conservação preventiva, como trinchas, CMC, álcool isopropílico e água deionizada, o que indica uma atenção crescente às condições técnicas do acervo. De modo geral, essas ações demonstram um avanço significativo na gestão e conservação das reservas técnicas da ALESP.

É importante destacar que, os estagiários, embora atuem em caráter formativo e ainda não possuam o título de Técnicos em Museologia, a contribuição desses estudantes tem se mostrado fundamental para a manutenção e organização do acervo. A partir dos resultados observados em seu trabalho, torna-se evidente que a DBAH necessita contar com profissionais com formação específica nas áreas de museologia, conservação e restauro, de modo a garantir uma gestão mais qualificada e contínua do Acervo Artístico.

Ainda assim, considerando o volume e a diversidade do acervo, observa-se a necessidade de ampliação da equipe e de recursos, de modo a assegurar que todas as obras recebam acompanhamento adequado e que as melhorias já iniciadas possam ser consolidadas.

Apesar das melhoras, as situações descritas acima não se configuram como casos isolados, mas sim como práticas e situações que, embora atualmente em processo de mitigação, ainda ocorrem com certa frequência. O reconhecimento dessas demandas, aliado às ações já em andamento, evidencia um cenário de transição e aprimoramento contínuo na preservação do Acervo Artístico. Potencializar esse processo é um dos objetivos almejados.

Outro ponto central refere-se à segurança patrimonial e ambiental das RTs. Considerando os diversos problemas identificados — como ralos expostos, fissuras no teto, risco de infiltrações, proximidade do estacionamento (potencial fonte de poluição e contaminação cruzada), práticas inadequadas de armazenamento e falta de espaço físico —, observa-se que esses fatores configuram a presença dos dez agentes de deterioração descritos no Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (ICCROM). Isso reforça a urgência de intervenções estruturais e ambientais que garantam condições estáveis para o acervo e segurança adequada para os profissionais que atuam nesses espaços.

Os agentes de deterioração são uma classificação internacional utilizada para pensar nas possíveis ameaças que um acervo pode sofrer. Pensando que as reservas técnicas são o lugar em que as obras de um acervo passarão a maior parte da sua existência, é de suma importância que ela seja adequada para acomodar e proteger o acervo. A seguir, faremos compilado das questões apresentadas no diagnóstico, propondo intervenções a fim de melhorá-las.

“Força física” é o agente de deterioração que provém do manuseio, montagem, transporte e armazenagem inadequada, gerando deformações, rupturas, rasgos, estilhaçamento, perda, entre outros. Nas RTs da ALESP podemos encontrá-los nas obras danificadas, falta de espaço de armazenamento, obras acondicionadas de forma não satisfatória, além do processo de quarentena, que apesar de já estar acontecendo, necessita de algumas melhorias.

O agente de deterioração “criminosos” se refere ao desaparecimento, destruição e desfiguração de patrimônio por motivação financeira, ideológica, religiosa ou psicopatológica. Este agente se manifesta nas RTs através do controle de acesso à espaços restritos insuficiente e segurança inadequada. Este último tópico aparece nas RTs mas também se manifesta nas obras do Acervo Artístico. Importante mencionar que a ALESP é uma casa de leis, e como é conhecido casos de depredação de patrimônio artístico em protestos políticos, a possibilidade de que isso aconteça não pode ser descartada, apesar da já vigente segurança para adentrar as dependências da ALESP.

“Fogo” é um agente de deterioração que gera combustão parcial ou total de acervos e de estruturas. É comum que RTs contenham materiais diversos que, em contato com fogo,

possam servir de combustível, como produtos químicos⁴⁴ e as próprias obras de arte. Dentro da RT da ALESP foi possível notar um sistema de incêndio insuficiente, como a falta de um sistema de notificação de incêndios, falta de pias funcionais e extintor.

Nocivo na mesma proporção, a “água” também é considerada um agente de deterioração. Resultantes dela, podemos notar que as RTs têm sistema de tubulação dentro de seu espaço, fissuras no teto e ralos, todos eles passíveis de passarem água, podendo causar danos como manchas, fragilização, deformações, dissolução e migração de materiais hidrossolúveis, corrosão, mofo, etc.

A presença do agente de deterioração “pragas” foi visível também nas RTs da ALESP, e a presença deste agente pode acarretar manchas, perfurações, fragilização, perda de partes, entre outros problemas nas obras do Acervo Artístico. Além de pragas como traças, aranhas e cupins a abertura do forro, que facilita a entrada de animais de pequeno e médio porte é prejudicial.

A proximidade dos carros presentes no estacionamento e de áreas que contêm vegetação indica a presença do agente “poluente”, que pode causar danos à estrutura das RTs e das obras.

Além disso, o agente de deterioração “radiação e luz UV”, que se manifesta pela presença de sol e luz elétrica, se manifesta na falta de controle da quantidade de LUX⁴⁵ presente nas RTs. Junto com ele, vem os agentes de “temperatura inadequada” e “umidade relativa inadequada”, manifestado principalmente na falta de sistema de ar-condicionado e sensores de medição de temperatura e umidade relativa.

Por fim, o décimo agente de deterioração que ocorre nas RTs da ALESP é o de “dissociação”, que se manifesta no inventário de obras que compõem o Acervo Artístico, possíveis obsolescência de software e hardware disponíveis para a execução dos trabalhos do dia a dia e funcionários com funções exclusivas.

Dando continuidade ao Diagnóstico, focando nas obras que compõem o Acervo Artístico da ALESP, pode-se dizer que o estado de conservação das obras em sua maioria está entre Bom ou Regular e um terço com estado de conservação Ruim.

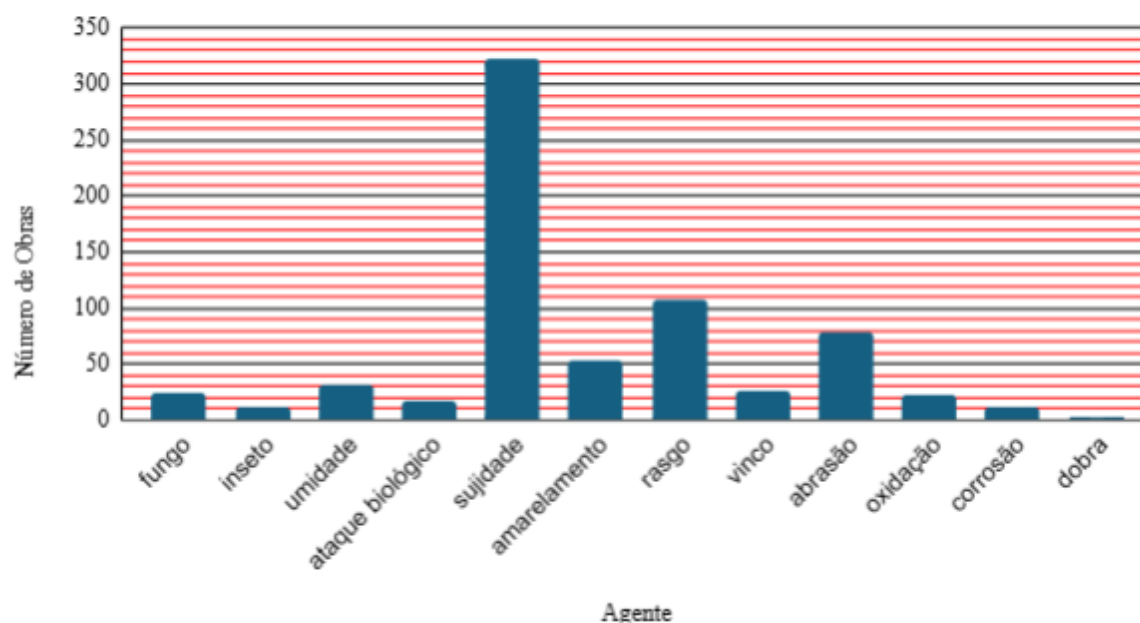
Das 1574 obras que foram analisadas no período de 2021 a 2025, 555 foram indicadas para restauro e mais 14 obras tiveram sugestão de baixa patrimonial. Analisando, assim, a lista de ocorrências presentes na planilha com as obras indicadas para restauro, foi elaborado um gráfico com alguns dos principais agentes de deterioração dessas obras.

⁴⁴ Neste caso é pensado o caso em que uma RT divide espaço com um laboratório de conservação e restauro. No caso do Acervo Artístico da ALESP, foi detectado a presença de reagentes químicos dentro das RTs.

⁴⁵ Lux é uma unidade de medida da iluminância, que quantifica a quantidade de luz que chega a uma superfície.

Aqui vale ressaltar que uma obra pode apresentar mais de um dos agentes de deterioração analisados, pois, por muitas vezes, um diagnóstico complexo que expõe a ação de mais de um desses agentes de deterioração pode se tornar realidade.

Número de Obras para Restauro versus Alguns Agentes



Baseando-se nas informações explicitadas no gráfico, as obras indicadas para restauro destacam como problema, em primeiro lugar, a presença de sujidades (322 ocorrências), seguido dos rasgos (107 ocorrências), abrasão (79 ocorrências), amarelamento (53 ocorrências) e umidade (31 ocorrências). Vale dar destaque a presença diminuída de agentes biológicos de deterioração nas obras indicadas para restauro, tendo os registros de ataques por insetos (12 ocorrências), fungo (24 ocorrências) e ataque biológico (17 ocorrências). No número total de obras cadastradas na planilha esses agentes biológicos possuem: insetos (25 ocorrências), fungo (50 ocorrências) e ataque biológico (26 ocorrências). De qualquer forma é extremamente necessário evitar e mitigar esses tipos de infestações nas obras.

6.1.5. Documentação do Acervo Artístico

A documentação do Acervo Artístico da ALESP é realizada por meio de uma planilha de catalogação elaborada em 2021, que atualmente constitui o principal instrumento de gestão e controle das obras. Essa planilha contempla informações essenciais de identificação e registro, classificando os itens do acervo em categorias de A a D, conforme critérios internos da instituição descritos anteriormente no tópico Política de Acervo.

Em relação à segurança da informação, foi relatado que o backup dos arquivos digitais é realizado pela própria infraestrutura da ALESP, de forma centralizada, abrangendo também a Divisão de Acervos. No entanto, não há acesso às versões anteriores das planilhas, o que limita a rastreabilidade de alterações e revisões nos registros.

Além da planilha de catalogação, existe um acervo fotográfico digital que reúne imagens das obras, armazenado em uma pasta compartilhada em nuvem, com acesso liberado a servidores da ALESP. Essa iniciativa representa um avanço no sentido da digitalização e disponibilização das informações, ainda que se recomende a definição de perfis de acesso e protocolos de atualização das imagens, garantindo maior controle e segurança sobre o conteúdo.

Analizando a junção da planilha com as fotos em nuvem, destaca-se como pontos positivos a centralização da informação, que facilita a busca de informações. No entanto, apesar desta centralização ser majoritariamente benéfica, ressalta-se o compromisso com a integridade da informação, já que caso aconteça algum erro na planilha, o potencial de perda é muito grande, podendo ser assim uma fragilidade também.

Em conjunto às informações anteriores, a ALESP mantém documentação física relacionada às obras e artistas, incluindo dossiês, currículos e portfólios. Esses materiais estão organizados em pastas físicas, localizadas na RT1. Tais registros representam uma importante fonte de informação sobre o contexto de produção e procedência das obras, e poderiam futuramente ser incorporados ao sistema digital de documentação, fortalecendo a integração entre os registros físicos e virtuais do Acervo Artístico.

Outra questão sensível referente à documentação diz respeito à localização das obras. Nas Reservas Técnicas da ALESP existem mapeamentos físicos das estantes, prateleiras e demais suportes, entretanto, nem todas as obras estão devidamente alocadas nesses espaços. A planilha de controle do acervo conta com uma aba específica destinada à localização das peças, porém, o levantamento aparenta estar desatualizado. Observa-se, ainda, que a coluna referente à data da última modificação encontra-se, em sua maioria, sem preenchimento.

Embora seja possível ter uma noção geral sobre a disposição das obras, a ausência de informações atualizadas e verificadas compromete a confiabilidade do registro, gerando incertezas quanto à posição real das peças e dificultando o gerenciamento do acervo. Essa situação evidencia a necessidade de revisão e padronização dos procedimentos de controle e atualização de dados de localização, de modo a garantir maior precisão e segurança na guarda das obras.

6.1.6. Pesquisa

A pesquisa constitui uma das funções essenciais dos museus, conforme estabelecido pelo Estatuto Brasileiro de Museus⁴⁶ e reforçado pelas diretrizes do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). No contexto da ALESP, a pesquisa museológica desempenha um papel fundamental para o entendimento, valorização e difusão do acervo artístico. Nesse sentido, a pesquisa é responsável por reunir informações sobre a origem, materialidade, significado histórico e processos de produção de cada objeto, contextualizando-os dentro da trajetória institucional e da memória política e cultural da ALESP, do estado de São Paulo e do Brasil. Além do mais, subsidia a ação de outras áreas do museu que trabalham em intersecção com o acervo artístico da ALESP, como o programa de exposições e o programa educativo e deve estar alinhada à missão do museu como entendido no livro “Como Gerir um Museu” do ICOM “É muito importante que toda pesquisa em museu seja legal, ética, siga os padrões acadêmicos e corrobore a missão do museu.” (ICOM, 2015, p. 23).

Durante a visita realizada às reservas técnicas e os encontros com a equipe técnica da ALESP, observou-se que o acervo carece de uma estrutura formalizada de pesquisa contínua e sistemática. A ausência de procedimentos de documentação detalhada, aliados aos problemas de conservação preventiva identificados, dificultam o acesso a informações precisas sobre os objetos, prejudicando tanto a gestão do acervo quanto sua comunicação com o público.

Deste modo, a pesquisa de museus aplicada ao acervo da ALESP pode ser dividida em três eixos principais, ou seja; pesquisa histórica e biográfica, pesquisa de avaliação de públicos e pesquisa documental, material e técnica.

A pesquisa histórica e biográfica envolve a investigação sobre a origem dos objetos, sua procedência, o contexto de aquisição e produção, o significado histórico de cada peça dentro do cenário político e legislativo paulista e o estudo sobre a biografia e trabalho dos artistas presentes no acervo. Essa pesquisa é fundamental para a construção de narrativas expositivas e curatoriais, sendo utilizada para a elaboração de exposições temáticas, materiais e ações educativas e em publicações do museu. Pode-se dizer que esse trabalho é realizado na documentação recebida quando uma obra passa a fazer parte do acervo artístico da ALESP, um ponto que identificamos como fragilizado, mas principalmente na busca dos vestígios históricos

⁴⁶ O Estatuto de Museus define em seu “Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.” (Estatuto de Museus - Lei 11.904/2009).

relacionados à obra e a ALESP, como pesquisas em jornais, publicações acadêmicas sobre a história do Parlamento, das artes e da política no Estado de São Paulo, acervo histórico da ALESP, documentação relacionada aos artistas etc. Sendo possível então, projetar mais robustez nas pesquisas já existentes.

A pesquisa de avaliação de públicos⁴⁷ diz respeito a processos de pesquisa que visam entender a relação entre os diferentes públicos e o acervo.⁴⁸ Seja o público interno, ou seja, os funcionários frequentadores atuais e parlamentares da ALESP ou o público externo, ou seja, a população em geral. Algumas perguntas que podem ser respondidas com esse tipo de pesquisa são: Quais os perfis de público que frequentam a ALESP? Quais públicos conhecem o acervo e o futuro museu? Que visão as pessoas têm da instituição e das exposições? Quais são as barreiras para a ampliação dos perfis de público que tem potencial de vir a frequentar e conhecer o acervo?

A pesquisa documental, material e técnica⁴⁹ consiste na identificação dos materiais constituintes das obras (madeira, papel, tecido, metal etc.), bem como das técnicas utilizadas na sua produção e na documentação existente e futura sobre as obras. Essa informação é essencial para subsidiar as ações de conservação preventiva, restauração e manuseio seguro, além de apoiar o planejamento de armazenamento adequado ao processo de salvaguarda.

O Programa de Pesquisa também é o responsável por normatizar o acesso do acervo aos pesquisadores e as parcerias de pesquisa com eles e com outras instituições arquivísticas, museus, bibliotecas e universidades.

6.2. Análise Propositiva

A partir das observações realizadas no Acervo Artístico da ALESP, torna-se evidente a necessidade de implementação de medidas integradas de conservação preventiva e de fortalecimento da gestão técnica do acervo, em consonância com as diretrizes do IBRAM, do CIDOC-ICOM e das Normas Brasileiras de Museus. As análises apontam fragilidades

⁴⁷ A pesquisa de avaliação de públicos diz respeito à dimensão externa da pesquisa em museus que preconiza “§ 2o Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.” (Estatuto de Museus - Lei 11.904/2009).

⁴⁸ “Pesquisas sobre os públicos do museu: destinadas a gerar informações sobre os diversos públicos frequentadores, para que o museu estabeleça meios de comunicação e interação adaptados a cada um dos perfis de público.” Subsídios para elaboração de Planos Museológicos, p. 73.

⁴⁹ A pesquisa documental, material e técnica diz respeito às chamadas pesquisas internas preconizadas para “suprir as necessidades do museu: destinadas a gerar informações acerca do acervo e da temática do museu, disponibilizando-as para os visitantes por meio de exposições de longa duração, curta duração, itinerantes e virtuais, atividades educativas e culturais, publicações, página eletrônica e outros meios.” IBRAM. Subsídios para elaboração de Planos Museológicos, p. 73.

estruturais, documentais, operacionais e ambientais que demandam ações sistematizadas e contínuas, asseguradas por uma política institucional clara e por equipe qualificada.

Destaca-se a urgência de estabelecer Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para a movimentação, monitoramento e registro das obras, especialmente daquelas instaladas em gabinetes e áreas de circulação restrita. A inexistência desses protocolos compromete a rastreabilidade das ações e expõe as obras a riscos diversos.

Essa lacuna se soma à insuficiência de pessoal técnico especializado, uma vez que grande parte das atividades de conservação tem sido desempenhada por estagiários — prática incompatível com as orientações do IBRAM, que determinam que atividades museológicas, em especial de preservação, conservação e documentação, devem ser executadas por profissionais habilitados e supervisionados.

Dessa forma, recomenda-se a ampliação gradual da equipe, com a contratação de museólogos, conservadores-restauradores e demais especialistas em consonância com o organograma proposto no Programa de Gestão Museológica, bem como a definição clara das atribuições dos estagiários, cuja atuação deve permanecer dentro de sua finalidade formativa.

Outro ponto crítico refere-se às Reservas Técnicas (RTs), cuja infraestrutura e organização atual não atendem plenamente às exigências conservacionais. É necessário concluir e disponibilizar o projeto de reforma das RTs, garantindo espaço adequado para o conjunto do acervo. Caso a área disponível não seja suficiente, sugere-se avaliar tecnicamente a viabilidade de uma reserva técnica externa. Após sua reformulação, será indispensável revisar, padronizar e atualizar todos os instrumentos documentais e sistemas de controle de localização.

Em relação aos agentes de deterioração, foram identificadas ocorrências relacionadas à força física, ao armazenamento inadequado, à insegurança, à presença potencial de água, pragas, poluentes e, sobretudo, à falta de controle ambiental. Danos decorrentes de impacto e manuseio incorreto demonstram a necessidade de avaliação técnica individual das obras comprometidas, com registro sistemático em planilhas de conservação e classificação segundo a complexidade de intervenção. Recomenda-se adotar materiais adequados, técnicas corretas de manuseio e rotinas de capacitação contínua. Também se observa a importância de investir em mobiliário museológico — como traineis e mapotecas — ou, provisoriamente, adaptar o mobiliário existente às normas de conservação.

Quanto à segurança, há necessidade de restringir acessos, instalar sistemas de alarme e implementar controle formalizado de entradas e saídas das RTs, além de utilizar vidro museológico em obras expostas, recurso que também auxilia no controle de luz e umidade. Para

prevenção de incêndio, recomenda-se manter extintores adequados, instalar sistemas de detecção e isolar materiais químicos. No que se refere ao risco representado pela água, devem ser estabelecidas rotinas de manutenção predial, proibição de líquidos nas áreas de acervo e práticas educativas internas. Para o controle de pragas, é essencial instituir limpeza sistemática, dedetização periódica e criação de uma área oficial de quarentena, devidamente equipada e isolada.

A ausência de monitoramento de luz, temperatura e umidade representa um dos riscos mais significativos identificados. Recomenda-se a instalação de dataloggers e a adoção de parâmetros reconhecidos internacionalmente — cerca de 50 a 100 lux para pinturas e fotografias, 45% a 55% de umidade relativa e temperatura entre 18°C e 22°C — além da elaboração de relatórios de instalação (Facility Reports). Ambientes sem monitoramento tendem a desenvolver microclimas prejudiciais, que aceleram processos de degradação e podem gerar perdas irreversíveis.

No âmbito documental, observa-se vulnerabilidade ao agente de deterioração denominado “dissociação”, decorrente de lacunas no inventário, de inconsistências nas informações e da dependência de planilhas em Excel, solução suscetível a erros e falhas. Recomenda-se migrar os dados para um banco de dados museológico especializado, permitindo maior precisão e segurança. Sugere-se ainda ampliar o grupo responsável por decisões de incorporação e desincorporação, instituindo formalmente uma comissão técnica.

Todas essas ações devem ser reunidas e orientadas por uma Política de Acervo, cuja inexistência compromete a continuidade e coerência das ações institucionais. Essa política deve contemplar diretrizes para incorporação, documentação, catalogação, conservação preventiva e curativa, movimentação, empréstimos, uso de Facility Reports, critérios de desincorporação, segurança, controle de acesso e gestão de riscos, sempre com definição clara de responsabilidades e periodicidade de revisão.

Por fim, recomenda-se a elaboração de um Plano de Conservação Preventiva alinhado às normativas do IBRAM e do CIDOC-ICOM. Esse plano deve estabelecer rotinas de higienização, controle ambiental, monitoramento das condições de armazenamento e acompanhamento das obras prioritárias para restauração. A reorganização das RTs deve incorporar espaçadores, suportes e materiais neutros, além de estantes adequadas e padronizadas. A área de quarentena deve permitir avaliação preliminar e higienização técnica, enquanto o plano anual de restauro deve classificar as obras por grau de risco, definir cronogramas e contar com especialistas externos.

Em síntese, as medidas propostas buscam fortalecer a gestão do Acervo Artístico da ALESP mediante ações integradas de conservação preventiva, documentação e segurança institucional, assegurando a preservação do conjunto e seu acesso.

6.2.1. Pesquisa

Para no âmbito da pesquisa sugere-se a adoção das seguintes práticas pelas frentes de:

Pesquisa histórica e biográfica: A pesquisa histórica e biográfica é a forma de pesquisa que faz a ligação entre o acervo e a sociedade. Ela é fundamental para a narrativa expositiva e curatorial, para as ações e projetos delineados pelo programa educativo e para o desenvolvimento de instrumentos de divulgação do acervo como catálogos de exposições e publicações e artigos científicos. A pesquisa histórica e biográfica deve ser feita com base em documentações da ALESP, mas também de fontes externas, sejam públicas ou de outras instituições. No caso da biográfica pode ser interessante ter acesso a acervos pessoais dos artistas quando possível. Para esse eixo propomos a divisão nas seguintes linhas de pesquisa: As paisagens do Estado de São Paulo, Os artistas do Parlamento, História Política e Cultural do Estado de São Paulo.

- **As Paisagens do Estado de São Paulo:** Pesquisa sobre as obras que retratam as diferentes paisagens urbanas e rurais que compõem a geografia paulista e sua mudança no decorrer dos anos. Temas como urbanização e meio ambiente podem ser tratados nessa linha de pesquisa.
- **Os Artistas do Parlamento:** Linha de pesquisa focada na produção artística e vida dos artistas que possuem obras no Acervo Artístico. Nessa linha podem se procurar e relacionar obras do mesmo artista em outras instituições museais que conversam com as obras feitas por ele para o acervo artístico da ALESP visando aprofundar a expertise da ALESP nos artistas que compõem o acervo e a formação de futuras exposições com parcerias para empréstimos de obras com outras instituições
- **História Política e Cultural do Estado de São Paulo:** Linha de Pesquisa voltada à investigação das figuras e acontecimentos políticos da História do Estado de São Paulo retratados na ALESP e nas obras dedicadas à representação da diversidade cultural e religiosa do Estado. Como é uma linha de pesquisa grande, podemos dividi-la em sub temáticas como: Os políticos e o Parlamento,

A História das Mulheres no Parlamento Paulista, A História Cultura e participação política Afrobrasileira e Indígena no Estado de São Paulo e o papel da ALESP nos marcos históricos do Estado de São Paulo. Para essas investigações será necessária a articulação entre o acervo artístico e o acervo histórico da instituição, além de apoio nas pesquisas acadêmicas de História e Ciência Política sobre o Brasil e o Estado de São Paulo.

Pesquisa de avaliação de públicos:

A pesquisa sobre os públicos é essencial para compreender como as pessoas se apropriam, entendem, conhecem e avaliam as atividades realizadas pelo Acervo Artístico e pelo futuro museu. Assim como ajuda as equipes do museu a entender quem frequenta e não frequenta o espaço e a elaborar estratégias de intervenção para melhorar os serviços prestados à sociedade. Essa pesquisa pode ser feita em parceria com outros programas do museu, como o programa educativo tanto na fase de elaboração, quanto na aplicação e análise dos dados.

Pesquisa documental, material e técnica:

Essa linha de pesquisa é a chave para compreender a forma de constituição do acervo artístico, como preservá-lo e como difundir o estudo sobre as técnicas artísticas utilizadas nas produções artísticas presentes no acervo. A ela estará atrelado todo o processo de documentação feito pela equipe de conservação preventiva e pela área de política de acervo. Para a realização das atividades de salvaguarda essa linha de pesquisa é fundamental e deve ser a primeira a ser implementada.

6.3. Sistematização das Propostas

A seguir, apresentam-se as ações propositivas organizadas em níveis estratégico, tático e operacional. Essa sistematização busca traduzir as diretrizes identificadas no diagnóstico em medidas concretas para o fortalecimento da frente de Gestão de Acervos.

Nível Estratégico (Diretrizes estruturais e institucionais)

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Fortalecimento da Estrutura Técnico-Profissional	Garantir uma gestão mais qualificada e contínua do Acervo Artístico. O fortalecimento da equipe reduz riscos e melhora a rastreabilidade documental.	Criar um núcleo técnico de Salvaguarda e Documentação, composto por um museólogo, um conservador-restaurador especializado e um técnico ou assistente de documentação.	Médio prazo
Autonomia Administrativa e Técnica do Setor	Alinhar a instituição às práticas museológicas contemporâneas, fortalecendo a responsabilidade enquanto guardião da memória artística e cultural paulista.	Avançar na criação de um departamento específico para acervos, conferindo autonomia administrativa e técnica ao setor, conforme o Estatuto de Museus (Art. 44).	Longo prazo
Elaboração da Política de Acervo	Consolidar, preservar e pôr em prática as proposições, orientando todas as ações relacionadas ao acervo institucional.	O documento deve ser criado por funcionários qualificados da instituição ou por meio da contratação de prestadores de serviço. Deve definir critérios de aquisição, documentação, preservação e desincorporação. Formalizar práticas já existentes é uma opção.	Médio prazo

Implementação de Plano de Conservação Preventiva (PCP) e Plano de Gestão de Riscos	Qualificar o estado de conservação do acervo e reduzir riscos de deterioração.	Deve ser orientado pelas diretrizes do IBRAM e do CIDOC-ICOM, incluindo rotinas sistemáticas de higienização, controle ambiental e monitoramento.	Médio/ Longo prazo
Adoção de Sistema de Catalogação	Alinhar a instituição às práticas museológicas contemporâneas, permitindo controle de versões, integração de imagens, histórico conservacional, localização precisa e maior segurança da informação.	Substituir a planilha manual por um Sistema de catalogação (como o Tainacan), pesquisando bancos de dados voltados à organização museológica.	Longo prazo

Nível Tático (Processos e regulamentação interna)

Ação Tática	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Revisão e Padronização Documental das RTs	Corrigir lacunas nos atuais métodos de denominação e organização, garantindo que a equipe esteja alinhada aos novos procedimentos.	Atualizar os instrumentos de controle de localização das obras, garantindo maior precisão e segurança na guarda das obras.	Médio prazo

Redefinição do Papel dos Estagiários	Garantir que as atividades sejam compatíveis com a formação acadêmica e realizadas sob supervisão direta, evitando que executem tarefas que exijam conhecimento técnico avançado.	Elaborar um cronograma formalizado de atividades, assegurando que os estagiários permaneçam como apoio formativo e não como substitutos de profissionais.	Curto prazo
Implementação de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) (Gestão de Riscos)	Garantir controle formalizado, segurança no manuseio e registro adequado para obras em circulação e nos gabinetes.	Criar protocolos formais para a movimentação e o monitoramento das obras, registrando entradas, saídas e condições de conservação, atendendo às diretrizes do IBRAM.	Curto prazo
Implementação dos Eixos de Pesquisa Museológica	Subsidiar a ação de outras áreas (exposições, educativo) e fortalecer o entendimento, valorização e difusão do acervo artístico.	Estruturar a Pesquisa em três eixos principais: Histórica e Biográfica, Avaliação de Públicos, e Documental, Material e Técnica. A linha Documental, Material e Técnica deve ser a primeira a ser implementada.	Médio prazo
Melhoria da Infraestrutura das Reservas Técnicas (RTs) (Gestão de Riscos)	Assegurar que as áreas de armazenamento atendam plenamente aos padrões de conservação preventiva,	Finalizar, aprovar e disponibilizar para consulta institucional o projeto de reforma das RTs. Caso a ampliação não seja viável, realizar	Médio prazo

	minimizando os riscos de deterioração.	estudo para implantação de uma reserva técnica externa.	
--	--	---	--

Nível Operacional (Execução cotidiana e ações práticas)

Ação Operacional	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Reorganização Física e Acondicionamento das Obras	Mitigar o agente de deterioração "força física" e prevenir deformações, elevando a segurança no manuseio e armazenamento.	Utilizar espaçadores, suportes apropriados e divisórias acolchoadas, separando as obras por tipologia e tamanho. Investir em mobiliário próprio, como traineis e mapotecas, ou adequar o que já existe.	Curto prazo
Criação de Espaço Oficial de Quarentena	Mitigar riscos de contaminação cruzada e garantir maior controle sanitário, isolando obras com questões de conservação.	Criar um ambiente isolado das reservas técnicas, equipado com iluminação adequada, materiais para higienização inicial e fichas de avaliação preliminar.	Curto prazo

Controle e Monitoramento Ambiental (Gestão de Riscos)	Prevenir processos acelerados de deterioração e ter controle sobre o microclima das RTs, que atualmente carecem de sistemas de controle de umidade ou temperatura.	Instalar dataloggers e sistemas de monitoramento de LUX, temperatura e umidade relativa. Adotar condições ideais: 50-100 lux, UR de 45%-55%, e temperatura média de 18°C-22°C.	Médio prazo
Redução de Agentes Biológicos – Pragas (Gestão de Riscos)	Minimizar a presença de pragas como insetos, aranhas e cupins, que representam grave ameaça à preservação do acervo.	Realizar limpeza e dedetização com regularidade. Voltar esforços para a readequação dos espaços, consertando rachaduras e buracos no forro.	Curto prazo
Inventariação e Controle de Localização	Mitigar o agente de deterioração "dissociação" e garantir a confiabilidade do registro.	Atualizar a inventariação dos itens que compõem o Acervo Artístico. Revisar e padronizar os procedimentos de controle e atualização de dados de localização.	Curto prazo
Segurança e Proteção das Obras (Gestão de Riscos)	Mitigar danos provocados por luz, umidade, temperatura e possíveis atos de vandalismo.	Implementar um sistema de alarme nas RTs e adotar algum tipo de controle de entrada e saída. Recomendar o uso de vidro museológico para as obras do acervo artístico.	Médio prazo

Mitigação do Risco de Fogo e Água (Gestão de Riscos)	Reduzir a vulnerabilidade estrutural e ambiental que gera riscos à integridade física do acervo.	Adotar extintores de incêndio e sistemas de mitigação de focos de incêndio dentro das RTs. Realizar verificações periódicas no sistema hidráulico e proibir a entrada de líquidos nas áreas de armazenamento.	Médio prazo
--	--	---	-------------

7. PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES E PROGRAMAÇÃO CULTURAL

O Programa de Exposições constitui um eixo fundamental da política museológica, atuando na curadoria e na extroversão de acervos e processos, com foco nas formas de apresentá-los ao público de maneira crítica e sensível. Mais do que a simples exibição de objetos, compreende a exposição como dispositivo de mediação cultural e espaço de fruição, reflexão e construção de sentidos.

Nesse escopo, o Programa amplia os modos de comunicação dos acervos e dos temas-chave da instituição, contribuindo para o acesso qualificado à cultura e à educação, bem como para a formação e ampliação de públicos. Estabelece diretrizes para a realização de exposições de curta, média ou longa duração, presenciais, virtuais ou itinerantes, incentivando a adoção de tecnologias assistivas, recursos multissensoriais e a atuação de equipes especializadas a fim de garantir acessibilidade comunicacional e atitudinal.

O Programa de Exposições trata, portanto, do conjunto de ideias e práticas que buscam trabalhar as relações da memória por meio dos objetos. Leva em conta desde as questões conceituais, como a escolha da temática e sua aproximação com o público-alvo, a seleção dos objetos e o discurso expositivo, até a organização do conteúdo no espaço arquitetônico, o uso de linguagem e tecnologias variadas e, ainda, a implantação de recursos de mediação apropriados aos diversos públicos (IBRAM, 2009)

No contexto da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, o Programa de Exposições representa uma oportunidade estratégica de transformar o Acervo Artístico em instrumento ativo de educação cidadã, memória institucional e fortalecimento do diálogo democrático. Sua implementação articula-se com os campos de gestão de acervos, ação educativa, pesquisa, comunicação e cultura, reforçando o compromisso da instituição com a promoção do acesso público, da transparência e do direito à memória.

7.1. Diagnóstico Prospectivo

A análise dos espaços expositivos parte do reconhecimento de que a infraestrutura física e os recursos disponíveis impactam diretamente tanto a preservação do acervo quanto a qualidade da experiência oferecida ao público. Considerando que as exposições estão distribuídas por diferentes áreas do edifício, com usos e condições variadas, torna-se necessário avaliar de forma sistemática os ambientes utilizados para fins expositivos, identificando potencialidades, limitações técnicas e requisitos mínimos para garantir segurança, acessibilidade e comunicação adequada dos conteúdos.

Este diagnóstico procura mapear as condições atuais dos espaços, considerando aspectos como conservação ambiental, fluxo de circulação, acessibilidade física e comunicacional, iluminação, sinalização e potencial expositivo. A análise também contempla a estrutura de gestão e planejamento, evidenciando a ausência de uma política curatorial sistematizada e de um conselho artístico, elementos importantes para a qualificação do programa expositivo.

Essas constatações permitem delinear diretrizes e parâmetros integrados para o fortalecimento da política expositiva, assegurando práticas contínuas, seguras, acessíveis e alinhadas aos princípios da museologia contemporânea e às políticas públicas de cultura e inclusão.

A conservação do acervo exposto depende diretamente do controle das condições ambientais do espaço expositivo: temperatura, umidade, luminosidade e poluentes devem ser monitorados constantemente (UNESCO, 2010, p. 22).

Essas condições impactam diretamente a preservação das obras, a qualidade da experiência do público e a plena inclusão de visitantes. Por isso, o diagnóstico prospectivo aponta a necessidade de estratégias de adequação e modernização, garantindo que os espaços expositivos não apenas abriguem os objetos, mas se tornem instrumentos de mediação cultural efetiva, alinhados às boas práticas museológicas e à missão educativa da instituição.

7.1.2 Gestão e formulação de exposições

A Divisão de Comunicação Social da ALESP é o setor responsável por organizar, divulgar e apoiar as exposições realizadas na instituição, sendo também o canal de contato para artistas interessados em expor suas obras.

Para expor na ALESP, os artistas devem entrar em contato diretamente com a Divisão de Comunicação Social a fim de obter orientações e condições necessárias. É preciso apresentar com antecedência documentos como o release da exposição e a lista das obras.

Os três departamentos que trabalham em conjunto na organização de exposições nos espaços da ALESP são: a Divisão de Comunicação Social, a Divisão de Comunicação Institucional e a Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico.

- **Divisão de Comunicação Social:** É responsável pela divulgação e organização de materiais relacionados a exposições, tanto para o público interno quanto para o externo. Também atua na reserva de espaços para exposições e na coordenação das exposições artísticas temporárias.

- **Divisão de Comunicação Institucional:** É responsável pela divulgação e gestão da imagem do parlamento. Para as exposições organizadas pela ALESP, essa divisão cria todo o layout da comunicação.
- **Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico:** Responsável pela criação e gestão das exposições do Acervo Artístico da ALESP, cabendo a ela toda a pesquisa e organização do conteúdo histórico envolvido.

São realizados três tipos de exposições: as temporárias, com duração de duas semanas; as de longa duração, sem prazo definido; e a exposição permanente, localizada na Sala dos Presidentes.

As exposições temporárias são organizadas pela equipe da Comunicação Social. Conforme mencionado no site da ALESP, essas exposições devem ser realizadas sem fins lucrativos. É necessária a apresentação prévia de dois documentos para a solicitação de reserva do espaço e da data: o *release* da exposição – contendo uma breve biografia do(a) artista ou curador(a) – e a lista das obras a serem expostas – com fotografias de todas elas. O espaço para a exposição é sugerido conforme a quantidade, o tamanho e o tipo das obras. Além disso, as exposições devem ter conteúdo acessível e apropriado para todos os públicos.

As exposições de longa duração, organizadas pelos departamentos de comunicação, utilizam as mesmas áreas das exposições temporárias e os corredores próximos aos gabinetes. Além disso, realizam pelo menos uma exposição por ano, seja com o Acervo Artístico de obras de arte, seja com documentação histórica. A exposição permanente refere-se à Galeria dos Presidentes, um espaço que reúne retratos de todos os deputados que já presidiram a Casa Legislativa.

Complementarmente, as obras do jardim, parte integrante do acervo, encontram-se sob responsabilidade também da Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico, mas devido ao mau estado de conservação, o acesso do público não é permitido, estando previstas visitas apenas após a realização de trabalhos de restauração.

As exposições desenvolvidas pela Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico ainda não seguem uma política sistematizada de curadoria ou programação. Inicialmente, as ações expositivas foram orientadas pelas propostas deixadas por Cecília em 2021. Em sequência, foi realizada a reedição de uma exposição histórica anteriormente apresentada, além da produção de duas mostras vinculadas a datas comemorativas da ALESP: os 70 anos do acervo fotográfico e os 190 anos da instituição.

A exposição de arte mais recente foi concebida em alinhamento com a temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), articulada conjuntamente pela Divisão e pelo Instituto do Legislativo Paulista. De modo geral, as exposições têm buscado promover reflexões sobre o passado, o presente e o futuro, integrando arte, história e cidadania, e reforçando o compromisso institucional com a educação, a memória e a democratização do acesso à cultura.

7.1.3 Descrição dos espaços expositivos

Os espaços expositivos da ALESP não foram planejados nem adaptados especificamente para essa finalidade. Por isso, apresentamos a seguir um diagnóstico das principais inadequações desses ambientes, indicando o que é necessário para aprimorar tanto as condições de preservação das obras quanto a experiência do visitante.

Espaço Cultural IV Centenário

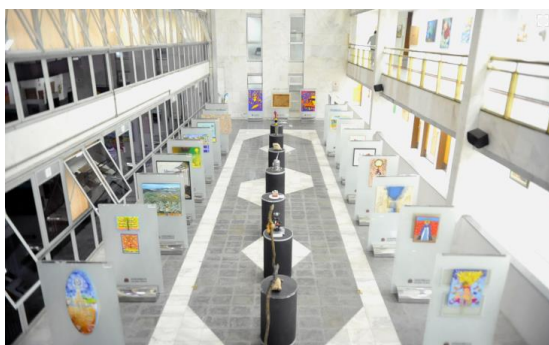
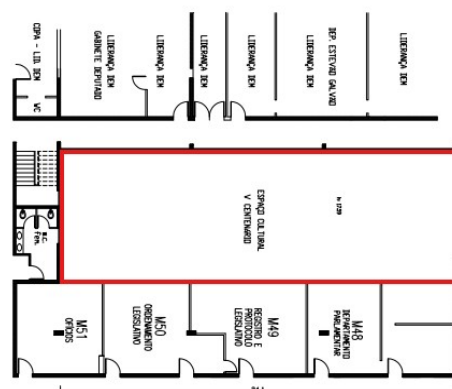


Imagem site da ALESP



Localizado no 1º andar, este espaço é destinado a exposições temporárias, com duração média de duas semanas.

Infraestrutura e Condições:

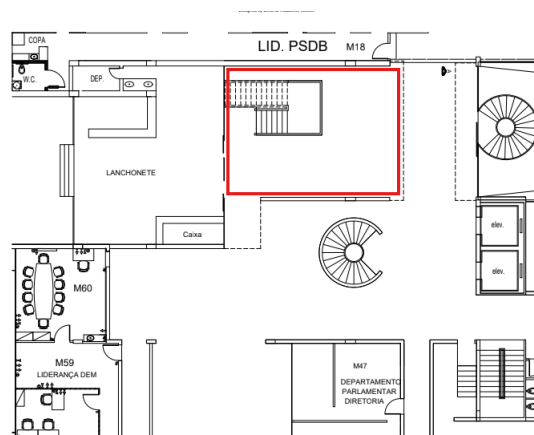
- **Suportes:** O espaço utiliza biombos de vidro como principal suporte para a instalação das obras. Embora funcionais, esses elementos apresentam limitações quanto à estabilidade, segurança e flexibilidade expográfica, restringindo a variedade de formatos, pesos e tipologias de acervos que podem ser expostos. A ausência de suportes especializados também dificulta a implementação de soluções mais adequadas de montagem e conservação preventiva.

- **Climatização:** O local não possui sistema de climatização próprio, o que impede o controle adequado de temperatura e umidade relativa. Essa ausência compromete as condições de preservação das obras, sobretudo aquelas compostas por materiais sensíveis, além de gerar variações ambientais que podem acelerar processos de deterioração.
- **Iluminação:** A iluminação disponível é a iluminação geral do prédio, sem um projeto luminotécnico específico para exposições com alta incidência de luminescência. Isso limita o controle sobre intensidade, direção, incidência e qualidade da luz aplicada às obras, podendo resultar em exposição inadequada, ofuscamento, reflexos indesejados e riscos de danos causados pela luminosidade excessiva. A falta de autonomia para ajustes compromete tanto a preservação quanto a experiência estética do visitante.
- **Segurança:** O espaço não possui demarcações no piso ou barreiras físicas que limitem a aproximação do público às obras. A ausência desses elementos reduz o controle sobre o fluxo dos visitantes e aumenta o risco de toques acidentais, impactos ou danos ao acervo exposto.

Espaço Villas Boas



Imagem site da ALESP



Localizado no 1º andar, em frente ao restaurante. A posição favorece a visibilidade, mas apresenta riscos como interferência sonora, odores e fluxo intenso de pessoas.

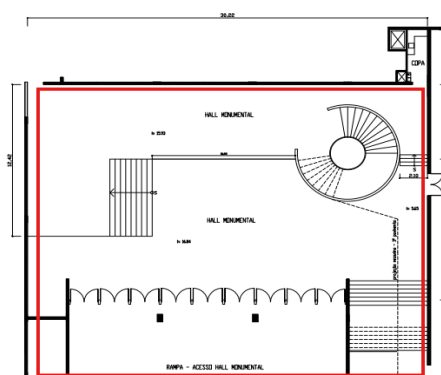
Condições de Exposição:

- **Suportes expográficos:** O espaço utiliza bases com suportes de vidro e biombos de madeira para a montagem das exposições. Embora funcionais, esses elementos

apresentam limitações quanto à versatilidade e à segurança, restringindo a adaptação do espaço a diferentes tipologias de obras e dificultando a adoção de soluções expográficas mais adequadas.

- **Climatização:** O local não possui sistema de climatização próprio, o que impede o controle adequado de temperatura e umidade relativa. Essa ausência compromete as condições de preservação das obras, sobretudo aquelas compostas por materiais sensíveis, além de gerar variações ambientais que podem acelerar processos de deterioração.
- **Iluminação:** A iluminação disponível é a iluminação geral do prédio, sem um projeto luminotécnico específico para exposições. Isso limita o controle sobre intensidade, direção, incidência e qualidade da luz aplicada às obras, podendo resultar em exposição inadequada, ofuscamento, reflexos indesejados e riscos de danos causados pela luminosidade excessiva. A falta de autonomia para ajustes compromete tanto a preservação quanto a experiência estética do visitante.
- **Segurança:** O espaço não possui demarcações no piso ou barreiras físicas que limitem a aproximação do público às obras. A ausência desses elementos reduz o controle sobre o fluxo dos visitantes e aumenta o risco de toques acidentais, impactos ou danos ao acervo exposto.

Hall Monumental

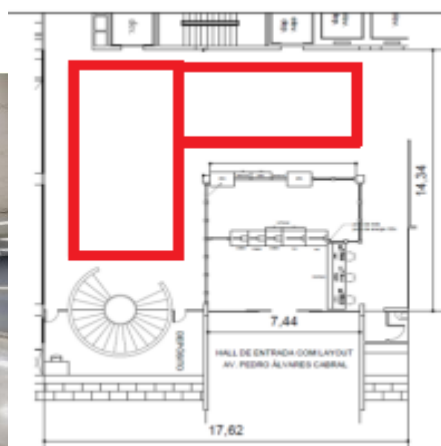


O espaço é destinado a exposições temporárias e de longa duração, com uso compartilhado pelo setor de Comunicação Social. Quando utilizado para cerimônias de velório, as obras expostas são removidas e realocadas.

Condições de Exposição:

- **Suportes Expográficos:** Utilizam-se biombos de madeira com rodízios, o que oferece maior flexibilidade para a montagem e reorganização das exposições. No entanto, esses elementos podem apresentar limitações quanto à estabilidade e à segurança, especialmente para a exibição de obras mais sensíveis ou de maior peso.
- **Climatização:** O local não possui sistema de climatização próprio, o que impede o controle adequado de temperatura e umidade relativa. Essa ausência compromete as condições de preservação das obras, sobretudo aquelas compostas por materiais sensíveis, além de gerar variações ambientais que podem acelerar processos de deterioração.
- **Iluminação:** A iluminação disponível é a iluminação geral do prédio, sem um projeto luminotécnico específico para exposições. Isso limita o controle sobre intensidade, direção, incidência e qualidade da luz aplicada às obras, podendo resultar em exposição inadequada, ofuscamento, reflexos indesejados e riscos de danos causados pela luminosidade excessiva. A falta de autonomia para ajustes compromete tanto a preservação quanto a experiência estética do visitante.
- **Segurança:** O espaço não possui demarcações no piso ou barreiras físicas que limitem a aproximação do público às obras. A ausência desses elementos reduz o controle sobre o fluxo dos visitantes e aumenta o risco de toques acidentais, impactos ou danos ao acervo exposto.

Espaço Heróis de 32

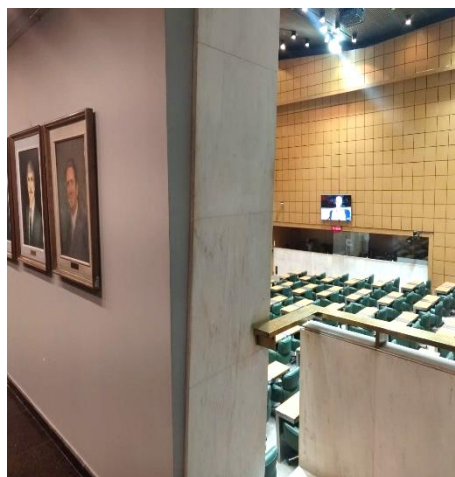


Este espaço é destinado a exposições de longa duração.

Condições de Exposição:

- **Suportes Expográficos:** Utilizam-se biombos de madeira com rodízios, o que oferece maior flexibilidade para a montagem e reorganização das exposições. No entanto, esses elementos podem apresentar limitações quanto à estabilidade e à segurança, especialmente para a exibição de obras mais sensíveis ou de maior peso.
- **Climatização:** O local não possui sistema de climatização próprio, o que impede o controle adequado de temperatura e umidade relativa. Essa ausência compromete as condições de preservação das obras, sobretudo aquelas compostas por materiais sensíveis, além de gerar variações ambientais que podem acelerar processos de deterioração.
- **Iluminação:** A iluminação disponível é a iluminação geral do prédio, sem um projeto luminotécnico específico para exposições. Isso limita o controle sobre intensidade, direção, incidência e qualidade da luz aplicada às obras, podendo resultar em exposição inadequada, ofuscamento, reflexos indesejados e riscos de danos causados pela luminosidade excessiva. A falta de autonomia para ajustes compromete tanto a preservação quanto a experiência estética do visitante.
- **Segurança:** O espaço não possui demarcações no piso ou barreiras físicas que limitem a aproximação do público às obras. A ausência desses elementos reduz o controle sobre o fluxo dos visitantes e aumenta o risco de toques acidentais, impactos ou danos ao acervo exposto.

Galeria dos Presidentes



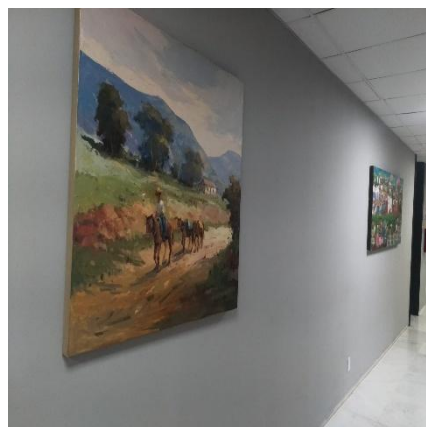
Destina-se à exposição permanente. Acesso restrito: visitação apenas acompanhada por funcionário da ALESP.

Condições de Exposição:

- **Suportes:** Utilizam-se bases de madeira como apoio expográfico
- **Climatização:** Não possui sistema próprio; recebe climatização indireta da Assembleia. A climatização da Sala Galeria dos Presidentes ocorre apenas de forma indireta, por meio de uma abertura que a conecta ao sistema de ar-condicionado da Assembleia. No entanto, essa solução é inadequada para as necessidades de preservação e para o controle ambiental exigido pelo espaço expositivo.
- **Iluminação:** A iluminação disponível é a iluminação geral do prédio, sem um projeto luminotécnico específico para exposições. Isso limita o controle sobre intensidade, direção, incidência e qualidade da luz aplicada às obras, podendo resultar em exposição inadequada, ofuscamento, reflexos indesejados e riscos de danos causados pela luminosidade excessiva. A falta de autonomia para ajustes compromete tanto a preservação quanto a experiência estética do visitante.
- **Segurança:** O espaço não possui demarcações no piso ou barreiras físicas que limitem a aproximação do público às obras. A ausência desses elementos reduz o controle sobre o fluxo dos visitantes e aumenta o risco de toques acidentais, impactos ou danos ao acervo exposto.

Não é realizada higienização preventiva das obras, o que compromete as ações de conservação e pode acelerar processos de deterioração, especialmente em materiais sensíveis ao acúmulo de poeira e sujeira. A ausência desse procedimento sistemático também dificulta o monitoramento do estado de conservação do acervo.

Corredores



Espaço destinado à exposição permanente. Corredores de circulação que dão acesso aos gabinetes.

Há uma ausência sistemática de identificação das obras presentes nos espaços da ALESP, o que compromete tanto a gestão quanto a comunicação com o público. Parte significativa desse problema está relacionada ao fato de que diversos gabinetes mantêm obras sob sua guarda, sem qualquer critério de preservação, acondicionamento ou registro formal. A permanência de obras nesses ambientes ocorre sem normatização institucional, inexistindo procedimentos definidos para empréstimo, movimentação, alteração de local ou acompanhamento do estado de conservação.

Além disso, observa-se a ausência de legendas e informações básicas sobre as obras nas áreas expositivas, o que compromete a mediação cultural e a transparência das informações oferecidas ao público.

Os aspectos aqui identificados serão aprofundados nos programas de Acervo e Comunicação deste Plano Museológico, nesses Programas serão detalhadas as diretrizes, procedimentos e ações específicas para seu tratamento.

Condições de Exposição

- **Suportes:** Os quadros expostos não possuem qualquer tipo de proteção, o que os torna mais vulneráveis a danos físicos, poeira, oscilações ambientais e contato acidental por parte do público.
- **Climatização:** Não possui sistema próprio; recebe climatização indireta da Assembleia. A climatização da Sala Galeria dos Presidentes ocorre apenas de forma indireta, por meio de uma abertura que a conecta ao sistema de ar-condicionado da Assembleia. No entanto, essa solução é inadequada para as necessidades de preservação e para o controle ambiental exigido pelo espaço expositivo.
- **Iluminação:** A iluminação disponível é a iluminação geral do prédio, sem um projeto luminotécnico específico para exposições. Isso limita o controle sobre intensidade, direção, incidência e qualidade da luz aplicada às obras, podendo resultar em exposição inadequada, ofuscamento, reflexos indesejados e riscos de danos causados pela luminosidade excessiva. A falta de autonomia para ajustes compromete tanto a preservação quanto a experiência estética do visitante.
- **Segurança:** O espaço não possui demarcações no piso ou barreiras físicas que limitem a aproximação do público às obras. A ausência desses elementos reduz o controle sobre o fluxo dos visitantes e aumenta o risco de toques acidentais, impactos ou danos ao acervo exposto.
- **Sinalização:** Há falta de identificação das obras e do espaço; maiores detalhes serão tratados no Programa de Comunicação.

Jardim da Assembleia



Espaço destinado à exposição permanente. Devido ao mau estado de conservação, a visitação pública a essas obras não está permitida.

Condições de Exposição

- **Obras:** As obras necessitam da elaboração e implementação de um plano de preservação, conservação e restauração, que estabeleça diretrizes para o monitoramento, manejo, acondicionamento e intervenção preventiva, garantindo sua integridade a longo prazo.
- **Iluminação:** A iluminação existente é insuficiente e não conta com um projeto específico voltado para as necessidades das obras. A ausência de um planejamento luminotécnico adequado compromete tanto a conservação quanto a qualidade da apresentação do acervo.

7.1.4 Acessibilidade

O acesso aos espaços, apesar de contar com alguns recursos de acessibilidade implantados, apresenta lacunas significativas que impactam a experiência e a segurança dos usuários. Verificam-se deficiências principalmente na área de acessibilidade tátil, com a falta de recursos como maquetes, materiais em braille e piso tátil direcional, o que compromete a autonomia e a locomoção de pessoas com deficiência visual. Na questão de segurança física, o revestimento inadequado das rampas oferece risco de acidentes para usuários de cadeira de rodas, especialmente em condições de piso molhado.

A correção dessas barreiras é fundamental para assegurar que todos tenham acesso pleno, autônomo e seguro aos ambientes e serviços. No contexto de um espaço expositivo, tais lacunas têm um impacto ainda mais profundo: elas comprometem substancialmente a experiência do visitante, limitando a inclusão social, a compreensão dos conteúdos e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades.

Essa insuficiência de recursos acessíveis e de ações de mediação restringe o potencial educativo e democrático das exposições. Dessa forma, evidencia-se a urgência de repensar o espaço expositivo como um ambiente de diálogo, participação e, principalmente, de inclusão, garantindo que todos possam usufruir plenamente do acervo e de seus significados.

7.1.5 Tabela resumo das condições dos espaços

Espaço	Iluminação	Climatização	Acessibilidade	Observações	Principais Necessidade
V Centenário	Geral	Não	Não	Suportes: biombos de vidro	Projeto de iluminação expositiva; climatização adequada; sinalização inclusiva; delimitação de área; revisão do mobiliário expográfico.
Villas Boas	Geral	Não	Não	Próximo ao restaurante, suportes variados	Projeto de iluminação expositiva; climatização adequada; sinalização inclusiva; delimitação de área; revisão do mobiliário expográfico.
Hall Monumental	Geral	Não	Não	Biombos de madeira com rodízios	Projeto de iluminação expositiva; climatização adequada; sinalização inclusiva; delimitação de área; revisão do mobiliário expográfico.
Heróis de 32	Geral	Não	Não	Biombos de madeira com rodízios	Projeto de iluminação expositiva; climatização adequada; sinalização inclusiva; delimitação de área; revisão do mobiliário expográfico; revisão da conservação.
Galeria dos Presidentes	Geral	Indireta	Não	Acesso restrito; bases	Implantar higienização

				de madeira; sem higienização preventiva	preventiva; iluminação adequada para retratos/obras; climatização estável; acessibilidade comunicacional.
Corredores	Geral	Indireta	Não	Exposição em área de circulação	Revisão da localização (risco de impacto/fluxo); proteção às obras; sinalização; iluminação adequada; indicação curatorial.
Jardim	Insuficiente	Não	Não	Acesso não permitido	Plano de preservação e restauração; requalificação da iluminação; projeto de acessibilidade; sinalização; delimitação segura do percurso.

7.1.6 Acesso do público às exposições

Existem duas entradas para o público: a Portaria 1, localizada na Avenida Pedro Álvares Cabral, 201, e a Portaria 2, na Avenida Sargento Mário Kozel Filho, s/n, no Ibirapuera. Visitantes sem agendamento podem entrar e circular livremente pelos andares do prédio. Embora haja placas indicativas dos espaços, muitas delas estão posicionadas de maneira que dificultam a visualização ou apresentam excesso de informações, o que pode causar confusão. Não há um folheto ou mapa que indique quais salas estão com exposições em cartaz — recurso que facilitaria a orientação do público e evitaria que os visitantes se perdessem, especialmente considerando que o prédio é extenso e possui diversos corredores.

Outra modalidade de visita é por meio de agendamento, realizado através do sistema da ALESP. Os grupos devem ter entre 15 e 45 participantes. Os horários disponíveis para visitas em grupo são: de segunda a sexta-feira, às 13h30, 14h ou 14h30; e às terças e quartas-feiras

também às 9h ou 10h. Já as visitas individuais ocorrem na última quarta-feira de cada mês, às 10h.

7.1.7 Exposições realizadas pela ALESP nos últimos 3 anos

Nome da Exposição	Período	Local (Trajetória)	Descrição
190 anos de muitas histórias	fev/2025 - jan/2026	Iniciou no Hall Monumental (1,5 meses), depois transferida com versão reduzida para os mezaninos do 3º e 2º andares	Exposição comemorativa de longa duração
70 anos do Acervo Fotográfico da ALESP	out/2023 - dez/2024	Iniciou no Hall Monumental, transferida após 1 mês para o mezanino do 1º andar	40 fotografias da trajetória do legislativo paulista
O que será de Vera?	30/3/2022 - 14/11/2023	Iniciou no mezanino do Hall Monumental, depois transferida para o Espaço Villas Boas	Exposição de esculturas
Entropias	21/9/2022 - 4/5/2023	Mezanino do terceiro andar	Exposição de fotografias e gravuras
A Figura Humana no Acervo da ALESP	11/5/2022 - 14/11/2023	Mezanino do segundo andar	Exposição de pinturas e ilustrações
Cenários	6/6/2022 - 14/11/2023	Mezanino do primeiro andar	Remontagem em formato reduzido com fotografias do interior paulista

7.1.8 Próxima Exposição

Próxima exposição: **Letras e cores para o futuro**. Lançamento: final de 2025. Término: dezembro/2026. Local: corredores centrais dos andares térreo e Monumental e espaço Villas Boas.

Objetivos:

- I – divulgar e estimular a propagação e o desenvolvimento de ações e políticas públicas para o alcance das metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dispostas na Agenda 2030 desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da correlação dos ODS e suas metas com as obras de arte da Acervo Artístico da ALESP e fragmentos de obras literárias que fazem parte do acervo da Biblioteca da ALESP;
- II – estimular o pensamento crítico do público visitante por meio das artes plásticas e literária;
- III – fomentar a leitura da obra literária.

7.2. Análise Propositiva

Para consolidar e fortalecer o Programa de Exposições, é recomendável estabelecer um Conselho Curatorial dedicado à definição de diretrizes e parâmetros que assegurem coerência e integração na programação expositiva. Como complemento essencial a esta medida, a realização de um diagnóstico abrangente dos espaços expositivos, incluindo mapeamento sistemático e avaliação técnica e arquitetônica, visando sua plena adequação às normas de acessibilidade universal e às necessidades de mediação cultural.

Propõe-se investir na modernização da infraestrutura expográfica, incluindo a aquisição ou atualização de vitrines, suportes, sistemas de iluminação direcionada e equipamentos de controle ambiental, associada à implementação de um plano de conservação preventiva com procedimentos padronizados de monitoramento e manutenção.

Recomenda-se, ainda, que a criação ou reestruturação do novo espaço expositivo seja concebida de forma integrada, desde a definição curatorial e o estudo de circulação até a infraestrutura técnica. O projeto deve incorporar diretrizes de acessibilidade universal e conservação preventiva, por meio de sistemas especializados de iluminação, climatização e da previsão de dispositivos de mediação acessíveis.

Por fim, indica-se o investimento na qualificação contínua e, quando necessário, na ampliação da equipe técnica, priorizando competências em expografia, educação e tecnologias aplicadas à mediação cultural. Essas ações estruturantes visam posicionar o Programa de

Exposições como ferramenta estratégica de educação patrimonial, mediação cultural e promoção do diálogo democrático, fortalecendo a função pública, educativa e cultural da ALESP.

Partindo do diagnóstico que aponta para a necessidade de readequação dos espaços expositivos, definem-se as seguintes diretrizes centrais do programa:

Adequação e Modernização dos Espaços Existentes

- Atualização dos suportes expográficos com base nos princípios de acessibilidade universal, garantindo leitura, alcance e circulação adequados;
- Modernização e padronização dos equipamentos de iluminação para assegurar visibilidade qualificada, controle de ofuscamento e preservação das peças;
- Implantação de barreiras de proteção, como acrílicos ou elementos de mediação física, sobretudo nas obras instaladas nos corredores;
- Implementação de sistemas de climatização compatíveis com as necessidades de conservação preventiva do acervo em exposição.

Reestruturação ou Criação de um Espaço Expositivo

- Definição Curatorial: Estabelecimento da função do espaço (exposição permanente, temporária ou de curta duração) e de um conceito expositivo contínuo ou rotativo.
- Estudo de Layout e Circulação: Planejamento do fluxo de visitantes, considerando acessibilidade, pontos de pausa, áreas de mediação e zonas de respiro.
- Infraestrutura Técnica: Avaliação e adequação de piso, paredes e sistemas de fixação específicos para arte (suportes, trilhos, painéis modulares).
- Sistema de Iluminação Museológica: Implantação de luz expositiva com controle de intensidade, fecho e temperatura, considerando conservação e percepção estética das obras.
- Controle Ambiental: Inclusão de climatização com parâmetros adequados de temperatura, umidade e ventilação, garantindo preservação.
- Instalação de Dispositivos de Mediação e Acessibilidade: Previsão de legendas ampliadas, QR codes, audiodescrição, bancos de apoio e sinalização tátil.

7.3. Sistematização das Propostas

A seguir, apresentam-se as ações propositivas organizadas em níveis estratégico, tático e operacional. Essa sistematização busca traduzir as diretrizes identificadas no diagnóstico em medidas concretas para o fortalecimento da frente de Exposições e Programação Cultural.

Nível Estratégico

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Criação de um Conselho Curatorial	Estabelecer diretrizes, parâmetros e coerência conceitual para o Programa de Exposições.	Definir composição (especialistas internos/externos), mandato, responsabilidades; elaborar regimento e rotina de reuniões.	Médio prazo
Reestruturação ou Criação de um Novo Espaço Expositivo	Conceber o espaço de forma integrada, articulando curadoria, circulação e infraestrutura técnica.	Desenvolver estudo curatorial; elaborar projeto arquitetônico; definir circulação, pontos de mediação, suportes e painéis; prever instalações técnicas.	Médio a longo prazo
Diagnóstico Técnico e Arquitetônico dos Espaços Expositivos	Realizar mapeamento e avaliação técnica dos espaços, incluindo	Contratar equipe especializada; aplicar checklists de acessibilidade, iluminação, climatização e	Médio prazo

	acessibilidade e mediação.	circulação; gerar relatório técnico.	
Implantação de Controle Ambiental	Garantir condições ideais para a preservação das obras.	Instalar sistemas de climatização com parâmetros museológicos; incluir sensores e registro contínuo.	Médio a longo <u>prazo</u>

Nível Tático

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Modernização da Infraestrutura Expográfica	Atualizar vitrines, suportes, iluminação e sistemas de controle ambiental.	Adquirir novos equipamentos; revisar sistemas elétricos; padronizar suportes; instalar iluminação museológica e climatização adequada.	Médio prazo
Implantação de Sistema de Iluminação Museológica	Garantir luz adequada para percepção estética e conservação.	Instalar trilhos, projetores especializados, controle de intensidade e temperatura de cor; realizar testes em campo.	Médio prazo

Implantação de Plano de Conservação Preventiva	de	Padronizar monitoramento e manutenção das condições ambientais e dos elementos expográficos.	Criar protocolos de aferição de temperatura/umidade; treinar equipe; estabelecer cronograma de inspeções e manutenção.	Médio prazo
Qualificação e Ampliação da Equipe Técnica	da	Garantir equipe capacitada em expografia, educação e tecnologias de mediação.	Promover formação contínua; contratar novos profissionais quando necessário; estruturar plano anual de capacitação.	Contínuo

Nível Operacional

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Instalação de Dispositivos de Mediação e Acessibilidade	Tornar a experiência acessível a públicos diversos.	Produzir legendas ampliadas; implementar QR codes, audiodescrição, piso tátil, bancos de apoio e sinalização inclusiva.	Médio prazo

Atualização de Suportes e Barreiras de Proteção	Garantir segurança e acessibilidade às obras expostas.	Instalar vitrines, acrílicos, barreiras físicas e suportes acessíveis conforme normas técnicas.	Curto a médio prazo
---	--	---	---------------------

8. PROGRAMA EDUCATIVO

O Programa Educativo é compreendido como o conjunto estruturado de planejamentos, práticas e processos pedagógicos-educativos que visam promover a transformação social através da relação estabelecida entre os sujeitos sociais e os bens culturais musealizados, fomentando o conhecimento, a reflexão e a experiência crítica sobre o patrimônio museológico. É por isso, portanto, que a prática pedagógica museal é considerada uma das principais dimensões de um museu, explicitada pela sua importância no art. 29 do Estatuto dos Museus, ao definir que:

os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação⁵⁰

Inicialmente, é de extrema importância que ressaltemos o entendimento do conceito de “educação museal”, utilizado como chave metodológica norteadora do processo de elaboração do Programa Educativo do Plano Museológico do Acervo Artístico da ALESP.

A educação museal, juntamente com as suas práticas pedagógicas, é não somente uma das principais dimensões de um museu, como um compromisso social o qual as instituições museológicas assumem para com a sociedade. Dessa maneira, “a proposta político-pedagógica do Acervo Artístico da ALESP deve ser fundamentada no respeito à diversidade cultural e na construção participativa e democrática do conhecimento”⁵¹, visando a construção de uma educação comprometida com a transformação social.

Para tanto, a metodologia aplicada a este programa foi estabelecida com base nos parâmetros elaborados pelo IBRAM em *Subsídios para a elaboração dos Planos Museológicos*, a destacar-se e considerar-se no Programa Educativo, a cada 5 anos, os itens:

- Diagnóstico;
- Estudo dos públicos;
- Projetos;
- Indicadores e instrumentos de avaliação.

⁵⁰BRASIL.Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm.

⁵¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM. Subsídio para a elaboração de planos museológicos. IBRAM, 2016, p. 64.

8.1. Diagnóstico Prospectivo

Através do Diagnóstico elaborado, pôde-se identificar os aspectos diretamente relacionados ao Programa Educativo, que impactarão na construção e no desenvolvimento do Núcleo Educativo do Acervo Artístico da ALESP. Para tanto, é importante a compreensão de como e qual é o lugar do Educativo na atuação com o Acervo Artístico. Assim, por meio do Diagnóstico foi possível reconhecer as forças e fraquezas das dimensões internas do Acervo Artístico, juntamente às características externas à Assembleia, que nos oferecem oportunidades e ameaças ao fazer museológico em relação ao Núcleo Educativo.

Os primeiros aspectos a serem destacados estão relacionados às fraquezas - inerentes à instituição, permitindo a realização de um plano de ação para resolução de tais aspectos já no início de vigência deste Plano. Dessa maneira, inicialmente cabe ressaltar que não há um núcleo de ação educativa existente na ALESP, nem uma missão institucional que reflita sobre a função educativa do Acervo Artístico.

No entanto, apesar da falta de um núcleo educativo já existente, que deverá ser construído e desenvolvido com base nas orientações deste Programa Educativo, através das rodas de conversa pôde-se estabelecer os objetivos norteadores das ações educativas que serão realizadas a partir da vigência deste documento. Assim sendo, caberá ao Educativo em suas ações discutir e promover cidadania e democracia nos seus aspectos sociais, culturais e políticos, apresentando a Assembleia Legislativa de São Paulo como uma instituição ampla e o funcionamento do poder legislativo, a fim de que se amplie o alcance dos acervos artístico e histórico da Instituição, fomentando a expressão criativa e crítica do público visitante através da interação com o acervo artístico.

Apesar da falta de um núcleo educativo destinado exclusivamente às ações pedagógicas, existem atividades relacionadas à recepção de público na ALESP que podem ser utilizadas e agregadas às ações educativas do Acervo Artístico da ALESP. A existência de visitas/atividades com público externo, desde os anos 1990, torna-se um dos pontos fortes do diagnóstico do Educativo.

Atualmente, a ALESP dispõe de um programa de visita mediada, intitulado *Programa ALESP de Portas Abertas*⁵². O programa, descrito como uma “iniciativa educativa”, é coordenado pela Divisão de Comunicação Social, tendo como objetivo “divulgar à população

⁵² Mais informações podem ser acessadas em <https://www.al.sp.gov.br/institucional/assembleia/visitas/>.

as atribuições constitucionais dos parlamentares estaduais, o processo de elaboração de leis, aspectos da história da ALESP e aproximar o público do trabalho realizado na Casa”⁵³.

As visitas mediadas do Programa duram cerca de duas horas (a depender da programação parlamentar, podendo variar entre 90 e 150 minutos) e são aplicadas por seis funcionários do setor da Comunicação Social. De acordo com o texto informado no site da ALESP, cada visita é feita com um “monitor” acompanhando os grupos, que percorrem os principais pontos do Palácio 9 de Julho, às exposições temporárias presentes no espaço, passando também pelo Plenário.

O roteiro de visita tem início com um acolhimento em um auditório ou “plenarinho” disponível, onde é realizada uma conversa com o grupo sobre o processo legislativo. Há uma adequação de receptivo dependendo das características do grupo. Por exemplo, para grupos de ensino superior do curso de Direito, há a participação de um Procurador para colaborar e complementar no acolhimento.

Em seguida, os visitantes podem assistir a uma parte de uma sessão no Plenário e percorrem a galeria do Plenário Juscelino Kubistchek, Galeria dos ex-presidentes; Salão dos Espelhos, *Hall* Monumental, exposição de longa duração e exposição temporária, e na biblioteca (somente para pessoas que residem em São Paulo).

Os agendamentos são feitos através de um cadastro no site da ALESP, mas pessoas com deficiência podem agendar visitas diretamente por um número informado no site. Todas as visitas - em grupos ou individuais - devem ser previamente agendadas.

As visitas de grupo ocorrem de segunda a sexta-feira, às 13h30, 14h ou 14h30; e de terça e quarta-feira às 9h ou 10h. Na última quarta de cada mês, o período da manhã é reservado para agendamentos para público geral, chamado de “agendamento individual”. Cabe ressaltar, também, que a quantidade mínima por agendamento é de 15 pessoas e no máximo 45. Atualmente, a maioria dos agendamentos é feita por grupos escolares, seguido de universitários do curso de Direito.

Sobre controle e pesquisa de público, inicialmente recebemos a informação de que após a visita, a ALESP envia um e-mail com uma pesquisa apenas para quem solicitou o agendamento. No entanto, posteriormente nos foi informado que a pesquisa não é mais enviada após a visita, tornando-se um ponto de extrema importância, visto que as pesquisas de público

⁵³ Visitas e exposições. Disponível em: <<https://www.al/institucional/assembleia/visitas/>>. Acesso em: 17 maio. 2025.

são ferramentas essenciais para o desenvolvimento e ajustes nas ações do Educativo, bem como para a Instituição.

Em relação às outras forças, compreende-se que o acervo rico e abrangente existente é de grande potencial para o Núcleo Educativo, que deverá apropriar-se de sua variedade para suas ações. Outro ponto importante é a política de visitação ao prédio da ALESP, já existente, que pode ser utilizado como referência para o desenvolvimento das regras de visitação e agendamento para as atividades educativas junto ao Acervo Artístico.

Quanto às oportunidades identificadas, a análise revelou que o setor educativo possui um forte potencial para fomentar debates, estimular a consciência crítica e promover a expressão dos visitantes. Além de estreitar os vínculos com a instituição, o educativo pode provocar reflexões sobre a interação entre arte e história no contexto de uma casa legislativa, espaço onde se discutem cidadania, democracia, direitos e deveres. Assim, o Programa Educativo se apresenta como uma ferramenta estratégica para demonstrar como a arte pode contribuir ativamente para o fortalecimento dos valores democráticos e da cidadania.

Em relação às ameaças identificadas (aspectos externos), um dos principais pontos observados é a limitação no acesso físico à ALESP. A estação de metrô e trem mais próximas localizam-se a uma distância considerável, o que pode dificultar o deslocamento de visitantes, especialmente daqueles com mobilidade reduzida ou vindos de regiões periféricas. Além disso, foram apontadas deficiências em relação à acessibilidade interna do prédio, tanto em aspectos estruturais quanto na sinalização e recursos de acessibilidade comunicacional. Essas limitações comprometem a inclusão e a democratização do acesso ao espaço, dificultando o pleno aproveitamento das ações educativas e culturais que podem ser oferecidas pela instituição.

8.2. Análise Propositiva

A ALESP é considerada um espaço de extrema relevância para a vida política do estado, sendo considerada a “Casa do Povo Paulista”, cujo “espaço aberto à participação e à expressão da diversidade da sociedade”⁵⁴. Dessa maneira, caberá ao Núcleo Educativo em suas ações, de forma acessível e inclusiva aos diversos públicos, discutir cidadania e democracia nos seus aspectos sociais, culturais e políticos, apresentando a Assembleia Legislativa de São Paulo como uma instituição ampla e ímpar. O funcionamento do poder legislativo deverá ser explorado nas ações do Núcleo Educativo, como também o alcance do Acervo Artístico da

⁵⁴ Visitas e Exposições. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/institucional/assembleia/visitas/>>. Acesso em: 27 ago. 2025.

instituição poderá ser ampliado através dos projetos educativos, fomentando a expressão criativa e crítica do público visitante através da interação entre as obras de arte na casa legislativa de São Paulo, estimulando a cultura de visitação patrimonial à ALESP e seus espaços.

Por conseguinte, os objetivos específicos do Núcleo Educativo do Acervo Artístico da ALESP, norteadores das ações educacionais e proposições descritas pelo Programa Educativo são:

- Desenvolver ações educativas acessíveis e inclusivas voltadas a diferentes públicos;
- Ampliar o alcance do Acervo Artístico da Instituição;
- Estimular o interesse pela cultura, arte e educação como formas de expressão e instrumento de cidadania;
- Discutir cidadania e democracia nos seus aspectos sociais, culturais e políticos;
- Apresentar à Assembleia Legislativa de São Paulo como uma instituição ampla e ímpar e o funcionamento do poder legislativo;
- Promover ações educativas que relacionem os acervos artístico, histórico e bibliográfico da Instituição;
- Incentivar práticas pedagógicas interdisciplinares que integrem arte, história, política, cultura e sociedade;
- Fomentar a formação continuada de educadores;
- Formação para público externo como professores, profissionais da cultura e interessados no tema.

Dessa forma, em consonância com os princípios norteadores do Núcleo Educativo e com os princípios norteadores e diretrizes da Política Nacional de Educação Museal (PNEM)⁵⁵, o Programa Educativo do Acervo Artístico da ALESP apresenta, a seguir, as proposições para o Núcleo Educativo, considerando a formação integral, a acessibilidade universal, as características institucionais e os públicos do Acervo Artístico.

Para melhor compreensão das atividades a serem desenvolvidas pelo Núcleo Educativo, as proposições foram divididas em três partes: gestão e organização; projetos e ações educativas; e indicadores e instrumentos de avaliação; todas sob gestão, responsabilidade e

⁵⁵ A Política Nacional de Educação Museal, instituída em 2017 e revisada pelo IBRAM em 2021, é um documento norteador para o campo da educação Museal no nosso país, abrangendo orientações para o campo profissional e diretrizes que fortaleçam as ações educativas nas instituições museológicas. Uma revisão do documento está sendo realizada e deve ser publicada até o final de 2025.

compromisso do Programa Educativo em diálogo com os outros Programas do acervo, nas seguintes questões:

- **Em parceria com o Programa de Gestão Museológica:** implantar a diversidade de pessoas dentro do quadro de funcionários, não excluindo gêneros, sexualidade, etnias, para além de PCD.
- **Em parceria com o Programa de Gestão de Acervos:** em diálogo com o educativo para colaborar com a seleção de obras que sejam pertinentes às visitas temáticas e demais ações de formações, assim como facilitar o acesso às coleções para que os consultores de acessibilidade possam conhecer as obras e realizarem os recursos de acessibilidade conforme cabíveis à cada peça, desde objetos táteis, audiodescrição, produção de legendas acessíveis, video Libras, vídeo-guia e para que os educadores possam estudá-las antes de serem expostas, bem como realizarem pesquisas sobre o acervo.
- **Em parceria com o Programa de Edificações:** Educadores fiquem cientes das rotas de fuga, trajetos sem barreiras físicas, alterações devidas alguma reforma, manutenções, interdições evitando problemas de acesso dos públicos interno e externo aos espaços expositivos, participação das visitas e programações. Colaboração com o educativo para ficarem cientes de problemas estruturais apontados por visitantes.
- **Em parceria com o Programa de Comunicação:** sinalizações desde a área externa da ALESP quanto internamente para facilitar a chegada dos visitantes, colaboração com a divulgação da programação mensal do educativo por mailings, redes sociais e mídias físicas, todas em formação acessível.
- **Em parceria com o Programa de Exposições:** dialogar com o educativo sobre as propostas de futuras exposições e juntos criarem uma curadoria participativa, com curadoria pedagógica.

Dessa maneira, é imprescindível que a coordenação do Núcleo Educativo e todos seus integrantes, acompanhem a evolução acompanhem a evolução das atividades através de cronogramas, ferramentas de organização e controle essencial para priorização de ações e destinação de recursos.

8.2.1 Organização operacional/rotinas e obrigações

O funcionamento do setor educativo será estruturado por meio de:

- Planejamento anual e trimestral de atividades educativas, articulado ao calendário expositivo do Acervo;
- Reuniões semanais da equipe educativa para avaliação e replanejamento, bem como organização das visitas mediadas;
- Relatórios técnicos e pedagógicos com registro de atividades, indicadores de público, propostas metodológicas e análises de impacto;
- Formação continuada mensalmente para a equipe, com foco em acessibilidade, museologia, estratégias de mediação e compartilhamento de experiências, desenvolvimento de novas metodologias.
- Elaboração de pesquisas sobre o acervo.

8.2.2 Recursos e infraestrutura

Para garantir sua atuação, o Núcleo Educativo deverá contar a contratação de equipe técnica qualificada, aquisição de materiais pedagógicos e realização de eventos e projetos especiais com autonomia. O Núcleo Educativo deve possuir uma infraestrutura que seja capaz de abranger as atividades desenvolvidas pela equipe cotidianamente. Dessa forma, faz-se necessário instalações físicas adequadas às atividades educativas, incluindo um espaço físico próprio, equipado e adaptado para atividades educativas (sala de mediação, ateliê, auditório etc.); sala ou espaço multiuso para acolhimento de grupos escolares e visitantes; ambientes para realização de oficinas, encontros e mediações; área de apoio para organização de materiais educativos e equipamentos. Será encontrado, juntamente ao Programa de Edificações e Comunicação, lugares de fácil encontro para regulação sensorial e outro para descanso, devidamente sinalizados, quando necessário.

Os materiais pedagógicos para garantir o atendimento a públicos diversos e que estimulem o diálogo, a participação ativa e a inclusão cultural devem ser providenciadas ou desenvolvidas de acordo com as ações educativas a serem realizadas. Todos os materiais devem ser planejados e contemplarem os recursos de acessibilidade (como material textual em dupla leitura (Braille e texto impresso em cor contrastante e fonte ampliada.), recursos táteis como maquetes e pranchas, audiodescrição, comunicação alternativa e aumentativa, Libras etc.) para garantir o atendimento a públicos diversos. Todo material educativo produzido será disponibilizado gratuitamente nas plataformas digitais em formato para leitores de tela, as imagens nestes materiais terão texto oculto para suas audiodescrições.

Na contratação de educador, um dos perfis requeridos é saber Libras. O educativo receberá cursos de capacitação, como audiodescrição e assim, realizar visitas com audiodescrição ao vivo junto da mediação. Roteiros temáticos para público com deficiência intelectual, neurodivergentes ou com dificuldades de leitura serão desenvolvidos após a equipe participar de cursos de formação e em parceria com instituições e especialistas. Os materiais manipuláveis serão desenvolvidos pelo Educativo e profissionais com deficiência e neurodivergentes para que seu uso seja o mais plural possível.

Além disso, é de extrema importância que haja diálogo efetivo entre o Núcleo Educativo, a Gestão do Acervo e a Gestão Museológica, visto que o apoio institucional para contratação de equipe, bolsas de estágio, produção de materiais, realização de eventos e outros eventuais suportes aconteça de forma objetiva e colaborativa, visando o bom funcionamento das ações educacionais.

O Programa Educativo pode sugerir uma parceria com empresa de aluguel de transporte que possua em seu catálogo os veículos acessíveis. Esta parceria é para trazer grupos sem opção de transporte público gratuito ou com valor acessível à realidade econômica local, garantindo sua presença na instituição e o acesso à cultura.

A coordenação do Programa Educativo estará alinhada com o Programa de Edificações para que em reuniões periódicas analisem e tragam soluções para as barreiras físicas apontadas pelos visitantes e percebidas pelas equipes.

8.2.3. Projetos de ações educativas

Ao pensarmos em práticas pedagógicas que dialoguem com diferentes públicos, são sugeridas neste tópico três modalidades de visitas mediadas, além de um programa de formação continuada para professores. São apresentados os propósitos de cada modalidade de mediação, cabendo ao Núcleo Educativo formular a metodologia, o roteiro de visita, e as ferramentas e recursos necessários para sua concretização. Cabe ao Núcleo, também, reformular e propor novas atividades educativas a partir das especificidades de seu público e dos recursos disponíveis.

a. Descobrindo o Acervo Artístico da ALESP

Tipo: visita agendada

Público-alvo: estudantes dos ciclos fundamental I e II

Duração recomendada: 60 a 90 minutos

Quantidade: 10 pessoas para um educador (Fundamental I), 15 integrantes para um educador (Fundamental II)

Propósito: Dedicado a grupos escolares e abrangendo as faixas etárias entre 6 a 17 anos correspondentes aos dois ciclos fundamentais do ensino regular, o Núcleo Educativo propõe uma visita mediada pelo Acervo Artístico da ALESP, que varia de pinturas à esculturas, mobiliários e utensílios do cotidiano.

Durante a atividade, os alunos serão convidados a participarem de uma exploração entre os objetos expostos, conhecerem suas histórias, aproximações com seus repertórios e possibilidades de expandir as coleções a partir dos seus relatos.

No final da visita, a turma participou de uma oficina sobre curadoria de itens de coleções sugeridas para conectar com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

b. Eu na Sociedade

Tipo: visita agendada

Público-alvo: estudantes do ensino médio e EJA

Duração recomendada: 60 a 90 minutos

Quantidade: 15 participantes por educador

Propósito: Elaborada para os alunos do ensino médio e EJA na faixa etária a partir dos 15 anos até 60+, esta visita dialogará sobre a importância deles como cidadãos e como podem colaborar com a sociedade com bases nos direitos e leis, além de conhecerem as atribuições de cada cargo político e a importância da ALESP.

A visita é de forma leve e descontraída, o tema condutor percorrerá durante os andares pela exposição de longa duração e temporária, além da possibilidade de assistirem parte da sessão no plenário.

Antes de terminarem a visita, os estudantes participarão de uma oficina de escrita ou ilustração em um caderno desenvolvido pelo Núcleo Educativo em parceria com a ALESP, este material será entregue como brinde junto de outros itens.

c. ALESP de Portas Abertas

Tipo: visita técnica

Público-alvo: universitários e interessados no assunto

Duração recomendada: 60 a 90 minutos

Quantidade: 15 pessoas para um educador

Propósito: A consolidada programação descrita como uma “iniciativa educativa”, será transferida da Divisão de Comunicação Social para o Núcleo Educativo que manterá o objetivo

de “divulgar à população as atribuições constitucionais dos parlamentares estaduais, o processo de elaboração de leis, aspectos da história da ALESP e aproximar o público do trabalho realizado na Casa”, adequará para uma visita técnica devido a linguagem e foco serem direcionados para um público adulto com interesses específicos.

Esta visita mediada promoverá conversas, trocas e reflexões sobre o conteúdo apresentado durante o roteiro apresentado nas salas: Galeria do Plenário Juscelino Kubistchek, Galeria dos ex-presidentes; Salão dos Espelhos, Hall Monumental, exposição de longa duração e exposição temporária.

Outra adequação será a participação do grupo em uma sessão no plenário que será oferecida como um extra no momento do agendamento e quando houver horário disponível que coincida com os horários de início e término da ação, ou seja, o grupo poderá assistir parte da sessão antes de começar a visita e se direcionarem ao ponto de encontro com o educador ou no encerramento, o educador conduzirá o grupo ao Plenário logo após a finalização da visita.

d. Formação de professores

Tipo: formação para público externo

Público-alvo: profissionais da educação formal e interessados no tema

Duração recomendada: 180 minutos

Quantidade: 30 participantes

Propósito: Elaborada pelos educadores do Núcleo Educativo, esta formação visa explorar as potencialidades em como trabalhar o conteúdo de uma Assembleia Legislativa com diversas faixas-etárias de forma dinâmica e interessante. Será aplicada em quatro momentos, sendo: (1) Apresentação da ALESP e sua importância para o Estado de São Paulo, (2) Apresentação dos três temas para visita agendada, (3) visita mediada com educativo pelo Acervo Artístico e (4) atividade prática sobre a ALESP e a interdisciplinaridade no trabalho em sala de aula.

8.2.4 Recursos de acessibilidade

Para a construção e realização de ações educativas acessíveis e inclusivas voltadas a diferentes públicos faz-se necessário, inicialmente, trabalhar a acessibilidade de forma integral em todas as áreas relacionadas ao Acervo Artístico, sendo pensada “de forma ampla e transversal, materializada em ações que promovam o encontro, a troca e a interação entre diferentes públicos, com e sem deficiência”⁵⁶. Nesse sentido, em relação às atividades do núcleo educativo, recursos de acessibilidade devem ser incluídos nas atividades educativas, compreendendo que

⁵⁶ DE ORIENTAÇÃO, DOCUMENTO; MUSEUS, ACESSIBILIDADE EM. SONHAROMUNDO, p. 14.

as diferenças sensoriais, cognitivas ou corporais que as deficiências mostram não são problemas que resolvemos dando a elas aquilo que supostamente lhes falta, mas sim são condições que estimulam outras formas de experienciar e se relacionar com os espaços culturais.⁵⁷

Integram-se às mediações, oficinas e outras ações educativas recursos de acessibilidade comunicacional (diferentes técnicas alternativas de comunicação para públicos diversos) e práticas de acessibilidade atitudinal (atitudes não sejam não capacitistas)⁵⁸.

Para oferecer visitas mediadas que contemplem as necessidades específicas de seu público, faz-se necessário ter questões específicas no formulário de agendamento, como “Quais recursos de acessibilidade o grupo precisa?” Com opções de resposta em “Libras, audiodescrição, recursos táteis, placa de comunicação alternativa com dicas visuais, tempo reduzido, amplificador de som, abafador de som, cadeira, uso da sala de regulação sensorial, sala de descanso, mais pausas para banheiro, lanche com restrições alimentares)”. O site terá opções para cores contratantes, tradução para Libras em parceria com o Icom, os textos em formato para leitor de tela e imagens com texto oculto para suas audiodescrições. Os textos estarão com a linguagem simplificada.

Os grupos agendados terão seu acolhimento em espaços apropriados com cadeiras e sem ruídos sonoros e luzes fortes, a antecipação do trajeto também fará parte do roteiro produzido, assim como vocabulário adequado e quais recursos serão utilizados ao decorrer da mediação e se será necessário usar os espaços de regulação sensorial e descanso.

Entre os recursos de acessibilidade comunicacional a serem considerados nas atividades e que são acessíveis ao público são: os textos e legendas fixados em altura adequada, seu conteúdo estará disponível em vocabulário simplificado, em dupla leitura (Braille e texto impresso em cor contrastante e fonte ampliada), em áudio nas opções em português e outros idiomas, pranchas de comunicação alternativa e aumentativa, videoguia com Libras, audiodescrição em português e outros idiomas tanto no áudio quanto nas legendas, maquetes e / ou adaptação táteis e sensoriais.

Em relação à acessibilidade atitudinal, é de extrema importância que a interação e comunicação durante as ações educativas não reforcem atitudes capacitistas. Assim, entre as formas de acessibilidade atitudinal estão: demonstrar respeito e atenção, tratando o indivíduo naturalmente, sem ser condescendente, não infantilizar as pessoas com deficiência, se dirigir diretamente às pessoas com deficiência ao invés de seus acompanhantes ou intérprete, adequar o vocabulário das mediações e os roteiros de visitação.

⁵⁷ DE ORIENTAÇÃO, DOCUMENTO; MUSEUS, ACESSIBILIDADE EM. SONHAROMUNDO, p. 14.

⁵⁸ O Plano Museológico do Centro de Memórias Queixadas foi utilizado com referência para a elaboração deste tópico.

Portanto, para a promoção de acessibilidade nos projetos do núcleo educativo, faz-se necessário a formação das equipes do educativo e do atendimento ao público em cursos de acessibilidade universal, comunicacional e cultural, bem como treinamentos para a eliminação de barreiras atitudinais. Toda a equipe deverá ser capacitada sobre os temas *anticapacitista* e em acessibilidade atitudinal, comunicacional e cultural, além de cursos de Libras até o avançado II, Audiodescrição, Orientação e Mobilidade e Comunicação Alternativa. Todas as equipes serão convidadas a participarem das formações junto do educativo onde serão abordados todos estas pautas e como a instituição pode encontrar soluções dentro da adaptação razoável. Parcerias com instituições inclusivas próximas da ALESP, como a Derdic (educação bilíngue para surdos), AACD e Rede Lucy Montoro, contratação de educadores e colaboradores com deficiência e participação de artistas, palestrantes e convidados com deficiência na programação do educativo são medidas que devem ser praticadas.

8.2.5 Indicadores, instrumentos de avaliação e registros

Uma das primeiras medidas a serem implementadas pelo Programa Educativo é a revisão da pesquisa de público já realizada pela instituição. Enviada por e-mail após a visita e somente para quem solicitou o agendamento, sugere-se a ampliação da pesquisa de público, capaz de fornecer novos dados e informações sobre o perfil do público visitante, compreendendo que grande parte dos agendamentos é feita por grupos escolares e universitários do curso de Direito.

Recomenda-se a realização de uma pesquisa de público que possa evidenciar o perfil dos visitantes, o público potencial e o nível de satisfação do público, com objetivo de orientar as futuras decisões do Programa com base na análise de dados sobre a situação atual das visitas mediadas.

A participação na pesquisa deverá ser estimulada em momento específico durante a visita. Os visitantes participantes poderão acessar à pesquisa de dentro da ALESP, via *QR code*, por exemplo, disponíveis nos espaços de visitação, mediante a disponibilização do Wi-Fi, se necessário, ou dispor de outros meios e recursos (como tablets) para aqueles que desejarem responder ao questionário.

Os instrumentos de avaliação serão em um formato acessível para leitores de tela, tendo uma versão em comunicação alternativa e aumentativa com ícones como dicas visuais. As imagens nestes materiais terão texto oculto para suas audiodescrições.

De metodologia quali-quantitativa, a pesquisa visa coletar as características dos públicos que realizam as visitas mediadas, ao questionar sobre o perfil do indivíduo (idade, gênero,

escolaridade e frequência de visita). Ao questionar sobre a satisfação do público e elaborar perguntas abertas sobre a opinião e experiência do visitante, a pesquisa torna-se ferramenta essencial para a identificação de problemas e oportunidades de mudanças, sendo possível também avaliar resultados, planejar e acompanhar as ações educativas, contribuindo para o aperfeiçoamento da didática, metodologia, temas, conteúdos e infraestrutura.

Ao considerarmos a diversidade de públicos existentes, as pesquisas de público do Acervo Artístico da ALESP tornam-se instrumentos de grande importância e referência para as ações do núcleo educativo, possibilitando maior conhecimento sobre a comunidade de visitantes, objetivando a construção de ações educacionais diversas e inclusivas, capaz de trabalhar e atrair diferentes públicos. Por isso, torna-se necessário um instrumento de pesquisa que reúna dados sobre as características da comunidade visitante (renda, idade, gênero, etnia, onde mora), bem como seus interesses e opiniões sobre o Acervo e/ou a ação educativa realizada.

Assim, trimestralmente faz-se necessário passar por uma fase de avaliação, onde a equipe deverá analisar os resultados alcançados com as pesquisas realizadas durante o trimestre. Caberá ao Núcleo Educativo mapear se os resultados obtidos foram os esperados ou não, e a partir disso desenvolver mudanças ou novas estratégias que englobem a missão do setor educativo do Acervo Artístico.

Além das avaliações, o registro de todas as atividades do Núcleo Educativo deve ser realizado através de fotografias com autorização de uso de imagem e elaboração de relatório simples pelo educador que aplicou a atividade para ser compilado em pastas nas nuvens ou pendrives, a fim de produção de relatório final produzido pela coordenação ou até prestação de contas.

8.3. Sistematização das proposições

A seguir, apresentam-se as ações propositivas organizadas em níveis estratégico, tático e operacional. Essa sistematização busca traduzir as diretrizes identificadas no diagnóstico em medidas concretas para o fortalecimento da frente do Programa Educativo.

Nível Estratégico (diretrizes estruturais e institucionais)

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Criação e implementação do Núcleo Educativo do Acervo Artístico da ALESP	Desenvolver ações, de forma acessível e inclusiva aos diversos públicos, discutir cidadania e democracia nos seus aspectos sociais, culturais e políticos, apresentando a Assembleia Legislativa de São Paulo como uma instituição ampla e ímpar	Disponibilização de infraestrutura adequada que abrange as atividades desenvolvidas pela equipe cotidianamente; - Contratação de equipe técnica qualificada; -Aquisição de materiais pedagógicos; -Realização de eventos e projetos especiais com autonomia	Médio prazo
Parceria com outros Programas do Plano Museológico	-Acompanhar a evolução das atividades através de cronogramas, ferramentas de organização e controle essencial para priorização de ações e destinação de recursos; - Compreender melhor as atividades a serem desenvolvidas pelo Núcleo Educativo, as proposições foram divididas em três partes: gestão e organização; projetos e ações educativas; e indicadores e instrumentos de avaliação	-Reuniões periódicas com os setores de Gestão Museológica, Gestão de Acervos, Programa de Edificações, Programa de Comunicação e Programa de Exposições	Longo prazo
Parceria com empresa de locação de veículos com opção de transporte adaptado	Trazer grupos sem opção de transporte público gratuito ou com valor acessível à realidade econômica local, garantindo sua presença na instituição e o acesso à cultura	-Licitação por edital	Curto prazo

Nível Tático (processos e regulamentação interna)

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Ciclo de formação contínua para a equipe educativa	Fomentar a formação e manter a equipe alinhada sobre temas pertinentes à ALESP, acervo, educação museal e inclusão de pessoas	Formação continuada mensalmente para a equipe, com foco em acessibilidade, museologia, estratégias de mediação e compartilhamento de experiências, desenvolvimento de novas metodologias	Médio prazo
Parcerias com diretorias de ensino estadual e municipal, escolas de ensino regular das redes públicas e privadas, centros de acolhimento, ONGs e instituições de inclusão de pessoas com deficiência	Ampliar o alcance dos acervos artístico e histórico da Instituição, fomentando a expressão criativa e crítica do público visitante através da interação entre as coleções de arte e história	-Desenvolver ações educativas acessíveis e inclusivas voltadas a diferentes públicos; - Estimular o interesse pela cultura, arte e educação como formas de expressão e instrumento de cidadania; -Promover ações educativas relacionem os acervos artístico, histórico e bibliográfico da Instituição;	Médio prazo
Desenvolvimento de ações educativas	Propor novas atividades educativas a partir das especificidades de seu público e dos recursos disponíveis	-Reuniões semanais sobre as atividades realizadas; -Disponibilizar dentro da escala, momentos de encontros entre os educadores	Médio prazo
Promoção de acessibilidade nos projetos do núcleo educativo	Trabalhar a acessibilidade de forma integral em todas as áreas relacionadas ao Acervo Artístico, sendo pensada de forma ampla e transversal, materializada em ações que promovam o encontro, a troca e a interação entre	-Formação das equipes do educativo e do atendimento ao público em cursos de acessibilidade; -Cursos de Libras até o avançado II, Audiodescrição, Orientação e Mobilidade e Comunicação Alternativa	Longo prazo

	diferentes públicos, com e sem deficiência		
--	---	--	--

Nível Operacional (execução cotidiana e ações práticas)

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Planejamento anual e trimestral de atividades educativas, articulado ao calendário expositivo do Acervo	Alinhar a programação do educativo e suas atividades com a Gestão de Acervo	-Reuniões entre os setores	Médio prazo
Reuniões semanais da equipe educativa para avaliação e replanejamento, bem como organização das visitas mediadas	O educativo estará atento às devolutivas dos participantes para melhor analisar as atividades aplicadas e como melhorá-las e criar novas propostas	-Reuniões semanais	Médio prazo
Relatórios técnicos e pedagógicos com registro de atividades, indicadores de público, propostas metodológicas e análises de impacto	Elaboração de documento anual colaborativo para registros das ações aplicadas	- A cada atividade aplicada, os educadores farão um registro em arquivo on-line - A coordenação do Núcleo elaborará de forma unificada como relatório junto da equipe	Longo prazo
Elaboração de pesquisas sobre o acervo e visitas mediadas	Evidenciar o perfil dos visitantes, o público potencial e o nível de satisfação do público, com objetivo de orientar as futuras decisões	- Os visitantes participantes poderão acessar à pesquisa de dentro da	Curto prazo

	do Programa com base na análise de dados sobre a situação atual das visitas mediadas.	ALESP, via <i>QR code</i>	
--	---	---------------------------	--

9. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Programa de Comunicação Institucional tem como objetivo divulgar, disseminar e difundir projetos, atividades e ações institucionais, consolidando a imagem da instituição em nível local, nacional e internacional, segundo o Decreto nº 8.124/2013⁵⁹, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904/2009⁶⁰, que institui o Estatuto de Museus.

Entendida como prática social, a comunicação vai além da simples transmissão de informações: trata-se de um processo de diálogo, mediação e construção de sentidos entre a instituição e os diferentes públicos e atores envolvidos.

A comunicação nos museus também envolve a gestão da identidade e da imagem, refletindo missão, visão, valores e cultura. A identidade expressa o que a instituição é; já a imagem depende da percepção do público e do trabalho estratégico de divulgação, informação e relacionamento. Esse processo deve ser conduzido com coerência, integrando ações digitais e presenciais.

Além de fortalecer a imagem, a comunicação contribui para a captação de recursos, mobilizando patrocinadores, apoiadores e doadores por meio de transparência e campanhas específicas. É também essencial para envolver atores sociais, imprensa e formadores de opinião, ampliando a relevância social do museu.

A comunicação também pode criar formas de acesso e participação, ampliando as redes que permitam maior ligação entre o agente público, neste caso a ALESP e seu Acervo Artístico, os grupos de interesse e o cidadão. Segundo Jorge Duarte, “a comunicação, sabe-se, é a energia que dá vida às organizações”, sejam elas públicas ou privadas.

Gerar comunicação de qualidade implica diversificar e coordenar instrumentos, adaptar mensagens aos interessados, valorizar aspectos didáticos e estimular a interlocução. Significa tentar criar uma cultura de integrar todos os envolvidos com o interesse público, o compromisso do diálogo em suas diferentes formas e de considerar a perspectiva do outro na busca de consensos possíveis e de avançar na consolidação da democracia.” (DUARTE, 2007).

O trabalho cotidiano de Comunicação Institucional se apoia em três áreas principais:

- **Jornalismo:** mailing list, press releases, follow up e clipping;
- **Publicidade e Propaganda:** divulgação estratégica em múltiplos canais, buscando influenciar atitudes e tornar informações públicas;

⁵⁹ Decreto nº 8.124/2013, Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

⁶⁰ Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

- **Relações Públicas:** planejamento de ações para criar vínculos, credibilidade e engajamento, incluindo o uso de eventos e redes sociais digitais.

O programa abarca, ainda, a comunicação interna, padronização no uso de materiais e uso de logomarcas, publicação de material de divulgação, sinalização institucional, comunicação visual, e a mediação dos canais de comunicação da instituição.

Em resumo, a comunicação do Acervo Artístico da ALESP deve fortalecer a imagem institucional do órgão que a abriga sob uma perspectiva local, regional e nacional, além de difundir o conjunto do acervo sob sua responsabilidade e promover acessibilidade e interação com diferentes públicos. Tem o papel de dialogar e relacionar-se diretamente com todos os demais programas, tendo em vista que uma maior divulgação das obras que fazem parte do patrimônio cultural da ALESP - e também das ações de cunho educativo e de pesquisa.

Deve, ainda, ser interdisciplinar e estratégica, incorporando ferramentas contemporâneas (inclusive digitais) para estimular o diálogo, engajamento e motivação, reforçando a inserção da instituição na sociedade.

9.1. Diagnóstico Prospectivo

No Organograma da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Acervo Artístico está inserido dentro do guarda-chuva institucional do Departamento de Comunicação⁶¹, especificamente na Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico. Assim como o Departamento de Comunicação Social, responsável por gerenciar a comunicação institucional da Casa, incluindo a divulgação de informações sobre as atividades legislativas, a interação com a imprensa e a gestão de conteúdos para os diversos canais de comunicação (TV ALESP, perfis nas principais redes sociais e site).

Para cumprir a sua função, essencial para a transparência e o bom funcionamento da instituição, garantindo que a população tenha acesso às informações sobre o trabalho dos deputados estaduais e às decisões tomadas por estes, o setor conta com equipe própria, pautada pelas necessidades da Assembleia, e não especificamente para a comunicação museológica.

De maneira geral, a comunicação da ALESP é moderna, integrada e acessível. Adota uma linguagem simples e leve, explicando com clareza a rotina da Casa e incentivando o engajamento público. Com atualização diária, a cobertura busca aproximar a instituição da população.

⁶¹ Ato da Mesa nº 1, de 17 de fevereiro de 2021. (ALESP)

Em relação aos canais de comunicação da ALESP, o diagnóstico é o seguinte: possui perfis ativos nas principais plataformas digitais: Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, TikTok, além de podcasts, o canal de TV digital Rede ALESP e o site da instituição.

O portal oficial é responsivo, interativo e integrado às redes sociais, à Rede ALESP e a conteúdos audiovisuais produzidos pela Casa. Já a Rede ALESP, que é um canal de televisão multiplataforma, é um pilar essencial da comunicação institucional, pois faz a cobertura ao vivo das sessões parlamentares, além de produzir e veicular programas jornalísticos.

No que diz respeito às redes sociais, os perfis da ALESP mesclam informação institucional (leis aprovadas, audiências públicas, eventos culturais e agendas parlamentares) com conteúdo sociocultural e educativo produzido pela Casa.

Apesar da existência e do funcionamento de todo esse aparato comunicacional, o Acervo Artístico da ALESP não é devidamente difundido ou divulgado, inexistindo uma programação regular de publicações feitas nas redes sociais sobre a temática, por exemplo. Assim, o potencial de extroversão do acervo fica inexplorado. As publicações são pontuais e genéricas, conforme os exemplos abaixo:



Reprodução/ALESP



Reprodução/ALESP



Assembleia Legislativa conta com um grande acervo artístico



Alesp

167 mil inscritos

Inscrição

2

Compartilhar

Download

Salvar

...

87 visualizações 5 de ago. de 2024

O INFORME SP TRAZ DIARIAMENTE INFORMAÇÕES SOBRE OS ACONTECIMENTOS MAIS RELEVANTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. ACOMPANHE!

Reprodução/ALESP

Mas há exceções. Em setembro de 2025, a exposição 'Pax XXI Art', do artista plástico Cassiano Araújo, cujas obras fazem parte do acervo da ALESP, foi amplamente divulgada (imagens abaixo). É um exemplo que pode ser replicado com mais frequência, e algo que poderia criar uma conexão do público com a instituição e aumentar a visitação.



Reprodução/ALESP

Atualmente, o Departamento de Comunicação Social da ALESP realiza exposições temporárias – não havendo exposições de longa duração - em locais como o *Espaço Heróis de 32*, *Espaço Cultural V Centenário* e o *Hall Monumental*, do Palácio 9 de Julho (sede da Assembleia). São locais cedidos temporariamente, mas não existe um espaço próprio ou exclusivo para tanto. Esse tópico é mais bem desenvolvido no ***Programa de Exposições*** deste Plano Museológico. Além disso, não há uma publicação (folder, por exemplo) que indique a localização desses espaços dentro do prédio. Tampouco existe identificação das obras e padronização da divulgação das exposições, nem materiais básicos de acessibilidade.

Essa problemática se agrava pela falta de sinalização interna apropriada e recursos de acessibilidade e comunicação interna/externa. Inexiste, ainda, uma identidade visual própria, sendo fundamental a criação de recursos visuais alinhada aos valores da instituição, com logotipo, padronização de elementos visuais de exposições e sinalização. Ainda sobre isso, os profissionais responsáveis pelos acessos ao prédio não são devidamente informados sobre as exposições. Esses aspectos podem ser revistos em relação à comunicação interna. A falta de placas sinalizadoras no entorno da ALESP, informando sobre a presença de um Acervo Artístico no prédio, é um ponto negativo que deve ser considerado neste diagnóstico.

Atualmente, o Acervo Artístico da ALESP depende dos meios de comunicação da ALESP (Diário Oficial, Rádio e TV Assembleia e site). Pode-se afirmar que atualmente praticamente inexistente um trabalho de divulgação do rico e representativo acervo da instituição, ação que poderia fortalecer a instituição, ampliando a sua visibilidade e prestígio perante o público. Tampouco existe um catálogo com todas as obras da instituição, inclusive as expostas no jardim externo, contendo informações básicas sobre estas e seus autores.

Ademais, os processos de comunicação de uma instituição cultural, como o Acervo Artístico da ALESP, têm o potencial de alavancar ainda mais a inserção da própria Assembleia na sociedade – para além do aspecto político, ampliando o diálogo com a sociedade e o entorno. Em relação a este, vale registrar que já existem interações pontuais do Acervo Artístico com museus da região e de outras partes da capital paulista.

Em outubro de 2024, por exemplo, a convite do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), localizado no Parque do Ibirapuera, a ALESP expôs a escultura do artista Advânio Lessa. A obra faz parte do projeto do MAM "38º Panorama da Arte Brasileira: Mil graus", que reúne trabalhos de 34 artistas⁶². Em dezembro daquele ano, réplicas das mais representativas peças do acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, digitalizadas, impressas em 3D e finalizadas com um acabamento de alta qualidade, foram expostas no Hall Monumental da Casa⁶³.

Criar parcerias com outras instituições museológicas é uma importante estratégia para fortalecer a imagem institucional da Casa. Assim, é importante estimular e criar meios para criar pontes com outras instituições, principalmente as do entorno: Museu Afro Brasil Emanuel Araújo e Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP), por

⁶² <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=485445>

⁶³ <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=487624>

exemplo. E o trabalho da Comunicação Institucional pode ser fundamental para que essas parcerias sejam concretizadas e fortalecidas.

Resumindo, a comunicação institucional da ALESP é moderna, integrada e acessível, com presença multicanal, utiliza linguagem clara e leve, mas falta uma estratégia específica para divulgar o seu Acervo Artístico, algo que seria fundamental para torná-lo mais conhecido e difundido, fortalecendo a imagem da ALESP para além do aspecto político.

9.2. Análise Propositiva

Considerando que o Programa de Comunicação e Desenvolvimento Institucional tem como objetivo divulgar, disseminar e difundir projetos, atividades e ações institucionais, consolidando a imagem da instituição em nível local, nacional e internacional; e que sua execução, de forma planejada e estruturada, dialogando com os demais programas deste Plano Museológico, pode dar maior visibilidade ao Acervo Artístico da ALESP, transformando-o em instrumento de fortalecimento institucional, aproximação com a sociedade e valorização cultural da Casa.

A seguir, propõe-se algumas melhorias e aprimoramentos, a partir do diagnóstico realizado e apresentado como uma fotografia atual do funcionamento da comunicação da instituição. As soluções sugeridas nesse sentido buscam difundir o Acervo Artístico de forma estratégica, ampliar o prestígio da ALESP e fortalecer sua imagem para além do campo político, aproveitando as potencialidades das ferramentas disponíveis atualmente (redes sociais, site, Rede ALESP) e que são utilizadas para divulgar a atividade-fim da Casa Legislativa.

Redes sociais, site e mailing list

Atualmente, a presença no ambiente digital é indispensável para se comunicar com os públicos de uma instituição. E como citado anteriormente, a ALESP conta com abrangente e efetivo aparato comunicacional. Assim, sugere-se o desenvolvimento de uma cartilha para uniformizar a linguagem utilizada nas divulgações sobre o Acervo Artístico, pensando numa comunicação simples e acessível.

Recomenda-se, ainda, a criação de um cronograma de publicações nas redes sociais, com uma frequência mínima de duas postagens por semana com conteúdo inédito, cuja temática englobe: divulgação de exposições e do Acervo; curiosidades sobre obras e artistas que fazem parte do Acervo; informações sobre o prédio e sua história; e apresentação dos funcionários que fazem parte da equipe do Acervo Artístico da ALESP.

No site, propõe-se a criação de uma seção específica, com destaque na página principal, para reunir as informações relacionadas ao Acervo Artístico, e a produção de textos sobre o tema, seguindo também um cronograma de publicações.

Outra importante ação referente à divulgação do Acervo Artístico e atividades relacionadas a esta é a criação de uma lista de contatos de jornalistas e influenciadores culturais para envio do material produzido e publicado no site da ALESP, além de sugestões de pautas e comunicados sobre as exposições que são realizadas no local.

Sinalização, acessibilidade e comunicação

Tendo em vista a qualidade da experiência do visitante e a facilitação da localização dos espaços expositivos, sugere-se a solicitação junto aos órgãos responsáveis pela colocação de placas sinalizadoras no entorno do prédio informando sobre a existência de um Acervo Artístico no local, e sinalizações internas. Recomenda-se também a orientação das recepcionistas e seguranças com informações básicas sobre as exposições. E a elaboração de material gráfico (impresso e digital) com mapa dos espaços expositivos da ALESP.

A comunicação deve, ainda, trabalhar em conjunto com o Programa de Exposições para o desenvolvimento das legendas das obras e de materiais básicos de acessibilidade para exposições, como QR Codes com legendas, audiodescrições e áudios curtos.

Espera-se com esse conjunto de propostas consolidar o Acervo Artístico como parte estratégica da marca institucional da ALESP e integrar de forma orgânica a comunicação legislativa com a cultural, reforçando a imagem de uma Assembleia aberta, plural e próxima da sociedade.

9.3. Sistematização das proposições

A seguir, apresentam-se as ações propositivas organizadas em níveis estratégico, tático e operacional. Essa sistematização busca traduzir as diretrizes identificadas no diagnóstico em medidas concretas para o fortalecimento da frente de Comunicação e Desenvolvimento Institucional.

Nível Estratégico (diretrizes estruturais e institucionais)

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Instalação de sinalização externa	Facilitar a localização dos	Solicitação junto aos órgãos responsáveis	Longo prazo

	espaços expositivos pelos visitantes	de colocação de placas no entorno do prédio informando a existência do Acervo Artístico e seus espaços expositivos	
--	--------------------------------------	--	--

Nível Tático (processos e regulamentação interna)

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Criar seção específica sobre o Acervo Artístico no site da ALESP e destaque na página inicial	Difundir mais o Acervo Artístico e torná-lo conhecido	Contato com a área de Tecnologia da Informação da ALESP para verificar a viabilidade	Médio prazo
Orientar recepcionistas e seguranças e implementar sinalização interna	Melhorar a comunicação interna referente ao Acervo Artístico e às exposições. E deixar clara a dos espaços expositivos dentro do prédio	Treinamento básico sobre as exposições em cartaz e localização dos espaços. Colocação de cartazes e placas dentro do prédio da ALESP	Médio prazo
Integração com outros programas	Produção colaborativa das legendas, textos curatoriais e	Estabelecimento de ações coordenadas entre Comunicação, Exposições e Acervo	Médio prazo

	materiais interpretativos		
--	------------------------------	--	--

Nível Operacional (execução cotidiana e ações práticas)

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Criar cartilha de linguagem	Orientar e padronizar a comunicação referente ao Acervo Artístico	Utilizar a estrutura da Comunicação da ALESP	Curto prazo
Implantar cronograma de publicações nas redes sociais	Tornar o Acervo Artístico mais conhecido	Estabelecer frequência mínima de 2 postagens semanais. Temas: exposições, obras, artistas, curiosidades, história do prédio e equipe do Acervo Artístico	Curto prazo
Criação de mailing list segmentado	Envio de releases, sugestões de pauta e comunicados sobre exposições	Definindo lista de jornalistas, influenciadores culturais e formadores de opinião	Curto prazo
Estabelecer cronograma editorial para o site	Produção regular de matérias institucionais,	Utilizar a estrutura da Comunicação da ALESP	Curto prazo

	culturais e informativas		
Desenvolver material gráfico com mapas e materiais básicos de acessibilidade	Facilitar a localização e identificação dos espaços expositivos (versão impressa e digital)	Utilizar a estrutura da Comunicação da ALESP	Curto prazo

10. PROGRAMA DE EDIFICAÇÕES

O Programa de Edificações do Acervo Artístico da ALESP compreende de maneira transversal os programas Arquitetônico-Urbanístico, de Segurança, Socioambiental e de Acessibilidade, abrangendo a identificação, conservação e adaptação dos espaços internos e externos da instituição. Seu objetivo é garantir um ambiente seguro, acessível e adequado para a realização de todas as atividades e funcionamento do espaço museológico, beneficiando tanto os visitantes quanto os funcionários da instituição de acordo com o artigo 23, inciso IV, alínea g, do Decreto 8124/2013.

Trata-se do programa responsável pela análise, adequação e gestão da edificação em todos os seus aspectos estruturais e funcionais. Cabe destacar que este programa se dedica exclusivamente às questões relacionadas ao edifício, enquanto detalhes específicos sobre o acervo e sobre as exposições serão tratados em seus respectivos programas, conforme sua natureza e diretrizes próprias.

A elaboração do Programa utiliza uma abordagem diversa para integrar os diferentes aspectos que devem ser apresentados em seu contexto. O programa abrange não apenas as estruturas físicas, mas também instalações e equipamentos prediais, o uso dos espaços e sua inserção urbana. Entre seus principais objetivos, destacam-se:

- Preservação do patrimônio edificado e artístico, garantindo medidas adequadas de controle de climatização e iluminação;
- Acessibilidade e inclusão, promovendo um ambiente preparado para todos os públicos, com recursos como piso tátil, rampas e elevadores e um sistema de comunicação e sinalização institucionais eficientes;
- Sustentabilidade, com soluções ecológicas que favoreçam a eficiência energética e o uso de materiais sustentáveis;
- Gestão e manutenção predial, assegurando a conservação das estruturas dos espaços destinados ao museu por meio de manutenções técnicas.
- Segurança estrutural e operacional, prevenindo riscos aos usuários, ao acervo e ao próprio edifício, implantando medidas de segurança contra incêndio, roubo, furto e vandalismo.
- Regularização junto aos órgãos competentes, garantindo conformidade com normas e regulamentações vigentes.

- Adaptação da edificação para uso, ainda que parcial, como espaço de museu. O programa deve compatibilizar essa função às instalações existentes e tombadas pelo patrimônio cultural.

A gestão da infraestrutura museológica segue critérios técnicos para garantir o bom desempenho das edificações, prevenindo e corrigindo danos decorrentes do tempo e do uso, utilizando como ferramentas direcionais determinadas em normas técnicas nacionais e a legislação de edificações vigente.

É importante destacar que a interação com os demais programas, como comunicação, gestão, exposições, acervo e educativo é condicionante para que os resultados obtidos sejam satisfatórios e atendam às necessidades do museu em sua totalidade. A gestão e realização das operações necessárias devem ser articuladas entre os demais programas e toda a equipe, para agir de acordo com a realidade da instituição de acordo com o material de apoio *Subsídios para elaboração dos Planos Museológicos* elaborado pelo IBRAM.

A partir do levantamento inicial de informações obtidas no Diagnóstico Institucional e da aplicação de questionários específicos à equipe do Acervo Artístico, chega-se à etapa de definição das necessidades, fase essencial para orientar a adaptação da edificação para a instalação do museu. Neste momento, é fundamental considerar os parâmetros urbanísticos e o levantamento da necessidade de licenciamentos junto aos órgãos especializados e à Prefeitura.

10.1. Diagnóstico Prospectivo

O Acervo Artístico da ALESP está inserido no edifício da Assembleia Legislativa de São Paulo, ocupando áreas comuns, como halls e corredores, duas reservas técnicas e instalações externas no jardim.

O prédio, conhecido como Palácio 9 de Julho, possui uma área total de 36 mil metros quadrados, com uma arquitetura modernista caracterizada pelo uso de granito cinza e mármore branco. Rampas, vidro e metal, complementam a estrutura retangular do edifício.

O prédio sede da ALESP foi inaugurado em 25 de janeiro de 1968, data do 414 aniversário da cidade de São Paulo. O projeto arquitetônico, considerado um marco da arquitetura modernista paulista, de autoria dos arquitetos Adolpho Rubio Morales e Fábio Kok de Sá Moreira, foi escolhido por meio de um concurso público realizado em 1961 entre os 46 anteprojetos concorrentes. Desde 19 de setembro de 2001, a construção é reconhecida como

patrimônio cultural do Estado, conforme estabelecido na Lei Estadual 10.881/01⁶⁴. O processo de tombamento na esfera municipal, iniciado em 2018 e concluído em 2019, assegurou sua preservação e reconheceu a sua relevância histórica. O Palácio 9 de Julho simboliza a institucionalização e a continuidade do poder legislativo estadual.



Imagem 1 - Palácio 9 de Julho, sede da Assembleia Legislativa de São Paulo. Fonte: <https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/noticia/N-01-2021/fg259973.jpg>.

Desde sua inauguração, o edifício passou por duas grandes reformas voltadas para a modernização de suas estruturas. Em 2000, foi realizada uma ampla renovação do Plenário Juscelino Kubitschek e, em 2009, foi construído um prédio anexo para novos gabinetes parlamentares. Atualmente, o Palácio 9 de Julho conta com quatro plenários, três auditórios e espaços destinados a exposições artísticas, como o Espaço Cultural V Centenário, todos acessíveis ao público, sendo que os espaços expositivos estão detalhados no Programa de Exposições.

O edifício da ALESP, incluindo seu estacionamento externo e jardins, ocupa o quarteirão formado pelas avenidas Pedro Álvares Cabral, Sargento Mário Kozel Filho e pelas ruas Nábia Abdala Chohfi e Abílio Soares, essas vias são classificadas como Vias Arteriais e Coletoras, tendo como seu endereço oficial a avenida Pedro Álvares Cabral, 201 - Ibirapuera, São Paulo.

⁶⁴ A Lei Estadual nº 10.881, de 19 de setembro de 2001, declara o Palácio 9 de Julho, sede da Assembleia Legislativa.

Está localizado no bairro e distrito administrativo Ibirapuera e, de acordo com o GeoSampa⁶⁵ 2021, a área ao seu redor é composta pela ocupação predominante de residências de médio e alto padrão e comércios de serviços, sejam horizontais ou verticais, como evidência o mapa abaixo:



Imagem 2 - Mapa de uso do solo do entorno da ALESP.

Fonte: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx

A região também é marcada pela presença de espaços livres públicos como praças, jardins, monumentos e o Parque Ibirapuera. Destacam-se também o Ginásio Esportivo Estadual José Geraldo de Almeida, o Comando Militar do Sudeste do Exército e o Obelisco Mausoléu do Ibirapuera, além da proximidade com instituições museológicas, como foi citado na introdução deste Plano Museológico.

⁶⁵ O Geosampa é um portal que segue as diretrizes do Plano Diretor Estratégico, reunindo dados Georreferenciados sobre a cidade de São Paulo, dentre eles cerca 12 mil equipamentos urbanos, rede de transporte público, mapas geotécnicos e importantes dados sobre a população, como densidade demográfica e vulnerabilidade social.

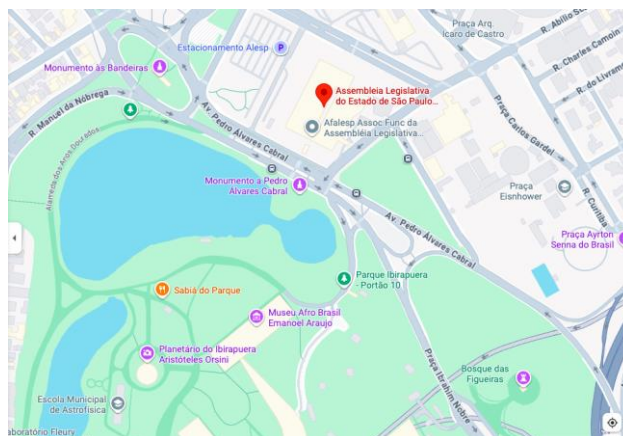


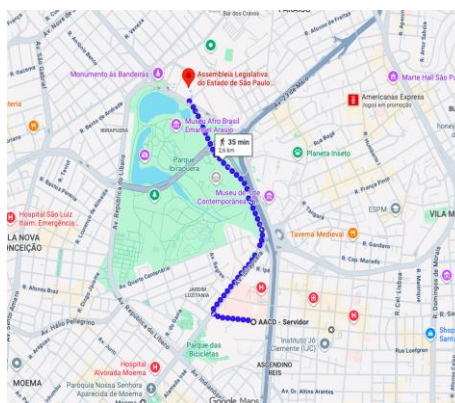
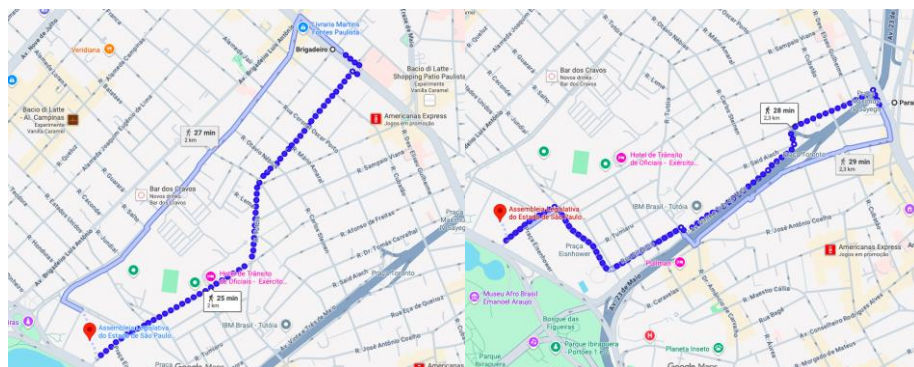
Imagem 3 - Mapa do entorno da ALESP. Fonte: GoogleMaps.

Embora as respostas ao questionário utilizado no diagnóstico indiquem dificuldade de acesso por transporte público, há linhas de ônibus que partem de diversos bairros da cidade. É notável a concentração de linhas que saem ou cruzam a região central com destino à região sul da cidade, sendo que os pontos de parada estão localizados próximos à instituição.



Imagens 4, 5 e 6 - Pontos de ônibus no entorno do quartelão da ALESP. Fonte: Acervo pessoal.

Em relação ao acesso por metrô, as estações mais próximas da Assembleia Legislativa são Brigadeiro (Linha 2 - Verde), Paraíso (Linhas 1 - Azul e 2 - Verde) e AACD - Servidor (Linha 5 - Lilás), localizadas a cerca de 2 km de distância. O trajeto a pé leva cerca de 25 minutos, enquanto o deslocamento por transporte público ou carro tem tempo médio estimado em 14 minutos. Ressalte-se que não há linhas de trem próximas.



Imagens 9, 10 e 11 - Trajeto das estações do metrô Brigadeiro, Paraíso e AACD-Servidor até a ALESP.
Fonte: GoogleMaps.

Há bicicletário disponível e gratuito no prédio com entrada pela rua Abílio Soares em frente à Praça Túlio de Fontoura. O espaço é aberto a todos os públicos, incluindo servidores, visitantes da casa, ciclistas que usam a bicicleta como meio de transporte, esportistas e visitantes do Parque do Ibirapuera. O bicicletário possui vestiário, armários, câmeras de vigilância, ferramentas para manutenção das bicicletas e painel solar para geração de energia elétrica. O horário de funcionamento é das 7h às 22h, de segunda a domingo, inclusive feriados.



Imagens 7 e 8 - Bicicletário da ALESP. Entrada pela rua Abílio Soares.
Fonte - <https://www.al.sp.gov.br/noticp/?id=443663>

O acesso por veículo automotor particular é feito por vias de grande circulação. O estacionamento interno é restrito a funcionários e parlamentares. Há vagas públicas no entorno

do prédio e os estacionamentos particulares mais próximos ficam a cerca de 400 metros da instituição.

A entrada de pedestres na ALESP é feita por duas portarias acessadas por rampas que permitem o acesso de pessoas em cadeiras de rodas e mobilidade reduzida, não havendo escadas nestes locais. O controle de acesso na portaria é realizado na recepção por funcionários terceirizados que fazem o cadastramento e identificação facial de visitantes, que em seguida passam por revista nos pertences pessoais realizada por seguranças e pelo dEtector de metal.

No prédio, há diversos serviços que atendem à população, entre eles uma creche, uma unidade do Poupatempo, agências bancárias, um restaurante e uma cafeteria localizada no subsolo, próxima à entrada pela Avenida Sargento Mario Kozel Filho. Esses serviços contribuem para um maior fluxo nas áreas próximas à Reserva Técnica 1 e nos espaços expositivos localizados nos halls dos elevadores e corredores.



Imagens 12 e 13 - Entradas da ALESP localizadas na Avenida Pedro Álvares Cabral e Avenida Sargento Mário Kozel Filho. Fonte: Acervo pessoal.

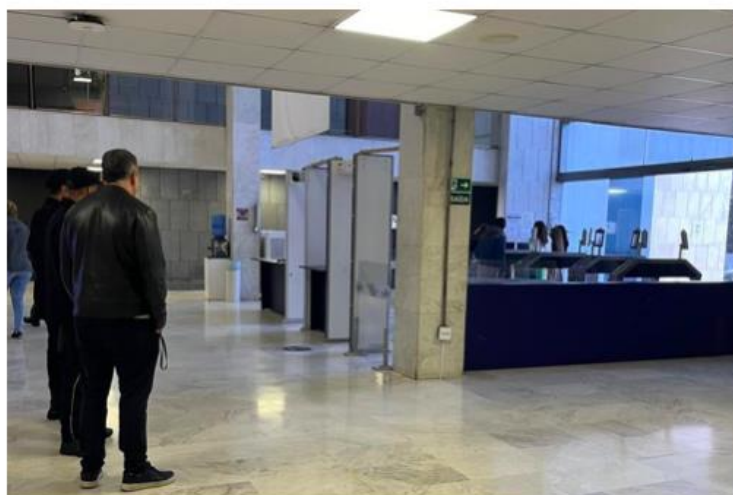


Imagem 14 - DDetector de metais da entrada pela rua Pedro Álvares Cabral, estes dDetectores ficam na lateral da parte interna do espaço monumental. Fonte: Acervo pessoal.

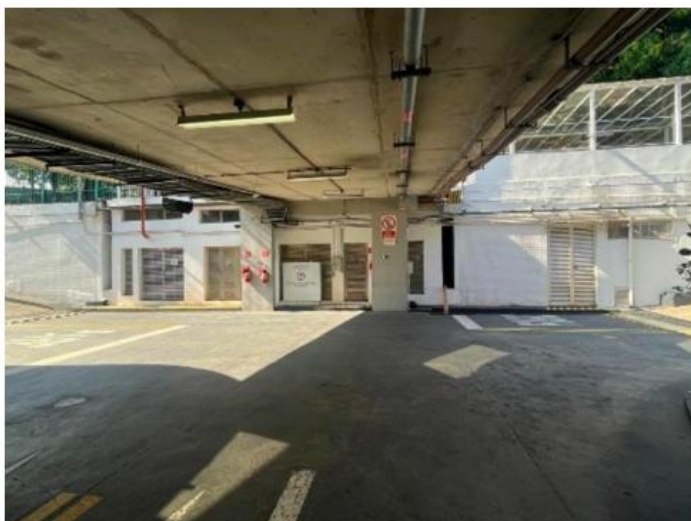
Ao observar as placas de sinalização ao redor e no interior do Palácio 9 de Julho, constatou-se a ausência quase que completa de referências ao Acervo Artístico da ALESP, existem apenas sinalização que identificam as salas que abrigam atualmente as reservas técnicas. Embora a sinalização interna esteja presente, ainda está em processo de readequação, o que impede a confirmação de sua efetividade. Este aspecto será mais bem detalhado no Programa de Comunicação.



Imagens 15 e 16 - Identificação da sala de uma das reservas técnicas e detalhe de placa interna de sinalização.
Fonte: Acervo pessoal.

A análise das condições atuais dos espaços expositivos e das reservas técnicas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo revela uma série de aspectos relevantes para a formulação de um Programa de Edificações eficaz:

- **Documentação:** observa-se que as plantas arquitetônicas fornecidas para a análise desses ambientes encontram-se desatualizadas, em razão de modificações estruturais não registradas formalmente. Ainda que seja possível acessá-las, a confiabilidade dessas representações deve ser considerada com cautela.
- **Logística:** as operações de carga e descarga das obras são viabilizadas por dois acessos principais: um localizado sob a área da biblioteca e outro no estacionamento destinado aos funcionários. Para o transporte interno de obras e mobiliário, a instituição dispõe de elevadores. Obras de maior porte, que não se adequam às dimensões dos elevadores, embora casos raros, são transportadas por uma escada lateral de formato circular. Durante esses procedimentos, a circulação de pessoas na ALESP normalmente não é restrita, mas é exigido um cuidado redobrado por parte da equipe envolvida.



Imagens 17 e 18 - Área de carga e descarga e escada lateral por onde passam as obras maiores.
Fonte: Acervo pessoal.

- **Segurança:** o prédio conta com o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) vigente, com a presença de dois bombeiros militares no local. Uma brigada de incêndio foi recentemente constituída. No entanto, foram identificados problemas como quedas de energia, infiltrações, umidade excessiva e acúmulo de água em áreas próximas ao acervo, o que representa um risco significativo para sua conservação.



Imagens 19, 20 e 21 - Imagens de dispositivos contra incêndio na Reserva Técnica 2 e extintor no corredor do prédio. Fonte: Acervo pessoal.

Em termos de segurança patrimonial, não há protocolos de monitoramento ou treinamento específicos voltados à proteção do acervo e das obras expostas. A segurança atua, principalmente, no controle contra furtos, mas sem procedimentos padronizados em casos de risco emergencial. O sistema de videomonitoramento do prédio é operacional, mas informações

precisas sobre a quantidade de câmeras e as áreas cobertas não foram disponibilizadas. É sabido, no entanto, que as reservas, tanto 1 quanto 2, não estão incluídas nesse monitoramento.

Atualmente, o edifício está passando por reformas, o que tem ocasionado ruídos prejudiciais à experiência dos visitantes. Adicionalmente, por se tratar de um espaço legislativo onde decisões políticas de grande relevância são tomadas, há possibilidade de manifestações populares. Em virtude disso, a Polícia Militar restringe a exposição de esculturas nos mezaninos, por razões de segurança, considerando o potencial uso desses objetos como projéteis em situações de conflito. Já houve, inclusive, necessidade de evacuação do prédio por esse motivo.

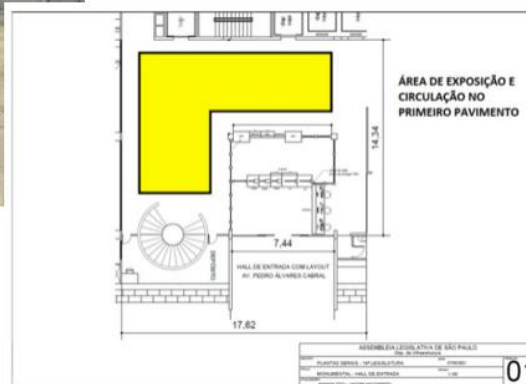
É importante salientar que entre os espaços identificados como possíveis para exposições há outros fatores problemáticos como incidência de luz solar direta, que pode comprometer a integridade das obras expostas e dificuldade de acesso para pessoas com deficiência. A seguir especificações sobre cada um dos espaços, salientando que maiores detalhes serão tratados no Programa de Exposições:

Espaço expositivo no jardim: O local apresenta ausência de piso adequado e iluminação insuficiente, comprometendo a segurança e a valorização das obras expostas. A acessibilidade é inexistente, devido à falta de piso tátil e de estruturas que possibilitem a circulação segura de pessoas com mobilidade reduzida. A deficiência na iluminação propicia pontos escuros, que facilitam atos de vandalismo e ameaçam a integridade do patrimônio.



Imagens 22 e 23. Imagens do jardim. Fonte: Acervo pessoal.

Espaço Heróis da Revolução de 32: este espaço é pouco utilizado para exposições, pois cabe um número reduzido de obras.

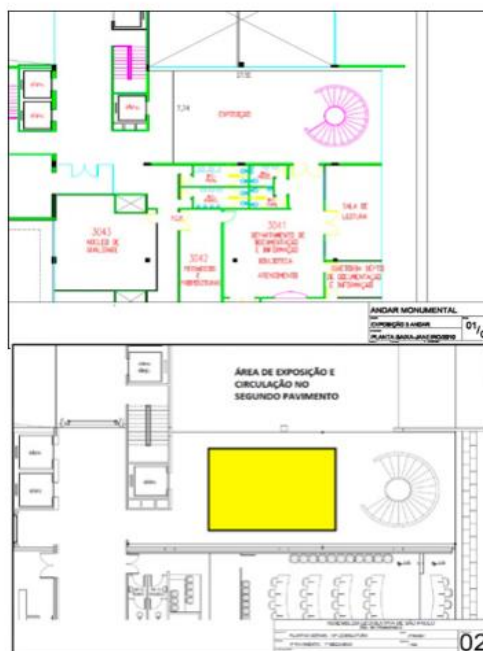


Imagens 24 e 25 - Área expositiva com suportes próxima à entrada da rua Pedro Álvares Cabral, ao lado dos detectores de metal. Próximo ao Hall Monumental. Planta baixa do espaço. Fonte: Acervo pessoal e Núcleo do Acervo Artístico da ALESP.

Espaços acima do Hall Monumental: incidência de luz solar direta, mezaninos com grades que oferecem pouca segurança, área de grande circulação. É possível fazer uma exposição com uma acessibilidade adequada.

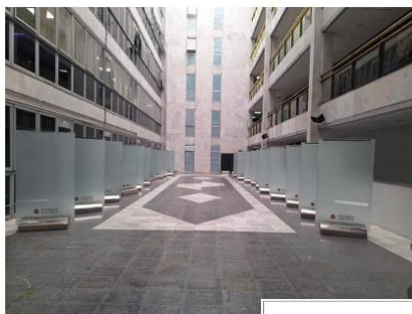


Imagens 26, 27 e 28 - Espaços expográficos nos três andares acima do Hall Monumental. Fonte: Acervo pessoal.



Imagens 29, 30 e 31 - Plantas baixas dos espaços expográficos nos três andares acima do Hall Monumental.
Fonte: Núcleo do Acervo Artístico da ALESP.

Espaço cultural V Centenário: área de tamanho apropriado para exposições maiores onde a maioria delas são feitas, porém possui uma grande incidência de luz solar direta.



Imagens 32 e 33 - Espaço Cultural V Centenário e planta baixa do espaço.
Fonte: Acervo pessoal e Núcleo do Acervo Artístico da ALESP.

Hall Monumental: Luz solar direta abundante, passagem constante de transeuntes, maior burocracia para utilização.

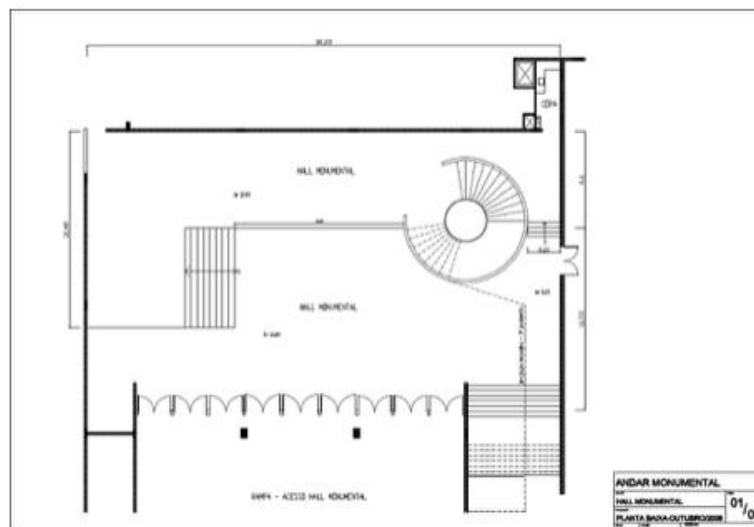


Imagem 34 - Planta baixa do Hall Monumental.
Fonte: Núcleo do Acervo Artístico da ALESP.

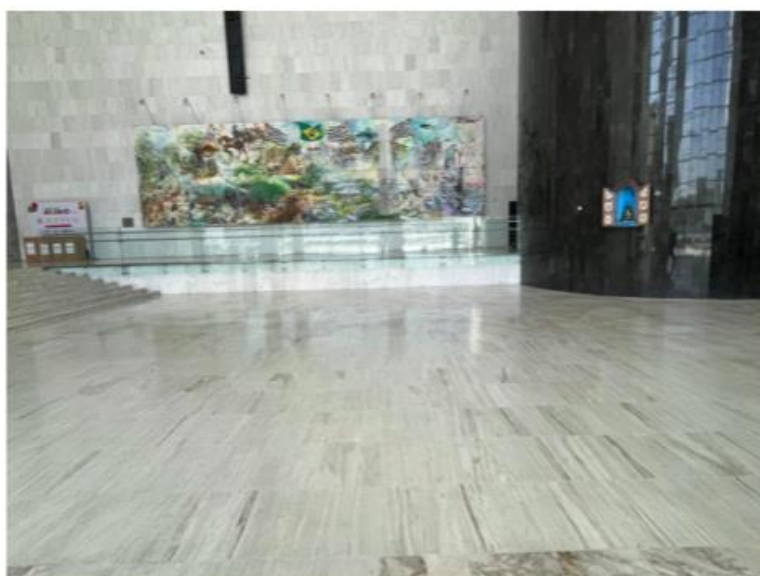


Imagem 35 - Hall Monumental.
Fonte: Acervo pessoal.

- **Sustentabilidade:** o prédio dispõe de lixeiras para coleta seletiva, embora haja incertezas sobre a capacitação da equipe de limpeza no que se refere à separação adequada dos resíduos recicláveis. Está em andamento a implantação de uma mini usina de geração de energia solar, por meio de painéis fotovoltaicos, cuja instalação na laje

do edifício sede teve início em 6 de janeiro de 2025, com conclusão prevista para 5 de abril de 2026.



Imagem 36 - Placa informando sobre a obra de implantação. Fonte: Acervo pessoal

- **Acessibilidade:** a parte interior do prédio apresenta importantes lacunas. Quase não há piso tátil em nenhuma de suas áreas e são escassos os recursos que garantam a autonomia plena de visitantes com deficiência visual, limitando-se à presença de numeração em Braille nos elevadores e tamanho adequado dentro das normas. Quanto aos banheiros, embora apresentem piso plano e nivelado, os recursos de acessibilidade ficam restritos às cabines ampliadas, destinadas ao uso de pessoas em cadeiras de rodas, não havendo outras adaptações como barras de apoio ou acessibilidade nos lavatórios. As rampas de acesso nas entradas principais não estão em condições adequadas, pois não possuem piso tátil, antiderrapante de qualidade e em caso de chuva, por exemplo, tornam-se extremamente escorregadias podendo causar acidentes. De acordo com a NBR 9050/2020 a definição de acessibilidade:

[...]

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida”

Observamos também alguns artigos e informações correlatas que são apresentados na Lei nº 13.146, de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de

Inclusão de Pessoa com Deficiência. O Capítulo IX, Do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, apresenta as seguintes informações:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - a bens culturais em formato acessível;

[...]

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços culturais ou eventos esportivos;

[...]

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 43. O poder público deve promover a participação política da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo [...]

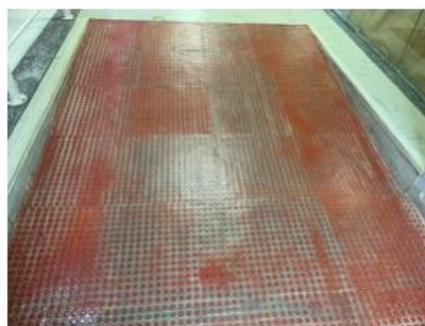
Art. 56. A construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis.

§ 1º As entidades de fiscalização profissional das atividades de Engenharia, de Arquitetura e correlatas, ao anotarem a responsabilidade técnica de projetos, devem exigir a responsabilidade profissional declarada de atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes.

[...]

Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes. [...]”⁶⁶

⁶⁶ BRASIL. Lei nº 13.146, de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Capítulo IX. Artigos: 42, 43, 56 e 57.



Imagens 37, 38, 39 e 40 - Braille nos botões e espaço do elevador, detalhe de piso tátil na agência bancária na parte interna do prédio e rampa em área interna. Fonte: Acervo pessoal.

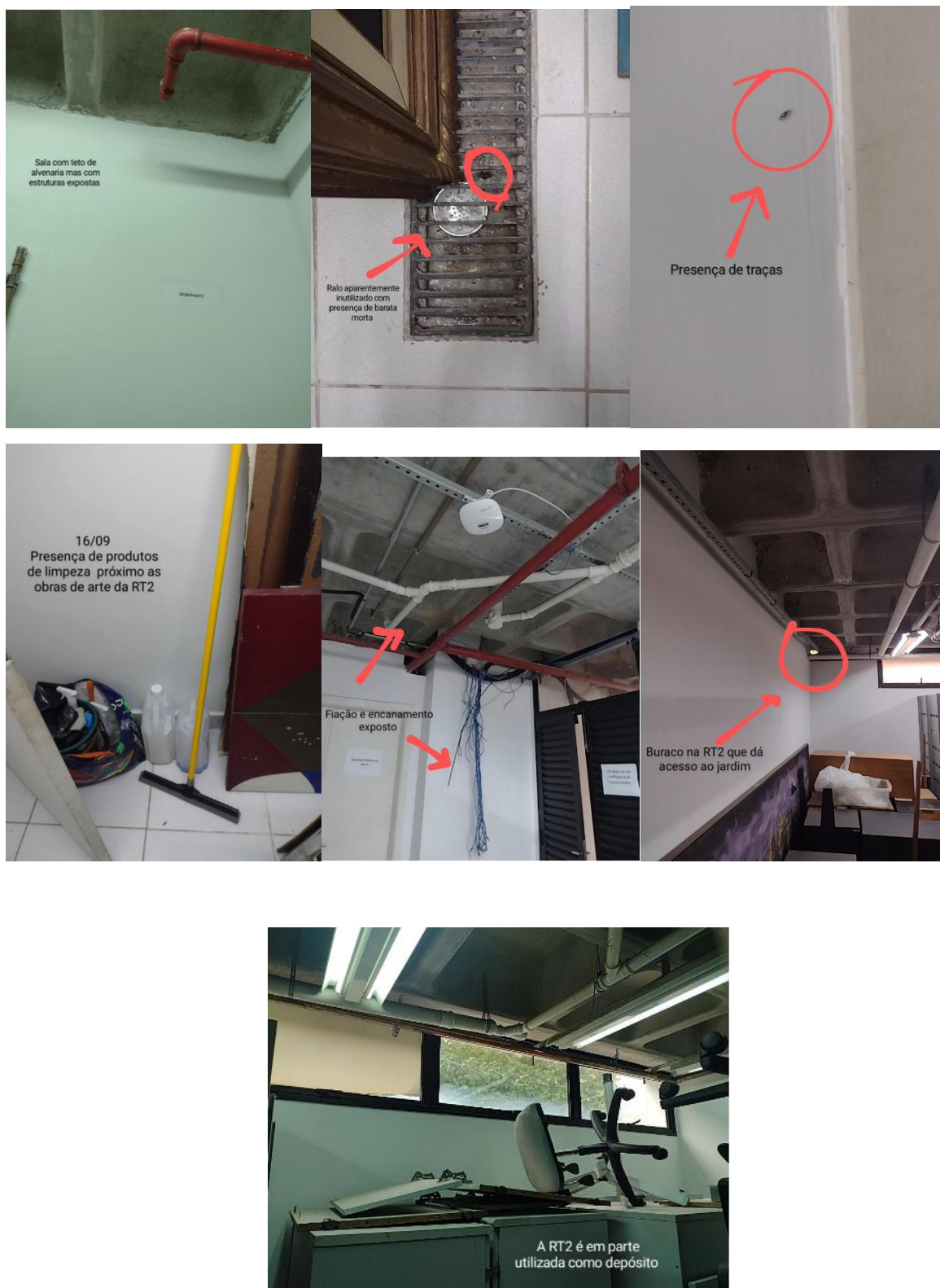
- **Acervo e reservas técnicas:** Existem duas reservas técnicas destinadas à guarda do Acervo Artístico. Quanto à segurança, ambas possuem detector de fumaça, porém não há sistema de monitoramento por câmeras, seja interno ou externo. Observa-se também que o número de tomadas é insuficiente e a iluminação é feita por lâmpadas fluorescentes.

A Reserva Técnica 1 (RT1) está localizada no subsolo e possui cobertura em forro, com pequenas aberturas que representam risco potencial ao acervo, conforme detalhado no Programa Gestão de Acervo. Recentemente, foi inaugurado um refeitório nas proximidades da RT1, o que tem ocasionado aumento na circulação de mosquitos que ingressam no ambiente. Além disso, há uma pia desativada e uma caixa de energia no interior da reserva técnica, ambas configurando fatores de risco ao acervo.



Imagens 41 e 42 - Pia desativada e caixa de energia dentro da Reserva Técnica 1. Fonte: Acervo pessoal.

A Reserva Técnica 2 (RT2) é destinada ao acondicionamento das obras com danos e/ou com indício de infestação por cupins. Este espaço permanece, em geral, fechado na maior parte do tempo. A RT2 é composta por quatro ambientes: a área de entrada, as salas A e B, e uma copa, que era utilizada pelas pessoas do núcleo da biblioteca antes do refeitório ser entregue. Esses espaços também comportam mobiliário histórico, mobiliário de escritório patrimoniado e as obras de arte danificadas como vemos a seguir:



Imagens 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51 - Condição atual da Reserva Técnica 2.
Fonte: Acervo pessoal.

10.2. Análise Propositiva

O diagnóstico revelou fragilidades estruturais, ambientais, logísticas e de gestão que afetam diretamente a preservação e a fruição do acervo. As propostas de melhorias consideram o Estatuto de Museus (Lei 11.904/2009), o Decreto 8.124/2013 e os Subsídios para Elaboração de Planos Museológicos do IBRAM (2016), buscando alinhar as soluções às diretrizes nacionais de segurança, acessibilidade, sustentabilidade e preservação patrimonial.

O Programa de Edificações deve manter uma articulação permanente com os Programas de Comunicação, Acervo, Exposição e Educativo, garantindo que as ações relacionadas aos espaços e à infraestrutura estejam alinhadas às necessidades de cada área.

Para apoiar esse processo de integração, propõe-se a criação de um comitê interno responsável por acompanhar as ações do programa. Esse comitê deverá contar com representantes de cada setor, contribuindo para um diálogo constante e para o alinhamento das decisões.

Além disso, a análise SWOT realizada anteriormente deve ser utilizada como uma ferramenta contínua de monitoramento e ajuste das estratégias. Dessa forma, o programa poderá identificar rapidamente pontos que precisam de atenção e orientar suas ações de maneira mais eficiente.

Com a implementação das ações propostas, espera-se ampliar a preservação do acervo, reduzindo riscos biológicos, ambientais e estruturais, ao mesmo tempo em que se fortalece a segurança patrimonial por meio de protocolos claros e de uma equipe capacitada. O programa também busca garantir acessibilidade plena, promovendo autonomia e inclusão para todos os públicos que frequentam os espaços onde está presente o Acervo Artístico. Além disso, pretende-se alcançar maior eficiência operacional, especialmente na logística e na manutenção preventiva, contribuindo para um funcionamento mais organizado e sustentável. Por fim, o programa visa assegurar a conformidade legal e técnica com o Estatuto de Museus, as normas do IBRAM e as regulamentações estaduais e municipais aplicáveis.

10.3. Sistematização das proposições

Propostas Estruturais e Ambientais

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Manutenção do forro das Reservas Técnicas.	Realizar diagnóstico técnico do estado do forro, identificando falhas estruturais, corrigindo os problemas identificados.	Executar a vedação e reforma do forro e paredes para impedir entrada de animais e insetos, incluindo instalação de telas e selagem de frestas.	Curto prazo
Implantação da segurança no acesso às reservas técnicas.	Implementar sistema integrado de segurança física e eletrônica para controle de acesso às Reservas Técnicas, padronizando protocolos de acesso de acordo com o Plano de Gerenciamento de Risco	Instalar sistema de câmeras e sensores em toda a reserva técnica e acessos, com protocolos de monitoramento e resposta emergencial específicos para o acervo (roubo, incêndio, inundação, risco biológico). Implantar controle de acesso com registro digital de entrada/saída, além de verificar a circulação de pessoas, devido à proximidade da Reserva Técnica 1 à área dos bancos.	Curto prazo
Padronização de treinamento para funcionários em geral.	Uniformizar protocolos de segurança para o acervo artístico, minimizando riscos.	Padronizar procedimentos de segurança patrimonial e treinar equipe terceirizada e servidores para atuação em situações emergenciais.	Curto prazo
Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Adequação dos cuidados em relação à luz solar nas obras no espaço expositivo.	Implantar controle de iluminação incidente nos espaços expositivos	Instituir controle de iluminação com filtros UV, cortinas, vidros especiais para minimizar a incidência de luz solar direta sobre as obras.	Curto prazo

Padronização do treinamento da equipe de jardinagem.	Estabelecer protocolos de jardinagem para proteção das obras expostas no jardim	Realizar treinamentos específicos para a equipe responsável pela manutenção do jardim quanto aos cuidados necessários durante a roçagem e poda, evitando danos às obras. O distanciamento mínimo e o uso de materiais para proteção das obras durante o trabalho, como telas, devem ser observados.	Curto prazo
Adequação da segurança e iluminação do jardim	Implantação de iluminação adequada no jardim	É fundamental implantar um sistema de iluminação eficiente e adequado no entorno das obras para garantir visibilidade, evitar pontos escuros e inibir ações de vandalismo. Essa iluminação deve ser planejada para valorizar as obras e proteger o patrimônio.	Curto prazo
Adequação do prédio para climatização das Reservas Técnicas	Integrar a climatização à estrutura tombada do prédio	Realizar vistoria técnica por engenheiro especializado em patrimônio tombado para avaliar isolamento térmico, ventilação e instalação de aparelhos externos, como splits e condensadoras.	Médio prazo
Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Contenção de pragas nas Reservas Técnicas	Promover planos de combate às pragas sem afetar o acervo	Realizar dedetização e desratização contínua nas reservas técnicas, áreas expositivas, gabinetes e sala dos presidentes, priorizando controle de cupins com métodos não invasivos.	Médio Prazo

Adequação no armazenamento das obras	Priorizar a reforma das Reservas Técnicas	Transferir a reserva técnica 2 para área interna do edifício, conforme projeto de reforma existente, priorizando a retirada da pia existente na reserva técnica 1.	Médio prazo
Adequação da segurança.	Integrar critérios de segurança preventiva nas exposições, conforme recomendações do Corpo de Bombeiros e IBRAM	Adotar vistorias e treinamento dos funcionários terceirizados responsáveis pela segurança, visando monitorar riscos, como capacidade máxima de público, rotas de fuga livres, barreiras corta-fogo.	Médio Prazo
Realização de estudos para acessibilidade no jardim	Possibilitar a acessibilidade na área do jardim através de estudo técnico	Recomenda-se estudo técnico conduzido por um engenheiro para a acessibilidade no jardim. Sugere-se a construção de passarelas suspensas com visualização íntegra das obras, distância segura do gramado, corrimões, largura e rampas adequadas para cadeiras de rodas, pisos táteis, sinalização em braille e pavimentação antiderrapante.	Longo prazo

Propostas de Acessibilidade e Inclusão

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Instalação de recursos acessíveis	Implantar adaptações voltadas à acessibilidade	Instalar piso tátil e sinalização de percurso em todos os acessos internos e externos.	Médio prazo

Adequação das rampas externas.	Diminuir o risco de acidentes	Melhorar condições de rampas externas para evitar escorregamento em dias de chuva.	Médio prazo
Instalação de recursos acessíveis de comunicação.	Implementar comunicação acessível	Desenvolver sinalização bilíngue, com informações em braille e pictogramas.	Médio prazo
Disponibilização de recursos acessíveis como libras e audiodescrição.	Adaptar o espaço para atender o disposto no Decreto 8.124/2013, art. 23, IV.	Disponibilizar recursos em Libras e audiodescrição para visitantes com deficiência auditiva e visual, conforme Decreto 8.124/2013, art. 23, IV.	Médio prazo

Propostas de Sustentabilidade e Gestão

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Supervisão da implantação da usina fotovoltaica	Realizar acompanhamento contínuo da produção energética solar	Acompanhar e garantir que a energia gerada seja integrada ao plano de eficiência energética do acervo.	Curto prazo
Digitalização de documentos estruturais.	Digitalizar plantas originais em alta resolução e criar repositório centralizado em sistema de gestão documental	Manter cópia digitalizada e atualizada das plantas arquitetônicas, com registro formal e cronológico de todas as modificações estruturais nas áreas do acervo artístico.	Médio prazo
Criação de cronograma de manutenção preventiva	Elaborar cronograma de manutenção preventiva predial.	Criar cronograma de manutenção preventiva para instalações elétricas, hidráulicas e de climatização, reduzindo riscos de	Médio prazo

		infiltrações, quedas de energia e acúmulo de água.	
Criação de protocolo de gestão ambiental.	Implantar um programa de coleta seletiva de resíduos	Implementar o sistema de coleta seletiva com treinamento específico da equipe de limpeza para separação adequada dos resíduos recicláveis. Estabelecer parcerias com cooperativas de catadores para destinação adequada.	Médio prazo

Propostas de Logística

Ação Estratégica	O que se propõe	Como fazer	Prazo
Criação de fluxos internos para a logística do transporte das obras	Estabelecer protocolos para movimentação segura das obras artísticas	Definir rotas exclusivas e sinalizadas para transporte interno de obras, com interrupção temporária de acesso público.	Curto prazo
Adequação de elevadores para o transporte de obras	Realizar inspeção técnica especializada nos elevadores para avaliar sua adequação ao transporte seguro do acervo artístico.	Realizar avaliação técnica com profissional especializado para determinar se basta adequação simples ou requer aquisição e instalação de novos elevadores, priorizando acessibilidade ao acervo artístico..	Longo prazo

Referências

ALESP. Ato da Mesa nº 21, de 2005. Dispõe sobre a custódia do acervo artístico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Versão corrigida de 25 jan. 2021. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/NBR9050_20.pdf . Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904/2009 e da Lei nº 11.906/2009. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 out. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm . Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Institui a Política Nacional de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Diretrizes gerais para museus. Brasília: IBRAM, [s.d.]. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/diretrizes-gerais-para-museus> . Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Manual de conservação preventiva em museus. Brasília, DF: IBRAM, 2011. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/publicacoes/> . Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.287, de 13 de dezembro de 1984. Regulamenta a profissão de museólogo. Diário Oficial da União, Brasília, 14 dez. 1984.

CIDOC–ICOM. International guidelines for museum object information: the CIDOC information categories. Paris: International Council of Museums, 1995. Disponível em: <https://cidoc.icom.museum> . Acesso em: 14 nov. 2025.

COMITÊ BRASILEIRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: ICOM Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.icom.org.br> . Acesso em: 11 set. 2025.

DUARTE, Jorge. Comunicação pública. São Paulo: Atlas, 2007. p. 47–58.

GUERRA, SISEM-SP; ACAM PORTINARI. Plano de Comunicação Institucional de Museus de Pequeno Porte. Programa de Museus de Pequeno Porte. São Paulo: SISEM-SP/ACAM Portinari, 2023. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/10-plano-de-comunicacao-institucional-de-museus-de-pequeno-porte.pdf> . Acesso em: 9 set. 2025.

ICCROM; CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE; UNESCO. Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico. Tradução de Michele Arroyo. São Paulo: AEPM/SESC, 2021.

ICOM. Declaração de Caracas. Cadernos de Sociomuseologia, v. 15, n. 15, 1992.

ICOM. Como gerir um museu: manual de gestão. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2006.

ICOM. Código de ética para museus. Paris: Conselho Internacional de Museus, 2017.

ICOM BRASIL. Nova definição de museu. Disponível em: <https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/> . Acesso em: 10 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/3-subsidios-para-a-elaboracao-de-planos-museologicos.pdf> . Acesso em: 9 set. 2025.

MUSEUS. Política Nacional de Museus. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/04/relato_gestao.pdf . Acesso em: 15 out. 2025.

FONTES LEGISLATIVAS

Ato da Mesa nº 23, de 3 de julho de 2001. Dispõe sobre providências administrativas no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br>

Ato da Mesa nº 21, de 14 de julho de 2005. Dispõe sobre a custódia do acervo artístico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br>

Ato da Mesa nº 25, de 29 de agosto de 2005. Dispõe sobre procedimentos administrativos internos. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br>.

Ato da Mesa nº 27, de 11 de novembro de 2015. Institui normas sobre organização interna. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br>.

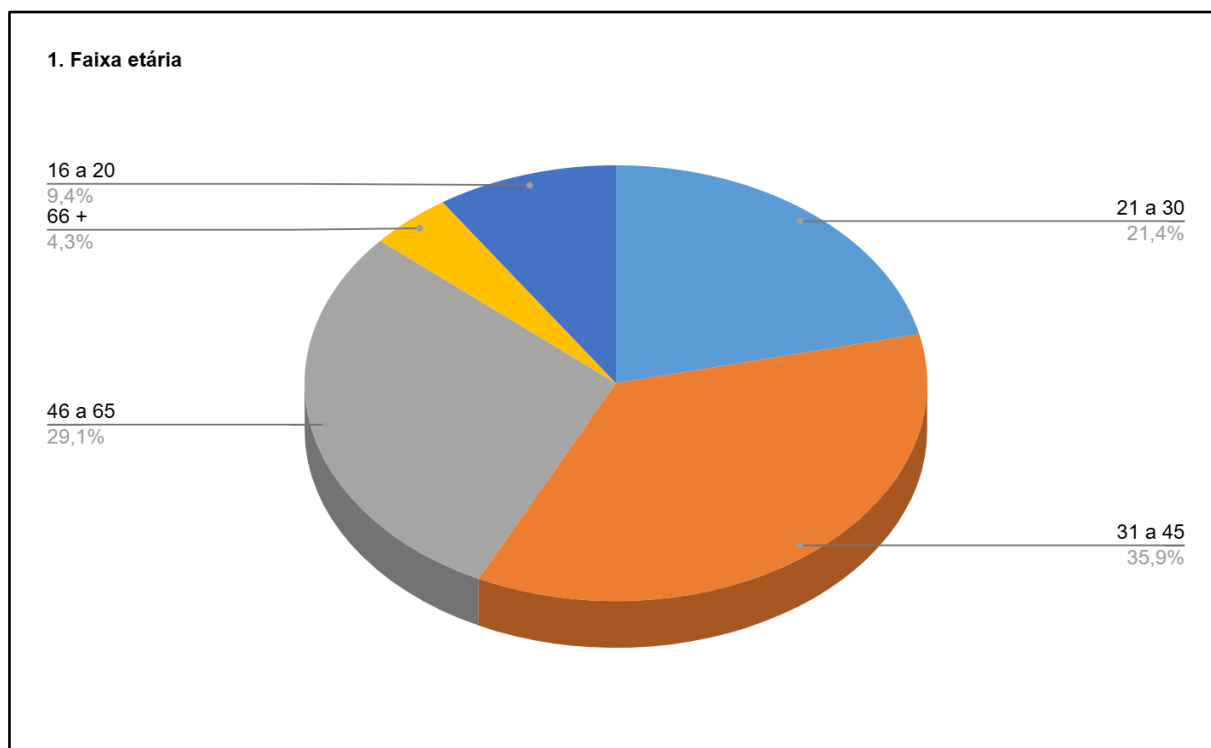
Ato da Mesa nº 29, de 17 de novembro de 2015. Dispõe sobre diretrizes administrativas da Assembleia Legislativa. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br>

Ato da Mesa nº 11, de 16 de abril de 2019. Atualiza normas internas administrativas.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br>

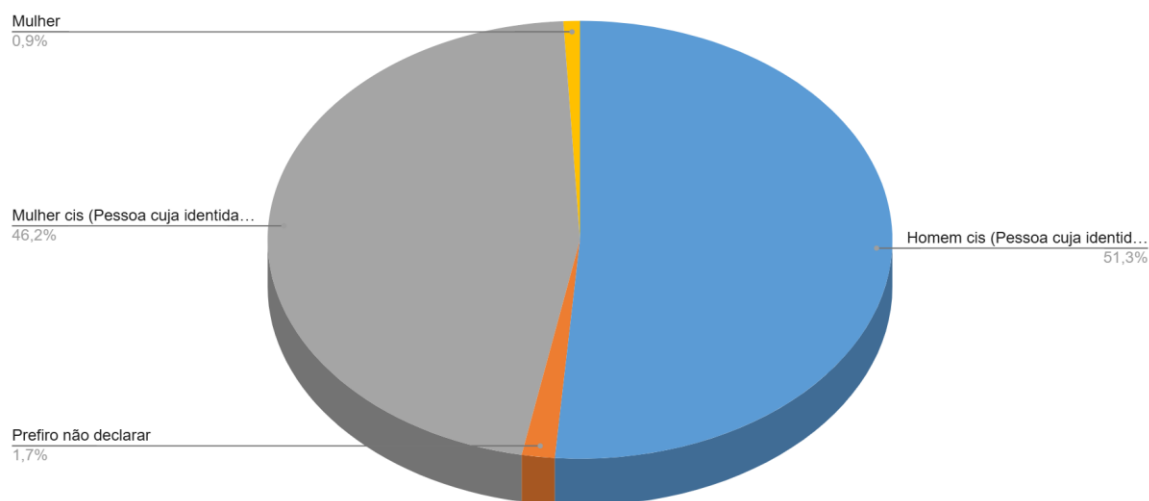
ANEXOS

Anexo I - Questionário de público



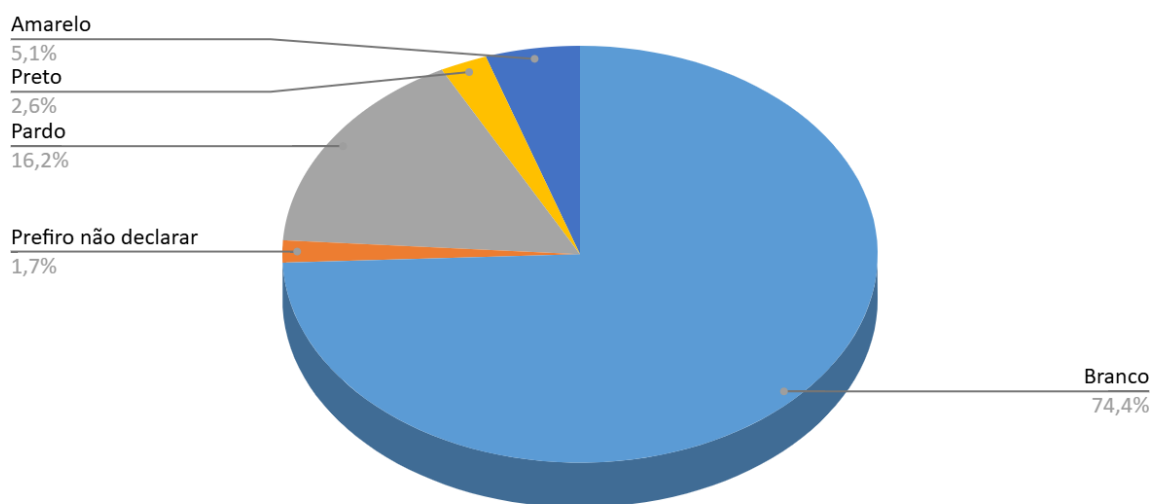
Identidade de gênero

2. Identidade de gênero



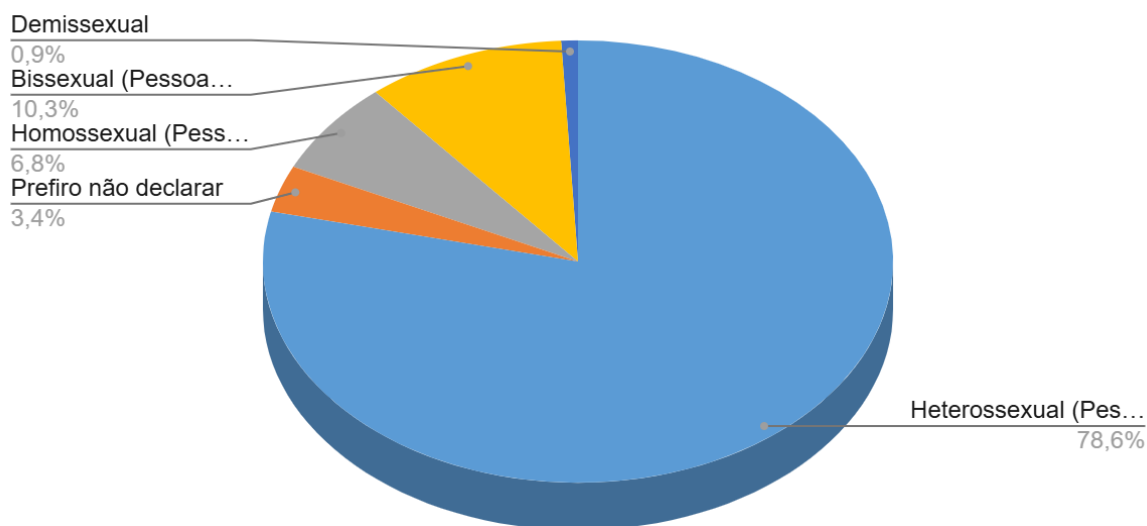
Autoclassificação étnico racial

3. Autoclassificação étnico racial



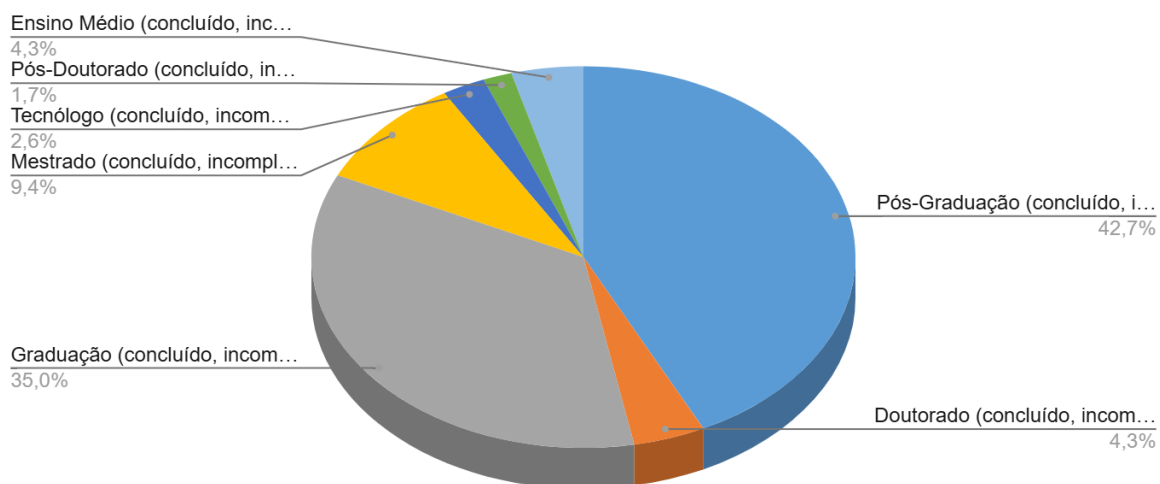
Orientação sexual

4. Orientação sexual



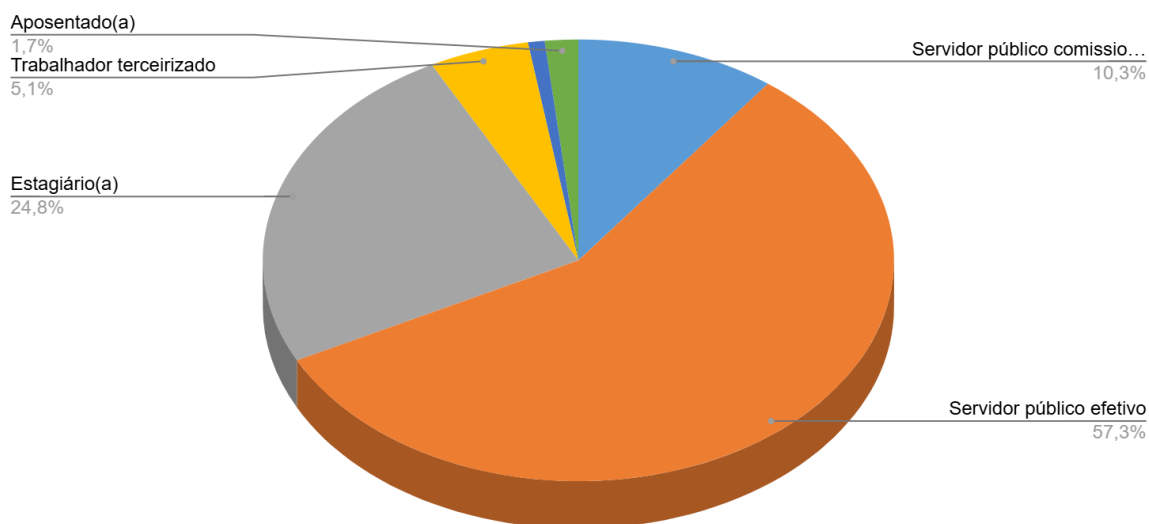
Grau de escolaridade

6. Grau de escolaridade



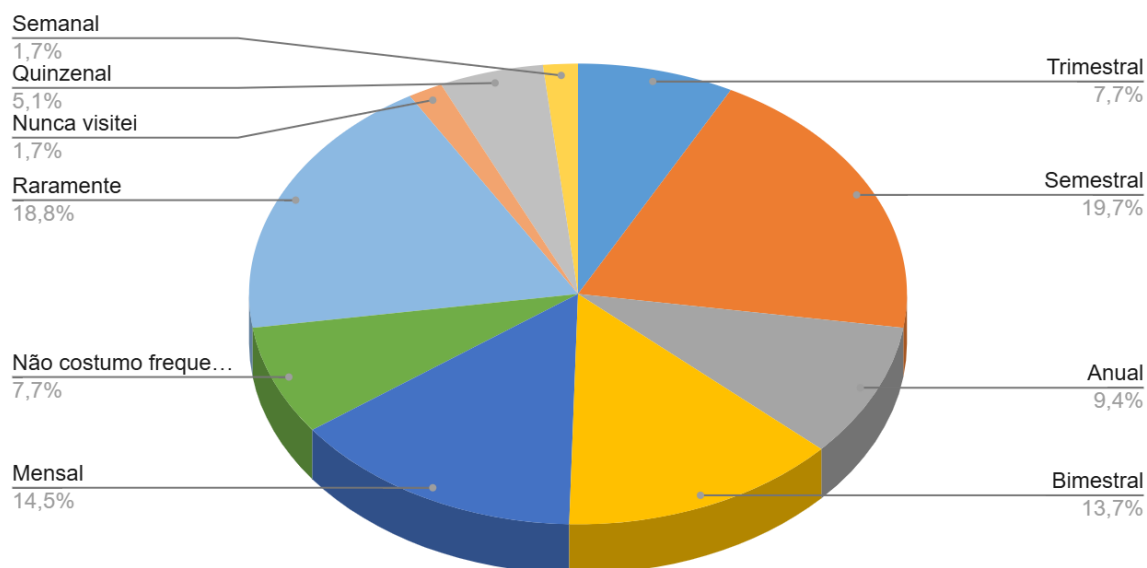
Vínculo empregatício na ALESP

7. Vínculo empregatício na ALESP

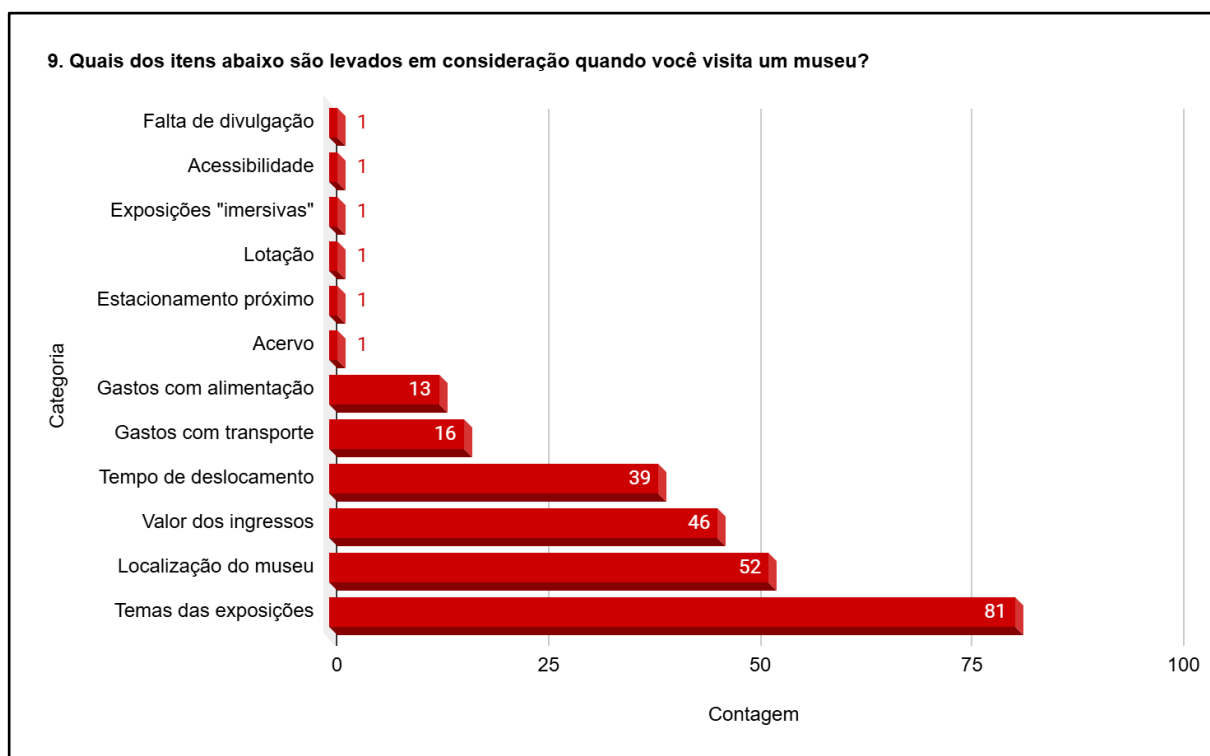


Com qual frequência você visita museus e/ou exposições?

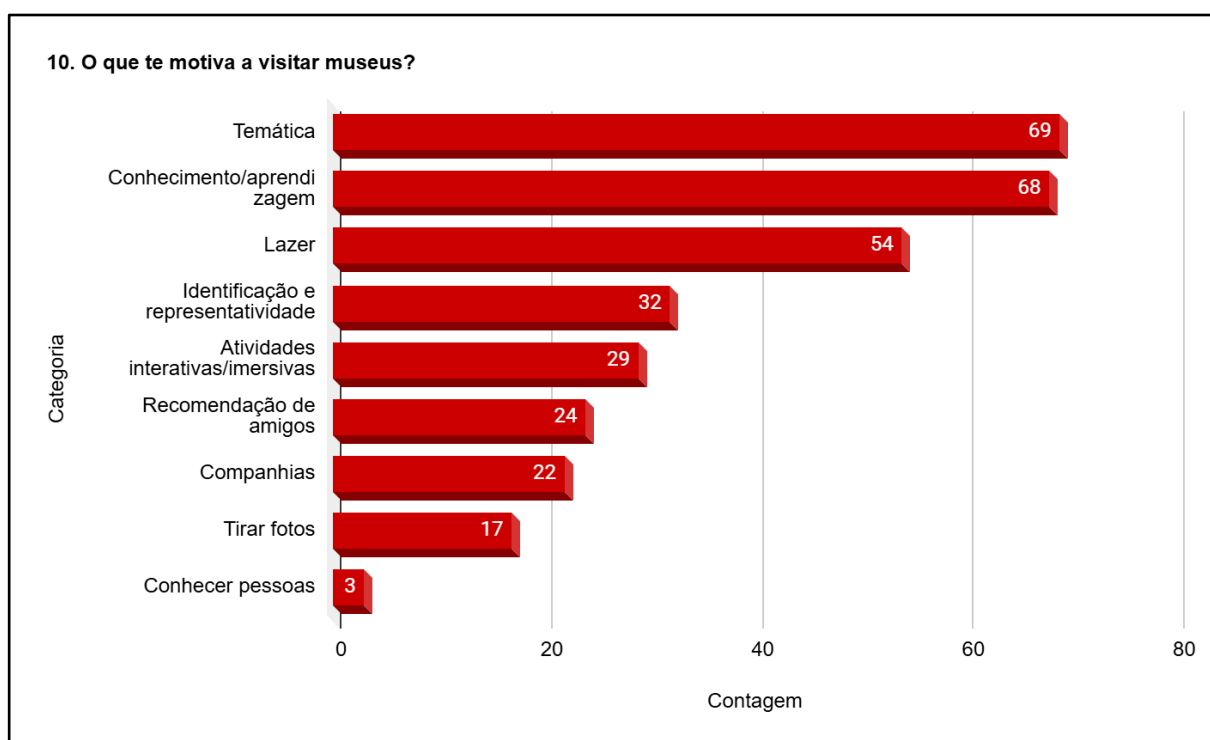
8. Com qual frequência você visita museus e/ou exposições?



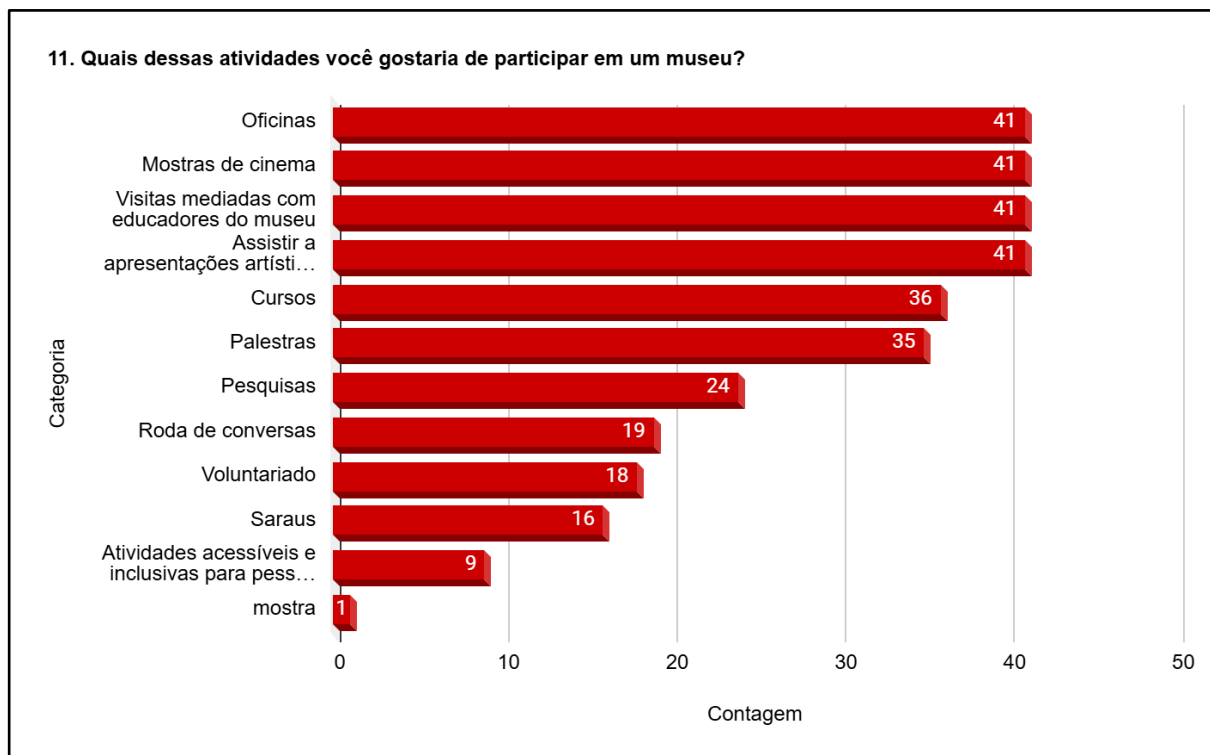
Quais dos itens abaixo são levados em consideração quando você visita um museu?



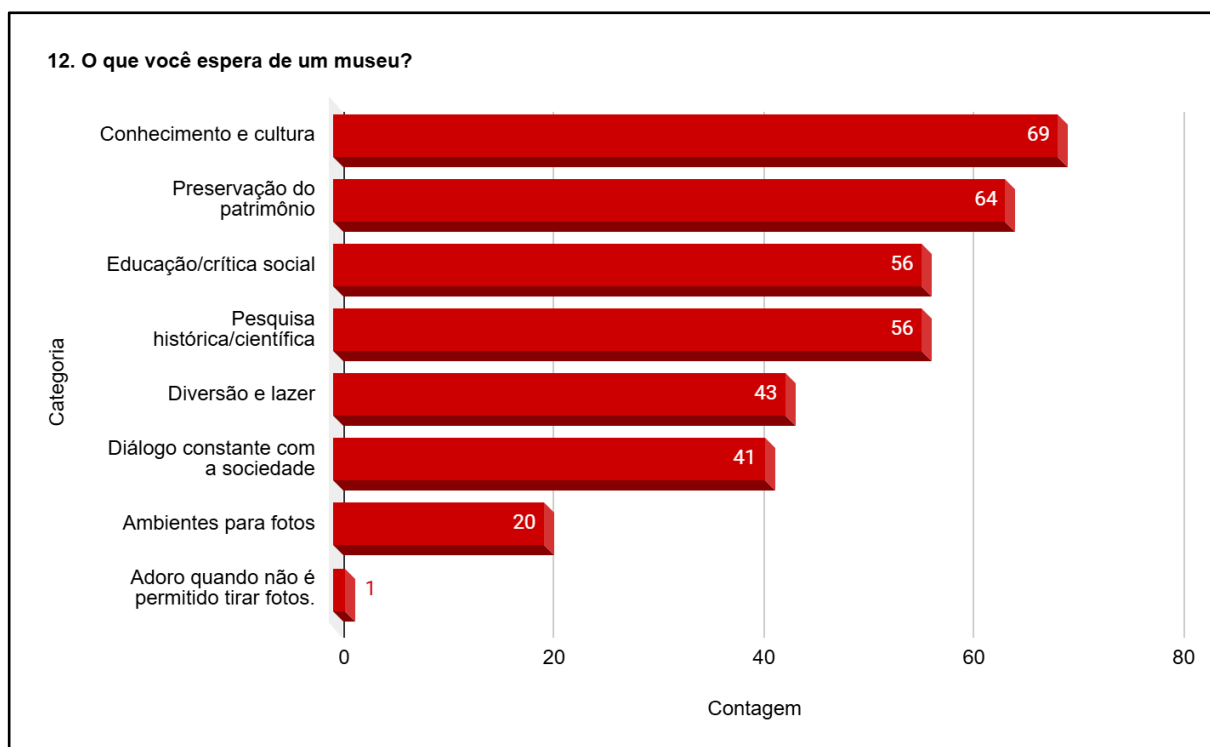
O que te motiva a visitar museus?



Quais dessas atividades você gostaria de participar em um museu?

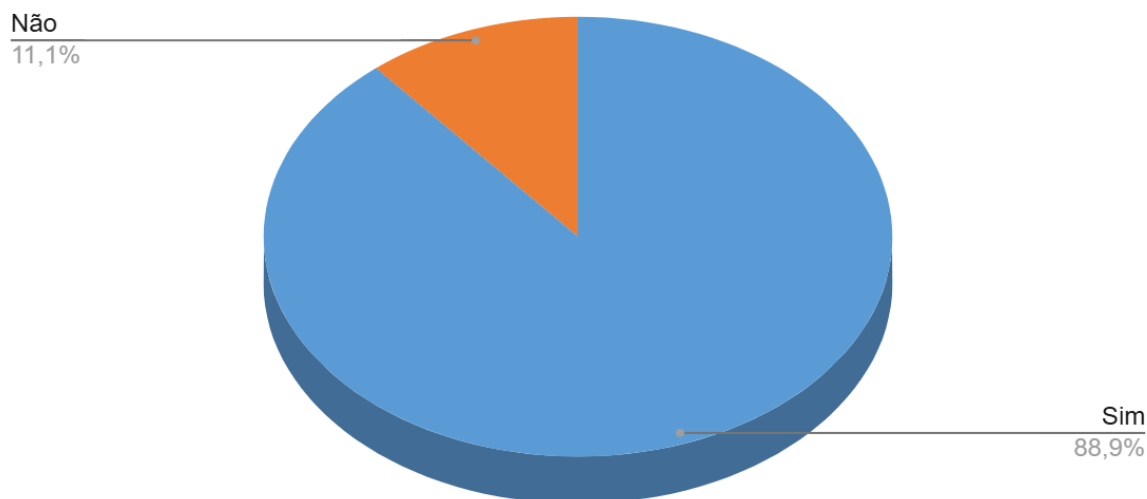


O que você espera de um museu?



Você sabia da existência de um acervo artístico e histórico presente na ALESP?

13. Você sabia da existência de um acervo artístico e histórico presente na ALESP?



Anexo II - REVOGAÇÃO DO MUSEU DE ARTE DA ALESP

ATO DA MESA Nº 25, DE 29 DE AGOSTO DE 2005

(Atualizado até o Ato da Mesa nº 11, de 16 de abril de 2019)

~~A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, RESOLVE:~~

~~Artigo 1º— Fica criado, no âmbito da Assembléia Legislativa, o Museu de Arte do Parlamento do Estado de São Paulo, formado pelo Acervo Artístico e pelo Museu da Escultura ao Ar Livre da Assembléia Legislativa.~~

~~Artigo 2º— O Museu de Arte do Parlamento do Estado de São Paulo será gerido pela Superintendência do Patrimônio Artístico da Assembléia Legislativa.~~

~~Artigo 3º— As despesas resultantes da aplicação deste Ato correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.~~

~~Artigo 4º— Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.~~

~~JUSTIFICATIVA~~

~~O Patrimônio Cultural da Assembleia Legislativa, formado pelas obras componentes do Acervo Artístico e do Museu da Escultura ao Ar Livre, afigura-se, atualmente, como um importante portal das artes do Estado de São Paulo.~~

~~Tendo em vista que esta Casa de Leis reúne um grande acervo de obras de arte, que está em ampla expansão, mostra-se oportuno e adequado transformá-lo no Museu do Parlamento do Estado de São Paulo.~~

~~A criação de um Museu do Parlamento do Estado de São Paulo permitirá uma maior divulgação das obras componentes do Patrimônio Cultural da Assembleia, transformando a Assembleia Legislativa em um importante local de difusão da cultura, integrante obrigatório do circuito cultural da cidade, na medida em que possibilitará à população um permanente acesso as mais variadas manifestações artísticas.~~

~~- Revogado pelo [Ato da Mesa nº 11, de 16/04/2019.](#)~~

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/ato.da.mesa/2005/ato.da.mesa-25-29.08.2005.html>.
Acesso em 21/10/2025.

ATO DA MESA Nº 11, DE 16 DE ABRIL DE 2019

(Última atualização: Ato da Mesa nº 3, de 12/02/2025)

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ALESP, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "a" do inciso II do artigo 14 da XIV Consolidação de seu Regimento Interno, considerando a necessidade de proceder à consolidação e unificação das normas internas da ALESP, com base no trabalho desenvolvido pelo Grupo de Transparência, criado pelo Ato da Mesa nº 12, de 27 de junho de 2017, RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aprovado, na forma dos Anexos 1 a 5 deste Ato, o Regulamento que define as normas relativas à organização administrativa, procedimentos internos, licitações e contratos administrativos, gabinetes e área parlamentar, premiações e respectivos temas conexos, no âmbito da ALESP.

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário,... ... Ato da Mesa nº 26, de 29 de agosto de 2005;...

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/ato.da.mesa/2019/ato.da.mesa-11-16.04.2019.html>
Acesso em 21/10/2025

Anexo III - Questionário - Programa de Acervo

3.1 - Questionário - Programa de Acervo

Este questionário foi aplicado durante uma visita técnica, por meio de entrevistas com os profissionais que atuam diretamente na gestão e manutenção do acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).

1.Existem algumas ações de conservação acontecendo recorrentemente no acervo? Se sim, quais são? E quem é o responsável por essa tarefa?

Atualmente, não há ações recorrentes. Está em andamento um processo para contratação de empresa especializada para conservação e restauro. A previsão é lançar os documentos do processo até o próximo mês. A responsabilidade é da equipe da divisão do acervo, liderada por Jair. Enquanto isso, os cuidados são pontuais (limpeza com trincha, uso de luvas para manuseio, organização da reserva técnica).

2. Hoje vocês têm algum documento ou indicativo de gestão de risco do acervo? Algum cuidado sistematizado?

Não. Atualmente não existe um documento formal de gestão de risco do acervo.

3. Para a inclusão de peças no acervo, quais são os critérios?

Não há uma política formal definida. Quando um artista deseja doar, é solicitado que envie currículo, portfólio, fotos e descrição da obra por e-mail. A equipe avalia se a obra tem coerência com o perfil da Acervo Artístico. Se aprovada, é feito um termo de doação. Às vezes, são aceitas apenas algumas obras, dependendo da adequação ao acervo.

4. Existe alguma política de descarte? Como funciona o descarte das obras?

Não há uma política formalizada. As obras foram classificadas em A, B, C e D. A prioridade é manter A e B, eventualmente C. As obras D estão sendo doadas por meio de processos para o Fundo Social de Solidariedade e algumas prefeituras. Algumas D ainda permanecem por serem grandes e difíceis de transportar, ou por apresentarem baixo custo de manutenção.

5. Como é feito o cuidado com as obras que permaneceram no acervo?

As reservas técnicas estão organizadas, mas não possuem climatização ou controle de umidade. O ambiente é limpo periodicamente. As movimentações são feitas com luvas. Falta equipe específica para conservação/restauro. Está em planejamento uma nova reserva técnica, com estrutura adequada e laboratório.

6. Como funciona o empréstimo de obras para os gabinetes? Elas são incorporadas ou emprestadas? Tem prazo?

As obras são emprestadas, não incorporadas. É emitida uma guia de transferência em três vias (acervo, gabinete, patrimônio). Cada gabinete é responsável pela conservação mínima. Não há prazo definido, nem controle de rotatividade.

7. Há algum controle ou monitoramento da situação dessas obras nos gabinetes?

Não há rotina formalizada de verificação. A equipe observa pontualmente quando há circulação em determinados setores, mas não existe acompanhamento sistemático.

8. Como é feito o processo de pesquisa sobre o acervo? Existe protocolo?

Não há protocolo estabelecido. Algumas informações estão no portal da Assembleia e em planilhas organizadas. Existe um arquivo físico por artista. Pesquisas são feitas de forma pontual. A equipe do Acervo Histórico ajuda quando necessário. Há um projeto futuro de digitalizar e catalogar o acervo online.

9. Há algum programa de visitação específico para o Acervo Artístico?

Não. As visitas são voltadas à estrutura da Assembleia e seu funcionamento. O público geralmente descobre o Acervo Artístico durante as visitas. A equipe pretende estruturar um programa educativo voltado ao Acervo Artístico futuramente.

10. Existe controle de público que visita a Assembleia?

Sim. O setor de visitas monitora os dados das visitas agendadas (quantidade de pessoas, escolas, pessoas com deficiência etc.). O Acervo Artístico ainda não tem seu próprio sistema de controle ou coleta de dados.

11. Vocês atendem escolas?

Sim. As visitas monitoradas incluem escolas do ensino fundamental, médio e superior. Também podem receber outros grupos. Não é necessário agendamento para circular na Assembleia, mas é necessário para visita guiada.

12. Vocês têm alguma consideração final sobre o Acervo Artístico que deveríamos registrar?

Sim. A equipe entende que a valorização do Acervo Artístico é parte de um processo de educação institucional e cultural. A Assembleia já teve um olhar mais atento ao acervo no passado. Falta institucionalizar a ideia de um museu, criar políticas formais e ampliar a visibilidade pública. Há desafios como: falta de pessoal especializado, falta de controle no empréstimo de obras, e necessidade de rotatividade e acesso.

